

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LEITURA: ESTUDOS LINGUÍSTICOS,
LITERÁRIOS E MIDIÁTICOS
LINHA DE PESQUISA ESTUDOS DE MEDIAÇÃO EM LEITURA

Daniela Cristine Jantsch

O CHEIRO DA VIDA DOS OUTROS: O ESPAÇO DOS CORPOS
NEGROS NO ROMANCE *SOLITÁRIA*, DE ELIANA ALVES CRUZ

Santa Cruz do Sul – RS
2024

Daniela Cristine Jantsch

**O CHEIRO DA VIDA DOS OUTROS: O ESPAÇO DOS CORPOS
NEGROS NO ROMANCE *SOLITÁRIA*, DE ELIANA ALVES CRUZ**

Dissertação submetida à Banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras, Linha de Pesquisa Estudos de Mediação em Leitura, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Santa Cruz do Sul - RS
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Jantsch, Daniela Cristine

O cheiro da vida dos outros: o espaço dos corpos negros no romance Solitária, de Eliana Alves Cruz / Daniela Cristine Jantsch. – 2024.

96 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Felipe Gustsack.

1. Literatura de mulheres negras. 2. Racismo estrutural. 3. Eliana Alves Cruz. 4. Solitária. 5. Trabalhadoras Domésticas Negras. I. Gustsack, Felipe. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Daniela Cristine Jantsch

**O CHEIRO DA VIDA DOS OUTROS: O ESPAÇO DOS CORPOS
NEGROS NO ROMANCE *SOLITÁRIA*, DE ELIANA ALVES CRUZ**

Dissertação submetida à Banca do Programa de Pós-Graduação em Letras, na Linha de Pesquisa Estudos de Mediação em Leitura, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Dr. Felipe Gustsack
Professor Orientador UNISC

Dr^a Leidiane dos Santos Aguiar Macambira
Professora Examinadora – CPII/SEEDUC-RJ

Dr^a Rosane Maria Cardoso
Professora Examinadora – UNISC/UCS

Dr. Rafael Eisinger Guimarães
Professor Examinador – UNISC

Santa Cruz do Sul - RS
2024

Amada filha Bárbara, saiba que com perseverança uma mulher pode conquistar outros mundos. Obrigada por enfrentar comigo esta conquista, movida à alegria e rebeldia.

Marçal, meu parceiro de vida, tenho em mim os maiores sonhos do mundo e sei que posso contar contigo, sempre!

AGRADECIMENTOS

Ao Deus de todo o Universo, à natureza e ao Continente Africano pelas conexões espirituais que redimensionaram as pesquisas.

À escritora e jornalista Eliana Alves Cruz, responsável por semear em *Solitária* parte do aprendizado adquirido sobre o racismo estrutural.

Às trabalhadoras domésticas negras, pois sem as suas ancestralidades, meu presente não estaria permeado de tantas vozes femininas de poder que transcenderam espaços subalternos. A todas as crianças e jovens que fizeram do trabalho de suas mães a extensão do seu lar e, muitas vezes, a morte de seus futuros.

À Prof^a Dr^a Rosângela Gabriel, Prof^o Dr. Felipe Gustsack e Prof^o Dr. Rafael Eisinger Guimarães, pela escuta generosa na entrevista para o Mestrado em Letras, pelo aprendizado sempre a extrapolar o contar das horas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de estudos concedida.

À Prof^a Dr^a Rosane Maria Cardoso, responsável por romper com as minhas memórias de lugares inacessíveis a mulheres negras. A tua força, coragem e disposição sempre serão exemplos dentro e fora da Academia.

Ao time de professoras doutoras Aline Aver Vanin, Ana Cláudia Munari Domingos, Ângela Felippi, Ângela Froncowiak, Marli Silveira, Rosângela Gabriel, Rove Luiza de Oliveira Chishman e Sabine Townsend Martins pela generosidade em apresentar leituras enriquecedoras.

Às minhas colegas da turma de Mestrado 2022: Alana, a voz doce que acalma; Catiana, tuas dúvidas também foram minhas; Celina, a amiga e colega de além-mar; a moça negra que atravessou um oceano porque tinha um sonho e por ele sentou, chorou, escreveu e lutou com a mesma força dos seus antepassados caboverdianos; Cristiane Pereira, a poesia em forma de mulher; Fernanda Zubaran, a admirável coordenadora pedagógica e a parceira do nosso imaginário MEC; e, por fim, Larissa, a doce menina obstinada por Jorge Amado, a jovem amiga que compartilhava comigo as leituras que devíamos fazer para ler um mundo onde mulheres brancas são estrangeiras. Saudades dos nossos cafés com cucas, almoços no Restaurante 22, lanchinhos da tarde e do pôr-do-sol santa-cruzense. Com vocês, intensidade e amor estiveram lado a lado.

À jovem conterrânea Letícia Rosa Fregapani, Mestra e futura Doutora em Letras, a primeira professora de Taquari-RS a trilhar um caminho que é de e para poucas. Tua generosidade motiva!

Às colegas e aos colegas doutorandos, especialmente, José Odiley, o colega paraense, pela convivência fraternal e o aconchego frente as mesmas dúvidas!

Ao meu Ori, Professor Drº Felipe Gustsack, aquele que encantou por não desejar ser a figura da autoridade rígida masculina na sala de aula. Gratidão, pessoa! Obrigada pela escuta e fala sempre atentas e por me honrar com a tua presença, desde a entrevista de seleção até a banca final do Mestrado. Obrigada pela compreensão no período do estágio!

A todas e todos que trabalharam e trabalham arduamente para que o Programa de Pós-Graduação em Letras da UNISC seja um sonho possível para pessoas de longe e de perto. Principalmente, à Luana Cristina Pranke, secretária do PPGL, pois sem o teu olhar compassivo eu não teria passado da inscrição *online*.

Às “tias da limpeza” do Prédio 10, sempre solícitas e caprichosas.

À banca, na pessoa dos professores doutores Rosane Maria Cardoso, Leidiane dos Santos Aguiar Macambira e Rafael Eisinger Guimarães. A vocês, toda a minha admiração e amor! Sei que (secretamente) estamos unidos para que a Literatura de Mulheres Negras avance ainda mais no mundo leitor!

À Karina Fátima dos Santos, a amiga de outra amiga que inundou meu coração com tantas reflexões generosas e que chegou para ficar!

À Drª Mariana Schossler, a professora e colega de Montenegro, pelas valiosas orientações durante o recesso escolar. Teu olhar de historiadora encanta!

Aos bichanos Miu e Mida por todos os afagos interesseiros.

À minha mãe Marlene, aquela que preteriu à vida escolar e profissional pelos cuidados com as filhas. Que me mostrou, mesmo sem perceber, que o etarismo não está posto às mulheres e que a vida pode ser construída na ordem que a gente quiser. Ao meu pai Namir por ter me ensinado a lidar com as ausências masculinas. Aliás, sempre que retrocedo ao lugar da infância, lembro de vocês dois envolvidos com leituras, mesmo que houvesse larga distância entre o “ser advogado” e o “ser merendeira”, viés explicável pela instituição do sexismo e do patriarcado.

Finalmente, encerro minha lista de gratidão citando minha irmã “advogada” Marcela Araújo Jantsch, Mestra em Direito, a “rapinha do tacho” que instruiu e buscou comigo a discência no Mestrado em Letras. Então, um dia o jogo vira e a mais nova auxilia a mais velha a sonhar de novo.

*Quando percebi que o mundo
não era bem assim como me ensinaram,
pensei com meus botões no que fazer
com esse tempo,
todo cheio de vida
e de morte,
que sempre começa em mim
sem sobrar nada.
(SEMOG, Éle, 2015)*

*O mais penoso para uma faxineira, eu acho,
é o cheiro da vida dos outros.
(EGA, Françoise, 2021, p. 18)*

RESUMO

A jornalista e escritora negra Eliana Alves Cruz vem pensando suas obras dentro de um projeto literário comprometido em desnudar o racismo estrutural presente no âmago do Brasil, desconstruindo também o imaginário subserviente ligado aos corpos negros como resquício de uma herança colonial que desconhece e/ou desvaloriza as contribuições da população afrodiáspórica ao atual cenário literário-artístico-econômico-político-social. Assim, a presente Dissertação emergiu da intenção de analisar as relações interseccionalizadas por gênero, classe e raça a partir do espaço dos corpos negros de Codinha, Eunice e Mabel, no romance *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, visando perceber o racismo estrutural. Para tanto, a narrativa está entrelaçada aos Estudos Literários de Conceição Evaristo (2009), Eduardo de Assis Duarte (2023), Luiz Silva Cuti (2010) e Regina Dalcastagnè (2012) e ainda aos Estudos Sociológicos desenvolvidos pelas pesquisadoras negras Beatriz Nascimento (2021), Grada Kilomba (2019), Juliana Teixeira (2021), Maria Aparecida Silva Bento (2022), Nilma Lino Gomes (2019), Sueli Carneiro (2011) e Patrícia Hill Collins (2016), já que a obra em questão está permeada dos constitutivos da ‘experiência do ser negro’. Ao longo da dissertação, foi possível pontuar como o racismo estrutural submete os corpos negros a determinados espaços sociais, inflingindo-lhes violências que atualizam opressões sofridas nos tempos da escravização e as realoca na senzala moderna também denominada quartinho da empregada. Por outro lado, a narrativa de *Solitária* demonstra que a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas Raciais) e suas alterações pode ser classificada como um instrumento de reparação histórica e de acesso à Universidade brasileira porque permitiu que as protagonistas se movessem e remodelassem suas existências. Além disso, a pesquisa aponta que a Mediação em Leitura a partir da Literatura de Autoria Negra torna-se uma ferramenta de percepção e de combate ao racismo estrutural, bem como à promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais e de Letramento Racial que visam desenvolver uma consciência crítica frente às questões raciais, contribuindo também para uma sala de aula mais afetiva e respeitosa com a diversidade que constitui cada discente.

Palavras-chave: Literatura de mulheres negras, racismo estrutural, Eliana Alves Cruz, *Solitária*, trabalhadoras domésticas negras.

RESÚMEN

La periodista y escritora negra Eliana Alves Cruz viene pensando sus obras dentro de un proyecto literario comprometido en desnudar el racismo estructural presente en el ámago de Brasil, deshaciendo también el imaginario subalterno relacionado a los cuerpos negros como vestigio de una herencia colonial que desconoce y/o desvalora las contribuciones de la población afrodiaspórica al actual escenario literário-artístico-econômico-político-social. Así, la presente tesis emergió de la intención de analizar las relaciones interseccionalizadas por género, clase y raza a partir del espacio de los cuerpos negros de Codinha, Eunice y Mabel, en la novela *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, anhelando percibir también lo racismo estructural. Con este propósito, la narrativa está entrelazada a los Estudios Literarios de Conceição Evaristo (2009), Eduardo de Assis Duarte (2023), Luiz Silva Cuti (2010) y Regina Dalcastagnè (2012) y aún a los Estudios Sociológicos desarrollados por las investigadoras negras Beatriz Nascimento (2021), Grada Kilomba (2019), Juliana Teixeira (2021), Maria Aparecida Silva Bento (2022), Nilma Lino Gomes (2019), Sueli Carneiro (2011) y Patrícia Hill Collins (2016) ya que la obra en cuestión está permeada de los constitutivos de la ‘experiencia del ser negro’. A lo largo de la tesis, fue posible señalar como el racismo estructural somete los cuerpos negros a determinados espacios sociales, infligiéndoles violencias que actualizan opresiones sufridas en los tiempos de la esclavización y las reemplaza en la *senzala* moderna también nombrada *quartinho da empregada*. Por otro lado, la narrativa de *Solitária* enseña que la Ley nº 12.711/2012 (Ley de Cuotas Raciales) y sus câmbios ser clasificada como un instrumento de reparación histórica y de acceso a la Universidad brasileña permitió que las protagonistas se moviesen y remodelasen sus existencias. Además de eso, la investigación indica que la Mediación en Lectura a partir de la Literatura de Autoría Negra se convierte en una herramienta de percepción y de combate del racismo estructural, así como de promoción de la Educación para las Relaciones Étnico-raciales y de Letramento Racial Crítico que visan desarrollar una conciencia crítica frente a las cuestiones raciales, contribuyendo también para una clase más afectiva y respetuosa con la diversidad que constituye cada discente.

Palabras clave: Literatura de mujeres negras, racismo estructural, Eliana Alves Cruz, *Solitaria*, trabajadoras domésticas negras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Era só uma brincadeira?	30
Quadro 1 – Dissertações a partir de obras de Eliana Alves Cruz	17
Quadro 2 - Espaço transeunte das protagonistas	52

LISTA DE SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COVID	Corona Vírus Disease
CTI	Centro de Tratamento Intensivo
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ERER	Educação para as Relações Étnico-Raciais
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PE	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
SESC	Serviço Social do Comércio
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1 UMA INTRODUÇÃO EM MEIO A (IN)CÔMODOS.....	13
2 FAZENDO A TRAVESSIA COM ELIANA ALVES CRUZ.....	21
3 DA SENZALA AO QUARTINHO DA EMPREGADA.....	30
3.1 Breve panorama das trabalhadoras domésticas negras na Literatura: da realidade de Carolina Maria de Jesus às ficções de Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Jarid Arraes	32
3.2 Codinha, Eunice e Mabel: as empregadas domésticas negras (quase) da família	36
4 O ESPAÇO DOS CORPOS NEGROS EM <i>SOLITÁRIA</i>.....	48
4.1 Um pouco de vigilância antes do afronte.....	52
4.2 Tribunal da Inquirição Branca	57
4.3 Viveremos em quaisquer espaços	61
5 UM CONDOMÍNIO PARA ESTRUTURAR O RACISMO BRASILEIRO.....	66
5.1 Territórios de Resistência.....	73
6 CONSIDERAÇÕES ESSENCIAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	86

1 UMA INTRODUÇÃO EM MEIO A (IN)CÔMODOS

Todo um percurso estudantil feito em escola pública. Depois, o acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) visualizando na Licenciatura em Letras outras oportunidades de empregabilidade. Internamente, sempre me¹ coloquei em um lugar de desprestígio social porque não me compreendia uma pessoa privilegiada. Privilegiados eram aqueles que nasciam em famílias abastadas, que se locomoviam em seus velozes carros, que estudavam em escola particular, que faziam curso de inglês no intuito de viajar para o exterior. Se eu não fazia parte deste cenário, logo, me colocava socialmente junto da grande maioria de colegas e amigos.

Na minha concepção embaçada, as dificuldades em acessar alguns espaços tanto para brancos quanto para negros se limitava ao fator financeiro. As questões relacionadas ao racismo estrutural se restringiam ao que os grandes jornais televisionavam, ou seja, culpabilização sobre furtos não cometidos e o olhar desconfiado em lugares públicos. Corroborando para isso, enquanto mulher branca projetei, muitas vezes, no corpo masculino negro todos os meus temores porque como refere a pesquisadora e psicóloga Grada Kilomba² (2019, p. 37) “o sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo”.

Observando os espaços sociais, enquanto pessoas brancas somos educadas e educamos sem exercitar o conceito de alteridade e vamos nos aproximando, nos assemelhando, compactuando com àqueles de mesmo tom de pele, numa espécie de dança errônea dos iguais, isso porque “uma das características mais marcantes da branquitude é que o sujeito branco tem uma ideia de que ele é normal. Ou seja, ele é a norma e o outro, diferente”, segundo a doutora em Psicologia Social Lia Vainer Schucman apud Ferreira (2019). Logo, o diferente será gerador de eventuais temores e, então, apertamos o passo porque corremos perigo, sem lembrar que, há mais de três séculos, menosprezamos, perseguimos, maltratamos e aterrorizamos as pessoas negras.

Nesse sentido, relembro a escola das décadas de 1980 e 1990 que não relatava, como afirma a pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2019, p. 12) que “os invasores, a

¹ Em alguns momentos, a escrita será em primeira pessoa porque para falar de minhas vivências - enquanto mulher branca - é preciso que haja posicionamento e também provocação, características que me constituem ao longo de quase cinco décadas de existência.

² Quando se trata de referências, a Academia sugere que haja menção ao sobrenome da autora e/ou do autor que está sendo citado. No entanto, ao citar também a formação acadêmica das autoras e/ou dos autores nas citações diretas entende-se que, principalmente, para as mulheres, essa legitimação de saberes faz ecoar ainda mais longe suas perspectivas teóricas e ideológicas.

partir do século XVI, a fim de se valorizarem como os modelos perfeitos de ser humano, valeram-se de violências, negando as capacidades criativas, de organização, produção da vida e de culturas, daqueles que submetiam”, pois a intenção era apagar “modos de ser, viver, pensar que não correspondiam aos seus e que, muito provavelmente, não conseguiam compreender”. Quanto aos espaços educativos aos quais tive acesso, da mesma forma percebo que havia uma preponderância por docentes brancos. Às pessoas negras, cabia a responsabilidade de cuidar da merenda, da segurança e/ou da limpeza escolar. Como menciona Emicida³ (2021, p. 8) “esse fenômeno produziu sociedades vergonhosamente desiguais, em que o eurocentrismo funciona como combustível de um rolo compressor narcisista, responsável por destruir tudo o que não for um espelho”. Então, só a Universidade trouxe a potência de Rosane Maria Cardoso, professora, pós-doutora em Literatura, pesquisadora e escritora negra para mostrar assim como a pensadora estadunidense bell hooks⁴ (2017, p. 21) que “o prazer de ensinar é um ato de resistência” e que o seu fazer-construir-provocar pedagógico vinha para alterar o cotidiano caucasiano para além do campo acadêmico.

O pesquisador Luiz Silva, autodenominado Cuti (2010, p. 23), corrobora que “os descendentes de estrangeiros imigrantes têm muito forte identidade com os países de origem de seus pais e avós, como se fossem estrangeiros, nem que se considerem estrangeiros de segunda classe”. Bem verdade que, em alguns momentos, conectar-me com antepassados europeus provocava um misto de emoção e de deslumbramento, mesmo sem conhecer a real motivação de eles terem se aventurado pelo interior do Rio Grande do Sul. Apenas importava que os “nobres” haviam escolhido essa terra para dar continuidade às suas existências e que no meu DNA restavam vestígios do Velho Mundo. Estranho não identificar outras etnias que foram subjugadas pela história em meus traços fenotípicos. O caso é que enquanto pessoas brancas, nos alicerçamos historicamente com os colonizadores e, de alguma forma, ainda cremos que os diferentes, que os outrora colonizados, necessitem ser salvos. Cuti (2010, p. 16) considera que “a escravização havia coisificado os africanos e sua descendência. A literatura, como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidade e, portanto, humanidade”.

³ In Prefácio da obra *A (des) educação do negro*, de Carter Godwin Woodson. Tradução e notas de Naia Veneranda. São Paulo: Edipro, 2021.

⁴ Professora, escritora, ativista e pesquisadora estadunidense, bell hooks foi batizada como Gloria Jean Watkins. No entanto, adotou o nome e o sobrenome da avó a fim de homenageá-la. Ao longo da sua existência escreveu mais de 30 livros, tendo seu nome grafado com as iniciais minúsculas já que a pensadora sempre acreditou que sua obra deveria ser a evidência.

Então, volto a ativar às salas de aula de minhas memórias e retrocedo agora ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio, à Graduação, às Pós-Graduações e à própria fruição enquanto leitora e me pergunto: por que minhas leituras estavam quase sempre apoiadas na autoria masculina branca? Por exemplo, não parece espantoso desconhecer, não ouvir falar da escrita de Carolina Maria de Jesus e/ou Maria Firmina dos Reis? O que faltava para que essas escritoras e tantas outras que vieram depois colorissem, de fato, as minhas leituras e a minha prática pedagógica? A verdade é que ao não conceber a Literatura de Mulheres Negras é não as perceber como produtoras de conhecimento, como mentoras de narrativas capazes de fazer emergir essa perspectiva “outsider within” da qual Patrícia Hill Collins (2016, p. 99) nomeia para o campo da sociologia e que, com ousadia, trago para os estudos literários por ser de extrema relevância que “uma variedade de indivíduos” possa “aprender com as experiências das mulheres negras” efetivando assim a alteridade no seu âmago (Collins, 2016, p. 122).

Tempos depois, com o TED *Talks* da escritora e ativista Chimamanda Ngozi Adichie comecei a compreender o perigo de uma história única e o equívoco de ter passado muito tempo percorrendo leituras de e para pessoas brancas. Assim como a escritora nigeriana, minha percepção cognitiva sobre a literatura continuou a sofrer mudanças, mesmo que tardias. “Onde estavam as meninas da pele cor de chocolate, de cabelos pretos que não podiam formar rabos de cavalo?⁵”. A literatura não existia a partir de, sobre ou para elas?

Então, vieram outras vontades e as leituras instigadas a partir da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) foram ganhando força e fazendo parte do cotidiano da professora branca, de sobrenome austríaco, de antepassados europeus que chegaram ao Brasil atraídos por cotas que planejavam um país eugênico. Entre paradigmas incômodos, ajustes mentais e a visualização da relevância de tornar-me uma docente antirracista houve reflexões que, primeiro, partiram do olhar sobre mim e sobre o lugar de ocupação em várias décadas já vividas, além da presença de privilégios sutis condicionados à baixa quantidade de melanina.

Depois, o encontro com o Letramento Racial Crítico e os questionamentos sobre as posições do poder hegemônico e misógeno. Enfim, os arrependimentos, a estranheza, o mal-estar que abarca questões raciais até então não questionadas pela branquitude entranhada em mim, base de “uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo (Ferreira apud Schucman, 2019).

⁵ Trecho traduzido e adaptado do vídeo “O perigo de uma história única”, com Chimamanda Ngozi Adichie, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ&t=19s>> Acesso em: 20 mai. de 2021.

Assim, entre (per)curtos do fazer pedagógico, a pesquisa e a docência vêm educando meu olhar e meu sentir. Já são vinte anos convivendo com discentes extremamente diversos no que se refere à intelectualidade, etnia, religiosidade, vulnerabilidade social, orientação de gênero e/ou poder aquisitivo. A cada tempo e lugar, acredito que fui e ainda vou abandonando concepções pré-conceituosas porque os embates são frequentes no campo escolar, isso porque há sempre muita energia sendo empregada para harmonizar o ambiente e ampliar, de fato, saberes imprescindíveis para cada período letivo.

O teólogo Michel de Certeau (1982, p. 68) salienta que “um lugar foi posto fora de alcance no momento em que se mostrou a fragilidade daquilo que se produzia nele”, assim adentrar no Mestrado em Letras e continuar (per)fazendo o mesmo caminho eurocêntrico de saberes seria prorrogar equívocos, empobrecer futuras práticas discursivas e pedagógicas e continuar perpetuando um sistema sexista e racista que a todo tempo vai se atualizando. Além do que, estar em sala de aula é também, a todo tempo, mediar leituras e ser atravessada por posturas e pensares. É apresentar outras estéticas literárias permeadas de outros espaços sociais que se igualam e/ou que se diferem ao dos jovens leitores. É apresentar um cenário diverso, vivo, pulsante, descolado dos livros didáticos empoeirados que, inúmeras vezes, não dispõem de argumentos convidativos para evocar o pensador, o pesquisador, o sonhador que se antepõe à figura de leitor.

Em vista disso, o objetivo da pesquisa para esta Dissertação de Mestrado foi analisar o espaço dos corpos negros no romance *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, visando compreender o racismo estrutural brasileiro para pensar o cotidiano, também porque como afirma a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2019, p. 68) “o corpo negro nos conta uma história de resistência constituída de denúncia, proposição, intervenção, revalorização”. Nesta direção, há ainda o intuito consciente e proposital de compor um referencial teórico preferencialmente feminino negro colando contribuições do Letramento Racial Crítico e do Feminismo Negro à mediação em leitura.

Já a questão norteadora desta pesquisa se concentra em como o espaço dos corpos negros das protagonistas⁶ Eunice e Mabel, no romance *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, se divide com Lúcia, sua família branca e com os demais condôminos do *Golden Plate*⁷. Para isso, conceitos sobre racismo estrutural, interseccionalidade, lugar de fala, branquitude, literatura de mulheres

⁶ Segundo o dicionário Houaiss (2015, p. 773), protagonista “é o indivíduo que tem papel de destaque num acontecimento”. Na obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, Mabel e Eunice, mãe e filha, encontram no trabalho doméstico - para si ou para outrem - uma forma de protagonizar a vida. Assim, a partir de agora, utilizarei o termo “protagonistas” para referir-me a qualquer uma das duas personagens.

⁷ Prato de ouro.

negras, feminismo negro, letramento racial crítico e escravização moderna foram mobilizados para que o racismo estrutural brasileiro fosse desnudado sob o viés da narrativa ficcional ora estudada.

Ao percorrer o Repositório da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) percebo que constam 1415 Teses e/ou Dissertações defendidas, sendo que das 163 ligadas ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado três tratam da Literatura de Autoria Negra, sendo “A experiência da escrita e da maternidade em duas obras de autoria feminina: um estudo comparativo de *As alegrias da maternidade* e *As parceiras*”, de Rosiana Kist (2020); “As questões étnicas e de gênero nos romances *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e a *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães”, de Francisca Pereira da Silva Meneses (2018), além de “A narrativa de Maria Firmina dos Reis e a perspectiva hermenêutica para a prática dos estudos literários”, de Joseylza Lima Silva (2018). Egoisticamente, em um primeiro momento, admito que pesquisar a partir deste arcabouço teórico gera determinada satisfação. No entanto, o compromisso de construir um trabalho pertinente e apropriado devido à magnitude da empreitada, encontra o medo e a angústia de alguém que adentra um espaço social e literário desconhecido, mesmo que o coração esteja receptivo à pesquisa. Isto posto, me coloco no lugar de estrangeira e sigo temerosa a fazer a travessia e encontrar o oceano de conhecimento que, com certeza, deixará transformada a minha existência de mulher, mãe, leitora e docente branca.

Já no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES consta a Tese de Doutorado de Marina Farias Rebelo, intitulada “*Palavra-maré: histórias, fabulações e subjetividades afroatlânticas em O crime do Cais do Valongo*”, de Eliana Alves Cruz, defendida em 2023 na Universidade de Brasília-DF, além de nove Dissertações de Mestrado em que o nome de Eliana Alves Cruz foi posto como farol, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Dissertações a partir de obras de Eliana Alves Cruz

Autor(a)	Título	Ano	Instituição
Francisca Joziane de Matos Silva	<i>Mulher negra e representações do espaço: uma análise sob a perspectiva da interseccionalidade em Solitária</i> , de Eliana Alves Cruz.	2024	UFMA
Géssica dos Santos	As relações entre memória, ficção e história no romance <i>Água de barrela</i> , de Eliana Alves Cruz.	2023	UEFS
Felipe Aquiles Cereza	Revisitando o passado: narrativas afrocentradas de Eliana Alves Cruz para (re)pensar literatura e história.	2023	PUC-RS
Laís Ribeiro Durães Fagundes	Contradiscursos das práticas colonialistas: uma análise de <i>Água de Barrela</i> , de Eliana Alves Cruz.	2023	UFF-RJ

Autor(a)	Título	Ano	Instituição
Nayara Batista da Cruz	(In)existência(s) discursiva(s): <i>O crime do cais do Valongo</i> e o currículo.	2022	UERJ
Rafael Batista da Silva	Reconstrução do ser negro: mem(Óri)as e histórias em O(s) crime(s) do Cais do Valongo, de Eliana Alves Cruz.	2022	UERJ
Adriana Mota Bastos	Estudo comparativo de <i>Úrsula</i> , de Maria Firmina dos Reis e <i>Água de barrela</i> , de Eliana Alves Cruz: a ficção brasileira narrada por mulheres negras.	2022	UERJ
Nathalia Augusto Pereira	Para que nunca se esqueçam: leituras compartilhadas de <i>O crime do Cais do Valongo</i> .	2021	UFFRJ
Danielle da Silva Leal	Escrevivência diaspórica feminina negra em <i>O crime do Cais do Valongo</i> , de Eliana Alves Cruz.	2020	UERJ

Fonte: Daniela Cristine Jantsch

Destarte, não me sinto mais solitária porque há mais pesquisadores que encontraram em sua escrita “a história e o conhecimento do povo negro” transformados em “tesouros riquíssimos que precisam ser descobertos e aproveitados por toda a nação” (Cruz, 2018). Não me aprofundi na leitura das pesquisas acima relacionadas porque desde o início desta Dissertação busquei sempre exercitar a minha escrita, o meu olhar de mulher branca sobre a narrativa de Eliana Alves Cruz, tentando, de alguma forma, não ser inundada pelas impressões de outros pesquisadores da escritora em questão, não por menosprezá-las, mas em virtude de que cada um tem seu ponto de partida.

O segundo capítulo intitulado *Fazendo a travessia com Eliana Alves Cruz* busca compreender o percurso literário adotado pela jornalista e escritora negra Eliana Alves Cruz para assim vislumbrar os espaços sociais em que o Pacto da Branquitude, cunhado pela teórica Maria Aparecida Silva Bento (2022, p. 18), define como um “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” sendo que há “o componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’, o ‘universal’. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele”, se fazendo presente e tentando subjugar os corpos negros ficcionais ou não. Neste sentido, refere a pesquisadora Djamila Ribeiro (2021, p. 60) que “não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social ocupado por certos grupos restringe oportunidades”.

O terceiro capítulo *Da senzala ao quartinho da empregada* traz uma pequena retrospectiva do trabalho doméstico negro da época da escravidão brasileira até os dias atuais, estando dividido em mais dois subcapítulos. Em *Breve panorama das trabalhadoras*

domésticas negras na Literatura: da realidade de Carolina Maria de Jesus às ficções de Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Jarid Arraes há o debate a partir de excertos de obras das quatro escritoras negras para introduzir a temática do trabalho doméstico negro enquanto *corpus* na Literatura Brasileira Contemporânea. Em *Codinha, Eunice e Mabel: as empregadas domésticas negras (quase) da família* falo sobre a retomada das questões da vigilância que impregnam o fazer de Codinha e Eunice e o afronte em Mabel, além de contemplações das escritoras Lélia Gonzalez e Preta Rara ao constatarem que o trabalho doméstico tem classe, gênero e cor. Eunice e Mabel dedicarão vinte anos de suas existências a servir Lúcia, Tiago e Camilinha. Enquanto isso, seus desejos serão remodelados em outros quatinhos dentro de si com o apoio, as ervas de chás e as orações de Codinha.

No quarto capítulo *O espaço dos corpos negros em Solitária* há a demarcação dos espaços em que Eunice e Mabel se constituíam enquanto sujeitos do seu destino e do destino dos outros, do entre-lugar e/ou de serem estrangeiras dentro do espaço social abrigado pelo condomínio *Golden Plate*. Nos três subcapítulos que seguem, trago em *Um pouco de vigilância antes do afronte* as questões que foram fortalecendo as pretagonistas até chegarem no confronto final; em *Tribunal da Inquirição Branca* demonstro o quanto as pretagonistas são constantemente confrontadas pela família brancocêntrica, tendo que comprovar a todo instante suas honestidades; já em *Viveremos em quaisquer espaços* ilustra a Terceira Parte do romance, quando quatro cômodos mostrarão por que se aliaram às pretagonistas, além de registros da existência de Mabel sendo recortada pelo trabalho infantil, pelo encarceramento na casa de Lúcia, pelos traumas na adolescência e a extensão das tarefas cotidianas de sua mãe para a manutenção da família branca, além da perspectiva de outros sonhos que a pretagonista irá empreender para buscar a libertação e o acesso a espaços privilegiados.

O quinto capítulo denomina-se *Um condomínio para estruturar o racismo brasileiro* e traz, a partir de excertos da obra em questão, vestígios da estrutura racista que ainda alicerça o Brasil e que continua a praticar crimes tentando permanecer impune. Além de seu subcapítulo *Territórios de Resistência* para lembrar os momentos em que as pretagonistas, Codinha, Eunice e Mabel, uniram-se para inaugurar novos projetos existenciais. A compreensão sobre suas identidades racializadas vai permeando seus cotidianos ao mesmo tempo em que uma arquitetura fraturante e racista vai cedendo pela resistência e reexistência que é intrínseca à avó, à mãe e à filha.

Quanto à abordagem metodológica, segundo Minayo (1995, p. 21-22) nomeia-se como qualitativa já que “responde a questões muito particulares” porque se preocupa “com um nível de realidade que não pode ser quantificado”, valendo-se ainda de dados multimodais que

seguem o fio condutor alicerçante da narrativa de Eliana Alves Cruz relacionado ao trabalho doméstico desenvolvido por personagens negras invisibilizadas e/ou silenciadas pelo racismo estrutural que fundamenta as relações de poder, classe, raça e gênero no Brasil. Também compõem o *corpus* de estudo, artigos, leis, reportagens e textos – em diferentes dimensões de linguagem, inclusive a partir de questões referentes à Teoria Literária em convergência aos estudos da Literatura Negro-Brasileira e do Feminismo Negro.

Segundo as pesquisadoras Fronckowiak e Barbosa (2021, p. 163) “não será porque o livro fala de amor e de justiça que ficaremos amorosos e justos. Um enredo não inculca qualidades”, mas favorece que o desconforto seja instalado e entremeado por novas (re)ações. Neste percurso, Eliana Alves Cruz “coloca sua literatura a serviço de uma causa que tem em sua origem uma das violências mais agudas praticadas contra a população do continente africano” (Batalha, 2020, p. 245) e que, neste caso, propõe ao leitor que visualize outras possibilidades de (re)existência para que os seus cinco sentidos alcancem outros espaços sociais.

Outrossim, torna-se fulcral dar a ler, como diria Larossa (2002, p. 20-28), as vozes literárias negras femininas para que assim, nós professores-pesquisadores, em mosaico, rompamos com histórias de apagamento, silenciamento e epistemicídio desnutrindo a sociedade racista em que estamos inseridos, indicando aos discentes que venham a cruzar nosso caminho que a Literatura de Mulheres Negras está impregnada de uma afroperspectiva que necessita de (re)conhecimento.

2 FAZENDO A TRAVESSIA COM ELIANA ALVES CRUZ

Por algum tempo, trabalhei com a disciplina de Literatura, no Ensino Médio. Lembro que, dependendo do planejamento de cada escola, muitas vezes, o Quinhentismo (Literatura Informativa) não era nomeado como uma escola ou movimento literário. As orientações eram de introduzir o conceito de literatura, as funções da linguagem, os gêneros literários e desembocar no Barroco até chegar à produção dos nossos dias. Isso sempre me assustava porque ao não estudar um pouco da Carta, de Pero Vaz de Caminha, me parecia que uma parte da nossa história estava sendo negligenciada. Então, sempre que possível, optei por resgatar trechos da ‘Certidão de Nascimento’ do Brasil para confrontar as palavras do escrivão responsável por descrever o ‘Novo Mundo’ ao seu rei com o contexto histórico em que os povos originários estavam inseridos.

Do lugar de docente da Educação Básica, reflito que se para a narrativa do colonizador há uma desenfreada romantização e notável apagamento quanto às contribuições indígenas, imagino em como se dá o registro e a posterior recepção de narrativas advindas de corpos negros, historicamente subalternizados pela elite branca? Então, para pensar em como ocorre parte da invisibilização de escritoras negras contemporâneas aproveitando que a linha de pesquisa desta dissertação de mestrado é Mediação em Leitura e também pode (e deve) pensar a sala de aula, busquei no livro *Curso de Literatura Brasileira*, de Sergius Gonzaga (2015), os movimentos estéticos que antecedem a produção literária atual. Por quê? Porque me ocorreu imaginar as aulas de Literatura e em como a produção literária de autoria negra, mais especificamente, a autoria negra feminina se insere nas escolas. Nesse viés, como explicar aos discentes que no livro didático há a menção à Ficção Contemporânea I - de 1945 a 1970 - como o penúltimo movimento literário sendo que este não cita, por exemplo, a escritora negra Ruth Guimarães e sua obra *Água funda* (1946), uma das ‘leituras obrigatórias’ para o Vestibular 2024 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁸? Assim, se o material de estudo não indica e o docente não insere no seu planejamento a obra em questão, um novo apagamento não estará, por ventura, sendo registrado? Provavelmente.

Aliás, dos vinte principais autores listados no período acima referido por Gonzaga (2015, p. 418-460), apenas Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles são mulheres. Diga-se de passagem, mulheres brancas. Logo, onde está a produção cultural das escritoras negras

⁸ A lista de leituras obrigatórias para o Vestibular da UFRGS 2024 foi divulgada por Pedro Trindade, do site Globo.com, em 2/5/2023 e está disponível no endereço <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/05/02/ufrgs-divulga-lista-de-leituras-obrigatorias-para-o-vestibular-2024.ghtml>

brasileiras contemporâneas, como refere Kiusam de Oliveira (2020, p. 4) já que “estamos falando de negros enquanto maioria nesse país, portanto, dar lugar a essa maioria no território chamado currículo deveria ser mais que natural”?

Nesse sentido, provoca a pesquisadora Djamila Ribeiro (2019, p. 64-65) que:

a importância de estudar autores negros não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber. É possível acreditar que as pessoas negras não elaborem o mundo?

Quanto à nomenclatura que a literatura feita por pessoas negras vem recebendo há algumas divergências. Enquanto vertente da Literatura Brasileira, a pesquisadora Miriam Cristina dos Santos (2018, p. 28) refere que “há no uso do termo literatura negro-brasileira um processo reivindicatório, em que mulheres e homens negros requerem uma escrita particular, com temáticas e linguagem próprias”, ao que Cuti (2010, p. 44-45) complementa:

A literatura negro-brasileira nasce na e da população negra que se formou fora da África, e de sua experiência no Brasil. A singularidade é negra e, ao mesmo tempo, brasileira, pois a palavra ‘negro’ aponta para um processo de luta participativa nos destinos da nação e não se presta ao reducionismo contribucionista a uma pretensa brancura que a englobaria como um todo a receber, daqui e dali, elementos negros e indígenas para se fortalecer.

Em outro viés, apoiado nos estudos de Luiza Lobo (2007) e Apiah (1997), Eduardo de Assis Duarte (2023) defende que a Literatura Afro-Brasileira, seria o termo mais adequado a ser utilizado à vertente da Literatura Brasileira que busca - através da produção literária de autoria negra - a “interação dinâmica” entre cinco elementos, a saber “temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público” observando que “isoladamente” esses parâmetros são considerados “insuficientes”, já que todos devem estar envoltos em:

uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo.

No entanto, Conceição Evaristo (2009, p. 17-18) revela que há divergências entre alguns “escritores(as) afro-brasileiros(as)” e “algumas vozes críticas acadêmicas” no sentido de identificar ou não um *corpus* específico para a Literatura Afro-Brasileira. Os que negam “apegam-se à defesa de que a arte é universal, e mais do que isso, não consideram que a

experiência das pessoas negras ou afro-descendentes possa instituir um modo próprio de produzir e de conceber um texto literário, com todas as suas implicações estéticas e ideológicas”, aliás, se pode ser considerada “arte universal”, reitero por que não é nomeada nos livros didáticos? Assim, a quem interessa que a literatura considerada canônica continue produzindo sujeitos negros estereotipados que não representam as experiências do “ser negro” brasileiro vocalizada por autoras e autores negros?

O fato é que a literatura canônica invisibiliza ainda a presença, as vozes e a produção literária de mulheres negras, fazendo-as pouco palpáveis ao público leitor, isso porque, “o elitismo brasileiro criou barreiras para o coletivo negro e seus produtos culturais, logo, para muitos autores, identificar-se com tais temáticas significa expor-se ao julgamento social e mercadológico que reproduz o racismo estrutural” (Grigoletto *et al*, 2022, p. 5). Por isso “é preciso que o senso crítico acenda suas luzes em face dessa produção, pois o racismo não dá trégua e não poupa as crianças”, os jovens e os adultos (Cutí, 2020, p. 144).

Dessa maneira, ao pensar sua própria produção literária, Evaristo (2009, p. 18-19) considera que além da “literatura afro-brasileira”, há uma “vertente negra feminina” inventada como uma outra forma de resistência que se junta a outros “produtos culturais como a música, a dança, o jogo de capoeira, a culinária” e a religiosidade. Aliás, “ninguém nega que o samba tem um forte componente negro, tanto na parte melódica como na dança, para se prender a um único exemplo. Qual seria, pois, o problema em reconhecer uma literatura, uma escrita afro-brasileira?”. Qual a dificuldade em promover “um corpo-mulher-negra em vivência” e a “subjetividade própria que vai construindo sua escrita”, a sua arte literária?

Ademais, se considerarmos o caminho discursivo percorrido por mulheres negras na Literatura Brasileira, percebemos que este, por questões históricas, colonialistas, interseccionais e patriarcais foi tardio não porque elas não produzissem saberes, mas porque faltava-lhes reconhecimento das instituições e das coletividades. Segundo a pesquisadora Maria Cristina Batalha (2020, p. 247-248) “as escritoras negras dos últimos anos, no Brasil, tomam a palavra para revisar a sua história” que emerge de “um ângulo novo: não é mais do centro que vislumbramos o passado da colonização e da escravidão no Brasil, mas deslocando nosso olhar para a margem e falando a partir desse novo lugar”.

No entanto, percebe-se que mesmo sem o acolhimento que merecem, já algum tempo, está havendo uma grande movimentação para propagar a arte de escritoras negras através de

aquilombamentos literários⁹, além de coletivos negros e/ou editoras de grande ou não envergadura que promovem, mesmo que timidamente, publicações para incluí-las e divulgá-las, sendo alguns exemplos a Editora Malê, Pallas Editora, Coletivo Narrativas Negras, Kitembo, Mazza, Nadyala dentre outras (Nascimento, 2021b).

A escritora Conceição Evaristo (apud Oliveira, 2017) previa o fim das máscaras de silenciamento como outrora foram utilizadas pelos escravizados. Nesse sentido, também por ser um espaço de privilégios, o atual cenário literário brasileiro está sendo atingido por esses estilhaços até porque não podemos conceber apenas um Brasil, mas vários ‘brasis’ sujeitos a acolher e legitimar outras vozes sobre a mesma história da colonização e da barbárie que dela verteu. Como outras intelectuais negro-brasileiras, Eliana Alves Cruz propõe encontros com a ancestralidade para transcender histórias marcadas por subalternidade, racismo e preconceitos, exercitando a resistência através dos textos que compõem a sua obra ficcional.

Jornalista de formação, tendo atuado como assessora de imprensa em meia dúzia de Jogos Olímpicos, Eliana conheceu mais de trinta países e suas riquezas culturais. Motivada por essas experiências profissionais e pessoais, sua escrita literária acabou se entrecruzando com a história diaspórica africana e apurando seu olhar para apagamentos que necessitavam ser dialogados com a sociedade contemporânea, isso porque lembra Eliana Alves Cruz¹⁰ (2022) “cada corpo negro tem as suas particularidades, suas visões de mundo, mesmo que os fatos sejam os mesmos” e que as formas de opressão sigam sendo estruturantes e institucionalizadas. Importante ressaltar que, desde novembro de 2023, Eliana Alves Cruz apresenta a 4ª Temporada do Programa Trilha de Letras, na TV Brasil, dialogando com autores de grande relevância para o cenário editorial. Sobre a nova empreitada, refere a escritora que está bastante feliz por estar à frente do “único programa da TV aberta sobre literatura” (Primeira Página, 2023).

Quanto às suas obras é importante destacar que o romance pontua a maioria de suas narrativas, embora também a escritora atue com muita força em palestras, entrevistas, contos, poemas, crônicas e na literatura infantil. A narrativa que inaugurou a escrita literária de Eliana Alves Cruz denomina-se *Água de barrela* (2016) e fundamentou-se em cinco anos de pesquisa a partir das narrativas da sua tia Dodó. “Ao mergulhar nessa história, percebo que minha vida

⁹ “Cadernos Negros” é considerado um dos mais antigos aquilombamentos literários brasileiros. De 1978 a 2017, publicou 40 volumes com contos e poemas que, ano após ano, iam se alternando “proporcionando visibilidade para autores afrodescendentes e fomentando não só a literatura negra, mas também a produção literária das periferias”. Hoje, atua sob o nome de Quilombhoje, estando disponível no endereço eletrônico: www.quilombhoje.com.br

¹⁰ Citação extraída da palestra veiculada pelo Canal Sempre um papo, no YouTube, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=HiiLMAZLNG0&t=2453s>>. Acesso em: 7 set. 2023.

se divide em antes e depois desse livro, porque me deu a perspectiva realmente de quem eu sou, de onde eu vim exatamente, e isso é muito importante” (Cruz *in* Uzêda, 2018, p. 16).

Segundo Batalha (2020, p. 250) “barrela significa a mistura de água e cinza da madeira que era queimada nas fogueiras e que servia para alvejar as roupas”. O fato é que as histórias da própria família da autora acabaram lhe colocando dentro do Continente Africano e de lá para o Brasil, enquanto os tempos de escravização e outros grandes acontecimentos foram dando a tônica para a reconstrução de memórias ancestrais de mulheres negras que garantiram o sustento dos seus, lavando roupas para famílias brancas abastadas.

A autora recolhe fragmentos de conversas ouvidas nas senzalas, murmuradas junto ao fogão e aos tanques de lavar roupa, reúne recortes de jornal, fotos de família e objetos deixados pelo tempo para nos contar a trajetória de seus antepassados até os dias de hoje, percorrendo 3 séculos de história de uma família negra no Brasil (Batalha, 2020, p. 249).

Dada a sua importância, *Água de barrela* recebeu o Prêmio Oliveira Silveira da Fundação Cultural Palmares em 2015, além de menção honrosa do Prêmio Thomas Skidmore 2018, do Arquivo Nacional e da Universidade Americana *Brown University*. O romance memorialístico delineou com profundidade as várias gerações que foram impactadas pelo sequestro dos corpos negros. No entanto, consta a demonstração de que cada personagem ali retratada foi atingida psiquicamente de uma forma, muitas vezes não compreendendo que o sexismo, o racismo, o patriarcado e a escravização se imbricam quando o intuito é desmerecer a vida daqueles que foram expatriados de forma grotesca.

O segundo romance de Eliana Alves Cruz, *O crime do cais do Valongo* (2018), foi finalista do Prêmio Oceanos (2019), classificado como um romance policial e histórico que retoma o período de 1811 a 1831, quando milhares de pessoas negras provenientes do Continente Africano foram escravizadas e trazidas ao Brasil, aportando no Rio de Janeiro, no antigo Cais do Valongo, localizado em uma das regiões mais afastadas do centro da cidade, responsável por abrigar o livre comércio de pessoas como em um grande *shopping* hediondo sob céu aberto.

Ressalte-se aqui que o Museu Real, o Jardim Botânico, o Observatório Nacional, a Casa da Pólvora e o Cais do Valongo foram construídos pelo príncipe Dom João VI, membro da família real portuguesa, para agradar à elite brasileira. Segundo estudos, o Valongo recebeu mais de quatro milhões de africanos no período de 1780 a 1830 e foi sistematizado com dinheiro advindo de impostos cobrados pelo Estado dos traficantes de escravizados. Entretanto, as pessoas que chegaram vivas, antes foram desterradas de suas pátrias e ali separadas de suas

famílias, sendo distribuídas pelo complexo que era composto pelo Lazareto (hospital de quarentena para os que chegavam doentes), Casas de Engorda (local onde recebiam alimentação para depois serem vendidos), Armazéns de venda (local da venda dos escravizados) e Cemitério dos Pretos Novos (valas onde eram deixados os corpos inertes).

O palco de tantas tristezas foi localizado apenas em 2011, depois do início de um projeto da Prefeitura para revitalizar aquela área. Seis anos depois, em 2017, o Cais do Valongo foi tombado e tornou-se Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) por ser um dos “maiores sítios da memória da Diáspora Africana fora da África” (Rosa, 2020).

Eliana destaca que as palavras têm força pois “são testemunhas do nosso tempo”. Para ela, o jornalismo tem esse papel de registro e memória, e a sociedade nunca irá conseguir esconder quem é. O cais é uma das únicas memórias físicas da violência contra as pessoas negras representada pela escravidão e se tornou símbolo da resistência contra o racismo (Fontes, 2021).

Desta feita, embora o romance trate do assassinato de um homem branco há outra história mais relevante ali sendo narrada pelas personagens Muana, Roza e Mariano. Há ancestralidade e os segredos das personagens a respeito de um assassinato, além do que, “pouco importa quem matou o comerciante português. É de outro crime que trata o romance, de um crime que continua impune e que precisa ser reparado” (Batalha, 2020, p. 262).

Em 2019, o texto *A copa frondosa da árvore* surgiu como um conto publicado na edição dos Cadernos Negros de número 40. Logo, transformou-se em um livro infantil muito providencial com a missão de aproximar a estética do cabelo *blackpower* a uma árvore ancestral. A narrativa inicia descrevendo um lar bem cuidado e a tarefa corriqueira da avó a trançar o cabelo da neta. A tarefa ritualística incluía manter a criança tramada em meio às pernas negras da mais velha, enquanto a sinfonia de Tchaikovsky e a voz de Haroldo de Andrade conduziam em cadência os dedos ágeis junto aos tufos da copa frondosa. No entanto, mal sabia o mundo que “eu entraria no ônibus da escola e dele desceria algumas horas mais tarde, com uma meia descendo no sapato e outra na altura dos joelhos ralados, parte da blusa para fora do cós da saia e com minha copa de árvore completamente livre das amarras” isso porque a árvore da ancestralidade, mesmo passando por uma tempestade, continuará sendo nutrida por raízes e seiva fortes (Cruz, 2017, p. 179-181).

O desenho do mundo (2022) traz, em suas quarenta páginas, o personagem Pontinho que vivia “no meio de um mundo branco” levando a vida com quietude até descobrir que existem outros tons para colorir a vida. Destinado ao público infantil, a obra encanta pela

delicadeza dos desenhos, pelos textos curtos e pela complexidade com que as relações humanas e sociais são retratadas.

Em *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020), há a retomada do período colonial brasileiro, em pleno ciclo do ouro em Minas Gerais. Mesmo que o período retratado seja o ano de 1732, há “a presença das *fake news*, o fanatismo religioso, o preconceito e o conservadorismo” conflitos vivenciados pela protagonista Vitória, uma mulher trans negra, “uma africana liberta nascida no Congo chamada Nganga Marinda, que foi escravizada e batizada como Manuel Dias no navio negreiro por ter, segundo o narrador, um falo” (Silva e Souza, 2020):

nos personagens negros e negras da literatura e do cinema, a gente precisa de amor. Mesmo dentro da violência, da subalternização, todas as cicatrizes que a gente tem, mesmo dentro de todos esses sofrimentos, a gente precisa da experiência do amor para esses personagens. Eu quis colocar um amor verdadeiro, contra todos aqueles obstáculos da época (Cruz apud Fontes, 2021).

Nesse sentido, Eliana Alves Cruz pensa a transexualidade tão discutida no século XXI e a ampara em um outro tempo “exigindo um trabalho imaginativo em que a literatura pode escrever uma história tornada impossível” (Silva e Souza, 2020).

Em *A vestida* (2021), Eliana Alves Cruz traz 15 contos em que “o leitor se depara com crianças, jovens, mulheres e homens que, em meio a uma realidade violenta, parecem entender que a capacidade de sobreviver passa por um reencontro subjetivo consigo mesmo que não está apartado da ancestralidade” (Silva e Sousa, 2022). Também nesta obra, na medida em que as personagens negras vão ocupando outros espaços antes majoritariamente brancos, as percepções do racismo se sobressaem ficando mais palpáveis. Cabe ressaltar que com este livro, a autora recebeu o Prêmio Jabuti em 2022, na categoria Contos, rendendo-lhe ainda mais visibilidade e a oportunidade de participar de diversas Feiras Literárias dentro e fora do Brasil.

Denominado por Eliana Alves Cruz como “romance de libertação”, *Solitária* (2022) destaca o cotidiano de duas mulheres negras, mãe e filha que, aos poucos, vão fazendo do quartinho da empregada o seu lugar de re-existência dentro de um condomínio de luxo majoritariamente disposto pelo (co)mando de pessoas brancas. Segundo as pesquisadoras Allinni Silva Santos e Adriana Maria de Abreu Barbosa (2020, p. 415) “a re-existência se inscreve nos movimentos de mulheres que coletivamente tomam a linguagem, em suas diversas maneiras de realização, para se impor contra o sistema hegemônico de dominação sociocultural e política”. A narrativa versa também sobre aborto na adolescência, violência contra a mulher, alcoolismo, trabalho análogo à escravidão, afogamento e morte por abandono de incapaz, Lei de Cotas Raciais e a pandemia do COVID 19 que colapsou o mundo inteiro.

A escritora e ativista Glória Anzaldúa¹¹ (2000, p. 231) lembra que “não podemos educar as mulheres brancas e carregá-las pela mão. A maioria de nós deseja ajudar, mas não podemos fazer para a mulher branca o seu dever de casa”. Desta forma, enquanto mulher branca construindo uma identidade racializada, escolhi a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, para ser a minha bússola frente às grandes travessias que venho empreendendo para estudar o Brasil que não foi contado nos livros didáticos de outrora, sendo preferível viver o medo de identificar o racismo estrutural e interrelacioná-lo de forma equivocada a partir de uma obra literária do que me recolher à comodidade de continuar fazendo escolhas que engrossam o tônus do Pacto da Branquitude.

Desde o princípio dos estudos no Mestrado, busquei pesquisar as contribuições das mulheres negras em vários campos. Nestes dois anos, muitas vezes, fui questionada se havia alguma ancestralidade negra em minha família ou se meu marido era negro. Como se para estudar isso ou aquilo era preciso, antes, ter ‘afinidade corpórea’. Se esquecem os desavisados de que o colonizador fazia isso, ou seja, escravizava os corpos negros para deles tirar-lhes algum proveito para que a sociedade branca e patriarcal se mantivesse íntegra. A iniciação já havia se dado a partir da escrita de Jeferson Tenório e Itamar Vieira Júnior, dois premiados escritores negro-brasileiros. No entanto, foram Alice Walker, Chimamanda Ngozi Adichie, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Jarid Arraes que ampliaram as descobertas e, a cada leitura, a cada nova nomenclatura, fui sendo capturada pelas narrativas de mulheres negras. A ideia do afronte, da subversão a uma norma branca de escrita me fez perceber o entorno de outra forma.

O crime do cais do Valongo (2018), indicado por uma amiga, chegou antes de *Solitária* (2022) e com ele a falta de conhecimento a respeito de um fato histórico muito relevante para o contexto brasileiro. O fato é que Eliana é uma dentre tantas outras mulheres negras que estão produzindo literatura com “L” maiúsculo, sendo responsáveis por criar e fundamentar uma estética que sintetiza não só esses “bolsões de produção negra”, como menciona Grigoletto *et al* (2022, p. 5), mas toda uma linhagem artística que confabula da sua corporeidade para construir histórias que partem de uma ancestralidade afrodiaspórica que esteve silenciada por longos anos e que vem desbravando outros oceanos, se fazendo presente inclusive em vários eventos literários.

¹¹ Embora a referência seja o ano de 2000, o texto original da pesquisadora norte-americana Glória Evangelina Anzaldúa foi publicado em 1981. A versão aqui referida é a tradução de Édna de Marco, publicada na Revista Estudos Feministas, da Universidade de Santa Catarina, disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>>

Um desses foi a Feira Internacional do Livro, quando uma delegação brasileira capitaneada pela Ministra da Cultura, Margareth Menezes, levou a Havana “6000 mil livros, além de filmes e música”. Devido à crise do país, os livros foram vendidos a preços reduzidos e impressos em espanhol para que um número maior de cubanos tenha acesso à leitura. Emicida, Ailton Krenak, Jeferson Tenório, Socorro Aciolli, Frei Betto, Conceição Evaristo e Eliana Alves Cruz aproveitarão o pós-Carnaval para divulgar a literatura brasileira (Chade, 2024).

Destarte, se há o propósito academicista de explicar, veicular, referenciar e buscar a estética da autoria negra é porque, independente de suas orientações de gênero, escritoras e escritores vêm colhendo os frutos das suas insurgências que atravessam o escopo literário. Sem esquecer que “é por intermédio da língua que a gente deixa a nossa história para a posteridade” isso posto que “a representatividade não é um fim em si mesma. Ela tem uma função - que é a de ocupar o lugar que nos cabe nesse latifúndio” chamado Brasil que foi construído e nutrido por mãos negras que compõem a diversidade étnica que, dentre outros grandes feitos, também produz Literatura de, para, com e sobre corpos negros (Cruz *in* Uzêda, 2018, p. 22).

3 DA SENZALA AO QUARTINHO DA EMPREGADA

Para rememorar alguns aspectos da opressão racial frente ao trabalho doméstico negro refletidos na ficção de Eliana Alves Cruz, inevitavelmente é preciso retroceder a um tempo cronológico e histórico cristalizado também pela imagem abaixo:

Figura 1 – Era só uma brincadeira?



Fonte: www.anf.org.br/criancas-brancas-babas-negras/

Na imagem, uma mulher negra, possivelmente uma babá, faz as vezes de quadrúpede para alegrar a criança branca bem agasalhada e bem nutrida. Pelas vestes de ambas, delimita-se o Brasil Colônia e o trabalho de uma jovem negra na Casa Grande, já que para atuar nas plantações e/ou viver na senzala, o tecido escolhido para não a deixar sexualmente visível aos senhores patriarcais deveria, no mínimo, ser em cânhamo mais rude. Desta forma, andar bem vestida, mesmo sendo uma pessoa escravizada, também denotava a riqueza da família para a qual trabalhava.

Segundo a professora e pesquisadora Juliana Teixeira (2021, p. 26-31) “as mulheres negras eram trazidas do continente africano não somente para trabalhar nas lavouras, mas também nas casas dos senhores como amas de leite ou mucamas”. Lembra ainda a pesquisadora que “uma prática comum durante algum tempo no período escravocrata foi a de senhores tirarem a virgindade de meninas negras segundo a crença de que esse seria um meio de curar aqueles que estivessem contaminados pela sífilis”. Novamente, percebe-se que os senhores

patriarcais detinham integral poder sobre o corpo das mulheres negras e que este deveria ser possuído de todas as formas possíveis e inimagináveis, já que a “escravização e o racismo enquanto organização sociopolítica contribuíram para a perpetuação da estereotipia de que são mulheres para serem consumidas. No caso das trabalhadoras domésticas, sexual e laboralmente exploradas”, até porque “a abolição representou o fim legal da escravização, mas não necessariamente a relação de servidão”.

Hoje, a continuidade do uso de uniformes brancos frente ao trabalho doméstico evidencia as marcas de uma herança escravagista que se prolonga por demasia e que assusta (Santos apud Preta Rara, 2020a). Aliás, o fato de atribuir o adjetivo doméstico à palavra trabalho evidencia, de alguma forma, que alguém necessita de domesticação. Por conseguinte, só se domestica quem beira à animalização. Entretanto, a animalização deve ser atribuída ao racista e não às vítimas dele, pois este sim “se assemelha a um animal perigoso, que ataca à noite, silenciosamente, e cuja existência se denuncia apenas pelos rastros” (Carneiro, 2018, p. 132).

A perpetuação do racismo reverbera através da possibilidade da inexistência de conhecimento a respeito do que, por exemplo, representou a escravização de pessoas oriundas do Continente Africano por mais de três séculos. A respeito dos processos colonizadores, a professora emérita e pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2019, p. 13) argumenta que “reconhecer e compreender o que foi e continua sendo o confronto de significados nascidos, a partir de distintas referências étnico-raciais, experiências de vida, entre pessoas de diferentes pertencimentos sociais” explica o porquê da escravização de pessoas negras, ou seja, um crime contra a humanidade que é, diuturnamente, reiterado pelas práticas de racismo em todas as suas nuances.

Temos que procurar remontar esse passado, porque todo o nosso futuro tá um pouco intrincado pela lacuna que ficou por esse passado contado apenas por um lado. É como se a gente quisesse curar uma doença grave sem a devida medicação. E não é assim que as coisas acontecem. Então se queremos realmente ter alguma perspectiva de futuro precisamos ter esse passado muito bem explicado na nossa cabeça (Cruz apud Maria, 2020).

Outrossim, se não há disposição para compreender as motivações racistas é também porque inexistente a compreensão de um contexto histórico-político-econômico-social-racial em que o Brasil sempre esteve inserido. Nesse sentido, penso que ao tomar a palavra para si, Eliana Alves Cruz prioriza não só os fatos históricos para que a sua narrativa ficcional ganhe força e legitimidade, mas também a potencialidade dos corpos negros mesmo que incompreendidos. Em *Solitária*, as questões de subalternidade da empregada negra em relação à família da patroa

branca trazem os artifícios para delimitar o racismo estrutural brasileiro que, muitas vezes, por ser bastante sutil acaba por não ser observado e tratado como mera trivialidade. Até porque ao que parece, muitas vezes, “a senzala moderna é o quartinho da empregada” (Rara apud Sodré, 2019) protegida por todo um aparato excludente.

3.1 Breve panorama das trabalhadoras domésticas negras na Literatura: da realidade de Carolina Maria de Jesus às ficções de Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Jarid Arraes

Por muito tempo, o cotidiano leitor registrou pouco o trabalho doméstico negro enquanto *corpus* na Literatura Brasileira advindo das mãos de escritoras negras. O registro dessas personagens em romances existia a partir da percepção de escritores brancos como Monteiro Lobato, Aluísio de Azevedo ou Jorge Amado que ora sexualizavam ora subalternizavam os corpos negros em demasia, promovendo estereótipos e violentando as existências de suas personagens de alguma forma que ainda extrapola o espaço ficcional.

O pesquisador Cuti (2010, p. 28-29) relembra o surgimento de escritores negros e de uma literatura para leitores negros, localizada no final da década de 70 como uma nova demarcação histórica, quando do surgimento do “Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, cuja sigla logo passou de MNCDR para tão somente MNU – Movimento Negro Unificado”. Logo após, a série *Cadernos Negros* foi lançada como “uma iniciativa literária de contrarresposta à inércia de exclusão racial no Brasil” (Nogueira, s.d.). Desta forma, já no início do século XX, “os autores negros passam a incluir na sua temática o protesto, desenvolvendo no texto uma consciência crítica”, lançando-se “a esse empenho não por ouvir dizer, mas por sentir, por terem experimentado a discriminação em seu aprendizado” (Cuti, 2010, p. 13-29).

Nesse caminho, no Brasil da década de 60, Carolina Maria de Jesus trouxe sua linguagem própria, dedicando-se a projetar a sua existência de mulher negra favelada para romper com as perspectivas da branquitude acostuada a localizar os corpos negros de acordo com interesses de um patriarcado sexista vigente. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*¹² inaugura um estágio atemporal na Literatura de Mulheres Negras permitindo com que os leitores conheçam um Brasil que tratava de sobreviver, de resistir ao racismo e que buscava construir outros paradigmas para solapar o fato de nascer sob o jugo de poucos recursos.

¹² JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Ilustração de Vinicius Rossignol Felipe. 1 ed. São Paulo: Abril Educação, 2013.

Quanto ao trabalho doméstico negro, retratado na contemporaneidade por escritoras negras em seu fazer literário, destaco aqui Conceição Evaristo e seu conto *Maria do Rosário Imaculada dos Santos*¹³ em que uma menina negra brasileira, raptada de sua família, segue para trabalhar de empregada doméstica, atravessando seu cotidiano com as saudades da infância que ficou para trás.

Durante anos, vivi com o casal que me roubou de minha família, em uma casa grande, que parecia uma fazenda. Nos primeiros tempos, sofri muito, chorava noite e dia. Choro gritado e choro calado. Um dia, resolvi buscar o caminho de volta. Peguei a estrada, ou melhor, uma das estradas que dava para a casa deles. Caminhei muito até cair extenuada de cansaço e fome. Devo ter desmaiado, pois, quando acordei, estava no quatinho onde eu dormia (Evaristo, 2020, p. 47).

A protagonista Maria do Rosário passa a existência à procura das suas origens e mesmo que tenha casado, não quis ter prole para não lhes impregnar as dores do mundo. Refere Conceição Evaristo que esse livro de contos foi concebido enquanto ela escrevia a sua Tese de Doutorado, sendo uma forma de subverter aos ditames da “linguagem academicista” que, a todo tempo, tentava lhe sufocar. “Foi quando escrevi *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, um verdadeiro ato de insubmissão. Foi um livro muito pensado e organizado, escrevi com maldade, desafiando minha própria estética e narrativa” (Oliveira, 2022). Assim, ao contrapor supostas fragilidades, a autora vai se solidarizando, ao longo da obra, com mulheres negras como ela. Ressaltando que para o trabalho doméstico, a família branca vai designar o corpo da mulher negra.

Incomodada com o esquecimento de figuras femininas históricas, a escritora Jarid Arraes opta por retratar em cordéis a biografia de mulheres negras brasileiras. Na opinião da escritora, “o reconhecimento de mulheres negras de destaque é um caminho para combater o racismo” (Diário de Pernambuco, 2017). O cordel *Laudelina de Campos Melo*¹⁴, por exemplo, narra a saga da mulher negra responsável por criar o primeiro Sindicato das Empregadas Domésticas em São Paulo.

Por mais de quarenta anos
Laudelina trabalhou
Como empregada doméstica
Até que por fim parou
E abriu o seu negócio
Que feliz realizou.

¹³ EVARISTO, Conceição. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. 5 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020. p. 43-54.

¹⁴ ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. 1 ed. São Paulo: Seguinte, 2020. p. 77-83.

Ela vendia salgados
 E abriu uma pensão
 Saía em dias de jogo
 Pra vender à multidão
 Nos estádios da cidade
 Com garra e dedicação.

Mas não pense que por isso
 Ela abandonou a luta
 Pois tão cedo conheceu
 A dureza da labuta
 E jamais renegaria
 Sua batalha resoluto (Arraes, 2020, p. 80-81).

Fora do tom ritmado do cordel, Laudelina teve uma “vida sem amaciante”, como menciona Emicida¹⁵ (2016). Nascida em 1904, com apenas 7 anos teve de abandonar a escola para inserir-se na labuta de empregada doméstica. Com sua efervescente atuação no Movimento Negro e nas causas sindicais, deixou um legado incalculável, principalmente pela existência do Projeto de Emenda Constitucional conhecido como PEC das Domésticas que garantiu direitos a pessoas que, por muito tempo, exerceram suas funções sem uma série de parâmetros legais.

Já Cristiane Sobral em seu poema *Não vou mais lavar os pratos*¹⁶ apresenta a emancipação de um eu-lírico feminino negro frente às suas funções subalternas, embora antes haja a descrição do ambiente vivido e as possibilidades futuras de um novo horizonte ao promulgar a sua própria Lei Áurea, sem esperar que as instituições lhe concedam essa legitimidade.

Não lavo mais pratos
 Li a assinatura da minha lei áurea escrita em
 negro maiúsculo
 Em letras tamanho 18, espaço duplo
 Aboli
 Não lavo mais os pratos
 Quero travessas de prata
 Cozinhas de luxo
 E joias de ouro
 Legítimas
 Está decretada a Lei Áurea (Sobral, 2016, p. 26).

Ao mencionar que não vai mais lavar os pratos, o eu-lírico dialoga com o leitor porque a decisão de não executar algo sinaliza que as próximas palavras darão continuidade a um progressivo abandono de tarefas cotidianas, dentre estas o fazer doméstico para si ou para outros. Ao exigir “joias de ouro” requer o que há de mais valioso, ou seja, sua liberdade, isso

¹⁵ A canção *Mãe*, do rapper Emicida, homenageia Jacira, sua mãe, uma mulher negra que quase perdeu a vida por apanhar demais em um colégio de freiras.

¹⁶ SOBRAL, Cristiane. *Não vou mais lavar os pratos*. 3 ed. Brasília: Garcia, 2016. p. 23-26.

porque o corpo da mulher negra não vai mais se limitar a um espaço social onde a subserviência e o silêncio sejam a norma.

Como percebe-se, as narrativas das escritoras negras Carolina Maria de Jesus, de Conceição Evaristo, de Cristiane Sobral e de Jarid Arraes trazem os enfrentamentos cotidianos de trabalhadoras domésticas negras que convergem no eco de liberdade para romper com espaços subalternos, como também o faz Eliana Alves Cruz, em *Solitária*. Oportuno ressaltar que os gêneros textuais acima abordados podem colaborar e muito com a mediação em leitura, em virtude de que permitem com que os leitores se alinhem ou descubram narrativas em que trabalhadoras negras fazem-se presentes. Isso porque a leitura, tal qual uma grande edificação, pode providenciar e recategorizar a dimensão de outros mundos, sendo inclusive “capaz de moldar as humanidades futuras” e ampliar outras possibilidades de ser (Grigoletto; Paiva; Silva, 2022, p. 11).

Nesse sentido, o que de fato mediamos quando estamos absortos com as leituras que fazemos de forma solitária ou coletiva? Refere a pesquisadora Eliana Yunes (2021, p. 3) que:

No caso específico que nos reúne aqui, a questão é fazer se entenderem leitor e texto, leitor e autor, leitor e contexto. A questão começa por se saber – o lugar de fala – onde se situa este leitor que precisa descobrir-se para (re)agir. E nos perguntamos, para quê mesmo isto serve? [...] Se não entendemos quem somos, onde estamos, com quem vamos e para quê, de fato, a vida se torna vegetativa, condição dos muitos deserdados da vida social, cuja herança parca é sobreviver.

Ao entender como o leitor se comporta, como assimila a narrativa que abarca contextos sociais bastante palpáveis, de alguma forma, exercitamos a alteridade porque

ler permite colher, escolher, eger, todos os verbos de uma mesma raiz. Catar grãos aqui e acolá, para fazer seu próprio alimento, para garantir o seu sustento. [...] Quem lê cata grãos pelos textos alheios, dizia um sociólogo francês chamado Michel de Certeau (Yunes, 2014, p. 2).

Sem contar que se podemos catar grãos e garantir nosso sustento existencial, também podemos introduzir o cheiro da vida dos outros para compreender que o espaço ficcional acaba acessando memórias afetivas de um grande número de pessoas, leitoras ou não, que almejam ver-se retratadas para muito além dos quatinhos das empregadas (quase) da família, daí a importância “*do estar* no mundo para uma condição *do ser* no mundo” (Yunes, 2014, p. 2).

3.2 Codinha, Eunice e Mabel: as trabalhadoras domésticas negras (quase) da família

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese, em 2020, no Rio Grande do Sul, cerca de 36% (trinta e seis por cento) das mulheres negras exerciam suas funções em trabalho desprotegido, ou seja, sem o amparo da carteira assinada e da Previdência Social. A Organização de Mulheres Negras Brasileiras¹⁷ (2000) sobre a trabalhadora doméstica, indica que:

o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo.

Importante ressaltar que, em 2023, a PEC das Domésticas completou dez anos de vigência, um caminho que garantiu às/aos trabalhadoras/es domésticas/os, na sua grande maioria mulheres negras, acesso a direitos trabalhistas que já eram garantidos há muito tempo a outros profissionais. Vale lembrar que apenas em 1973, as/os trabalhadoras/es domésticas/os conquistaram o direito de ter registro em Carteira de Trabalho. Com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, a PEC das Domésticas viabilizou direitos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como, por exemplo, “carga de trabalho de 44 horas semanais, sendo no máximo oito horas por dia; o pagamento de hora-extra; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) obrigatório e multa de 40% para demissão sem justa causa” (Câmara dos Deputados, 2013). O pagamento de adicional noturno e férias remuneradas também foram incluídos na lista de direitos adquiridos.

A lei ainda determina que babás, diaristas e cozinheiras que trabalham por mais de dois dias na semana, na mesma residência, também devam ser registradas. Embora isso não seja uma realidade palpável, até porque trabalhar na informalidade garante, de certa forma, que o profissional tenha empregabilidade, muito embora permaneça distante de todo um aparato legal que o beneficia e protege¹⁸.

¹⁷ A filósofa e ativista Aparecida Sueli Carneiro também faz uso desta citação no seu artigo “Matriarcado da miséria”, disponível na obra Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil, publicado em 2011, pela Selo Negro Edições, texto também disponível em: <www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/> Acesso em: 15 dez. 2023.

¹⁸ Segundo a PEC das Domésticas, caso a pessoa cumpra uma jornada de trabalho de apenas dois dias no mesmo local já configura a necessidade de registro em carteira, como se mensalista fosse. No entanto, os empregadores e/ou as próprias diaristas se abstêm dos direitos porque acreditam que os valores a receber serão maiores. Um equívoco, porque o trabalho com registro assegura importantes benefícios.

Assim, se a PEC das Domésticas existe, foi porque Laudelina de Campos Melo, uma mulher negra, na década de 30, ousou cobrar direitos a favor de uma classe trabalhadora que era desassistida e pouco valorizada. Dali em diante, o movimento das/os trabalhadoras/es domésticas/os foi crescendo pelo país inteiro. Em 2013, durante a sessão do Senado Federal, que aprovou a nova legislação, Creuza Maria de Oliveira, outra mulher negra, foi destacada como símbolo de uma revolução, pelo então Presidente do Senado, deputado federal Renan Calheiros. Isso porque, na época, Creuza estava à frente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos. Hoje, Creuza é presidenta do Sindoméstico da Bahia dando prosseguimento às lutas de Laudelina e de tantas outras mulheres negras que tinham o seu fazer laboral não resguardado de forma responsável e digna. Segundo a Juíza do Trabalho, Dr^a Maria José Rigotti Borges “é uma categoria que ainda traz um ranço de um ideário colonial e escravocrata, mesmo após a PEC”, que foi uma grande conquista, mas por descumprimento da legislação, os casos de trabalho análogo à escravidão ainda vêm ocorrendo e alarmando a sociedade (Fantástico, 2023).

A intelectual negra Lélia Gonzalez (1984, p. 230) lembra que “quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”. Complementa a pesquisadora e ex-trabalhadora doméstica Preta Rara (2019, p. 11) que:

é importante ressaltar que o Brasil é o país que abriga o maior contingente de empregadas domésticas do mundo. Existem, aproximadamente, três trabalhadoras domésticas para cada grupo de cem habitantes, número que cresce ao longo dos anos, principalmente, quando se trata da presença de mulheres negras.

Ao retratar a personagem Eunice, em *Solitária*, Eliana Alves Cruz faz emergir a trabalhadora doméstica negra que povoa não só a memória saudosa das sinhazinhas, mas também um cenário costumeiro em várias regiões do país e que a legislação trabalhista não alcança. Aliás, é sabido que o trabalho doméstico abarca uma gama de tarefas para a manutenção de uma casa e da família que nela habita. Ocorre que, como em qualquer contrato de trabalho há o horário de início e de término, além do descanso remunerado semanal. Contudo, com a protagonista Eunice, a dinâmica era diferente, ou seja, suas tarefas excediam a exigência da lei. Também havia a presença da filha Mabel, a criança que cresceu tentando minimizar o cotidiano da mãe frente ao trabalho infundável dedicado à uma família branca. Havia ainda os abusos, as desconfianças e a falta de consideração pelos seres humanos que despendiam muito tempo de suas vidas a servir o alheio.

O fato é que antes de trabalhar para Lúcia, Eunice apresentava-se como diarista a fim de auxiliar na manutenção das despesas da sua casa.

Na hora lembrei de quando minha mãe me viu saindo para o meu primeiro dia como empregada doméstica. Ela estava muito contrariada e dizia que preferia mil vezes capinar, plantar, fazer o trabalho duro da terra, a ir para dentro da casa de rico. Ela lamentava e, eu dizia com um tom meio ofendido que não era para tanto, que o trabalho era digno e iria garantir nosso sustento honestamente. Nunca vou esquecer o que ela me falou. D. Codinha disse que sabia que era um serviço honesto, digno, mas mesmo assim se entristecia, porque olhava para mim e lembrava das histórias que a avó dela contava sobre servir em casas-grandes (Cruz, 2022, p. 79).

Desta forma, Eliana Alves Cruz ao narrar as preocupações de Dona Codinha, destaca o medo de que, naquela família negra, mais uma geração de mulheres fosse dedicar o seu suor no labor para famílias brancas e isso significava que os desamparos, o exagero e as frustrações iriam permear o trabalho desenvolvido por Eunice, por mais idôneo e dedicado que ele fosse. Nesse viés, a primeira inserção de Mabel na família de Lúcia deu-se de forma bastante conturbada e esse momento vem para explicitar em que lugares o racismo estrutural pretende dispor os corpos negros.

Dona Codinha acaba adoecendo e mesmo desgostosa com a situação, Eunice decide levar Mabel à casa de Lúcia, a nova patroa, residente em um dos apartamentos suntuosos do Condomínio *Golden Plate*, para quem “ela trabalhava lá havia pouco tempo” (Cruz, 2022, p. 16). Seriam apenas quatro dias até que a outra empregada voltasse. Contudo, Mabel, ainda criança, acabou provisoriamente indo parar no quartinho, “um lugar para serviçais, criadas, babás, domésticas, amas, empregadas. Todos esses nomes que deram e dão até hoje a quem é quase da família” (Cruz, 2022, p. 19):

Mamãe estava muito preocupada em não incomodar a patroa com a minha presença, e de tempos em tempos ia ao quartinho me ver. Seu rosto muito negro aparecia pela metade na porta e espiava. Apenas os olhos grandes, brilhantes, belos, pretos e o lenço imaculado e bem passado na cabeça surgindo e sumindo, sumindo e surgindo... (Cruz, 2022, p. 18)

Para uma criança, os momentos em que Mabel passou à espera da mãe, no quartinho apertado, foram longos demais. Assistiu à televisão pequena, comeu os biscoitos e bebeu a água que Eunice pusera na mochila. Sentiu vontade de urinar, mas não podia sair dali. Tinha que aguardar e acabou descobrindo que havia um “microbanheiro atrás de outra porta branca: um vaso sanitário, um chuveiro que por pouco não estava sobre o vaso e, em frente aos dois, uma

pia com um espelho na parede acima dela” (Cruz, 2022, p. 18). Era ali que Eunice vinha para lavar o rosto e as mãos e dar a reparar, ao longo daquele dia, a filha pequena.

Em um desses momentos, a porta recebeu leves batidas. “Era uma mocinha toda vestida de branco que pedia para usar o banheiro” (Cruz, 2022, p. 19). Babá aos 13 anos, Irene estava também no apartamento e cabia a ela cuidar de Bruninho, o filho da aniversariante Helena, sobrinho de Lúcia e do seu marido Tiago. Assim, enquanto todos festejavam, a moça resolveu procurar o banheiro destinado aos serviçais, já que precisava fazer a troca do absorvente íntimo.

Percebendo as explicações de Irene quanto a haver mais uma criança ali, Mabel vai se esgueirando pelos espaços à procura de Bruno, o ‘possível amigo’. Ao chegar na piscina, fica encantada e resolve sentar para pôr os pezinhos na água. O menino estava lá também. “Ele estava mergulhando e subindo rápido. Depois foi caindo, caindo, caindo, fundo, fundo, fundo...” (Cruz, 2022, p. 21) e, logo, o corpinho alegre e ligeiro, ficou inerte e pálido.

Nas minhas lembranças, as imagens são borradas a partir daí. Foi tudo como numa avalanche. O berro, os adultos da sala derrubando cadeiras e voando para o terraço, seu Tiago e o pai do menino mergulhando de roupa e tudo, as mulheres na borda em pânico, chorando. A respiração boca a boca. O menino ainda respirava. O grito por um médico, d. Lúcia ao telefone chamando uma ambulância. As únicas coisas de que me lembro nitidamente são a imagem de d. Helena diante da mocinha de branco e o tapa ruidoso que deu no rosto dela antes de bater em retirada com os paramédicos e a festa inteira. Aquilo foi mais alto que o grito agudo da menina (Cruz, 2022, p. 23).

Na sua inocência, Mabel não percebeu que, na verdade, Bruninho estava se afogando longe dos olhos de Irene e enquanto os adultos dançavam animados. Em resumo, três crianças negligenciadas pelo presente que as contemplava e por um destino que as unia.

Também a espreitar aquele contexto caótico estavam as nuances do racismo estrutural sobre os corpos das domésticas negras. Eunice que punha a filha pequena ao abrigo do quatinho afastado da branquitude e Irene, a mocinha impúbere a cuidar de outra criança, sem poder exercer, ao menos, seu direito de usar qualquer banheiro do apartamento. Entretanto, Eunice sabia que “as crianças” como Mabel e também como “ela foi e, antes dela, a sua mãe, e a mãe de sua mãe até a [...] décima avó – não entendiam muito bem o que era isso de ser criança. A gente sempre foi miniatura de adulto. Irene era mais uma na lista” (Cruz, 2022, p. 26). Aliás, será que na ‘lista’ de Lúcia, apenas as crianças brancas mereciam ter uma infância feliz? Aos corpos negros cabia unicamente o silenciamento e a invisibilidade frente ao espetáculo divertido dos outros?

Devido ao afogamento, Bruninho ficou por um longo tempo hospitalizado. Ficar embaixo d’água sem respirar causou-lhe danos irreversíveis no cérebro e, diante das

circunstâncias, alguém precisava ser punido pela falta de cuidado com o menino. De qualquer forma, Eunice e Irene, sabiam que seriam julgadas e rezar era a única escolha porque “para Deus e Nossa Senhora nada é impossível...” (Cruz, 2022, p. 26).

Eunice foi culpabilizada por Tiago de ter trazido Mabel à casa, embora Lúcia tivesse aceitado a presença da criança ali.

A Lúcia não sabe viver sem empregada, e quando você não tiver com quem deixar vai trazer essa criança pra cá. Sou advogado e já estou prevendo tudo. Não quero me responsabilizar. Gosto deste apartamento e não pretendo me mudar dele porque crianças passeiam desacompanhadas por aí e podem causar acidentes. Eu não tenho filhos (Cruz, 2022, p. 27).

Realmente, Lúcia e Tiago ainda não tinham filhos e esta condição trazia alguns conflitos entre o casal, inclusive no dia do acidente do sobrinho, ambos tiveram uma discussão.

- Você na piscina, tão feliz brincando com o Bruninho... E que conversas eram aquelas sobre filhos na minha frente?
 - É nosso sobrinho, ora! Nem tudo é sobre você, Lúcia.
 - Quer jogar na minha cara a sua vontade de ser pai que eu nunca poderei realizar?
 (Cruz, 2022, p. 20)

Uma discussão recorrente e uma condição que logo mudaria por completo. Após o afogamento, Eunice foi demitida, recebeu o cheque e seguiu com Mabel para uma agência bancária. Seu pensamento se dividia em como seria a partir dali. Dona Codinha estava doente, o marido bebia e gastava o pouco que tinham, enfim, a protagonista vislumbrava dias difíceis. No entanto, suas reflexões foram abruptamente interrompidas. Dona Lúcia, com o carro emparelhado ao ônibus, implorava que Eunice voltasse ao apartamento, pois precisavam conversar sobre tudo o que havia acontecido até então.

- Eunice... Vamos ter um bebê! – d. Lúcia revelou.
 - Vamos precisar de alguém de confiança aqui e, apesar do terrível incidente... [...]
 - ... apesar de tudo, você sempre foi boa empregada, e a verdade é que não temos muito do que nos queixar. Então, vamos reconsiderar. (Cruz, 2022, p. 29-30)

Reconsiderar? Aliás, o que necessitava ser reconsiderado? O fato de uma trabalhadora doméstica negra ter que deixar sua filha enclausurada porque precisava atender à família branca abastada? Reconsiderar que Eunice não era a culpada pelo afogamento de Bruninho e que, graças à curiosidade de Mabel, as sequelas não foram maiores para o menino? Ou quem sabe reconsiderar que Irene, por ser adolescente, assumiu responsabilidades que não lhe cabiam, laboravelmente e psicologicamente, falando?

Da borda da piscina para as colunas jornalísticas, seguiu Irene da Silva, a babá adolescente. Isso porque Helena acusou-a de omissão em uma entrevista e, depois que um dos jornais assinalou “o fato de que Irene não passava de uma criança cuidando de outra”, os patrões deram jeito de tirá-la de circulação. “Tal qual uma mercadoria com defeito que é devolvida com raiva ao fabricante, Irene foi mandada de volta à sua família no interior do estado, de onde saíra aos onze anos para trabalhar” (Cruz, 2022, p. 33).

Para a lógica racista não é permitido aos corpos negros transitar por todo e qualquer espaço e caso estejam onde não deveriam estar, são culpabilizados pelas fatalidades que vierem a ocorrer. Se, por ventura, existir um ‘lugar do querer’ para o corpo negro haverá o ‘lugar do poder’ para o corpo branco. Nesse viés, a pesquisadora Sueli Carneiro (2011, p. 101) refere que:

inculcar a visão de que a mobilidade social está aí, disponível igualmente para todos, dependendo apenas do esforço pessoal de cada um para a sua realização. Desaparecendo, assim, as condições históricas que vêm produzindo e reproduzindo a pobreza dos negros. Então, os excluídos, de vítimas, se tornam réus.

Assim, porque era conveniente para Lúcia que Eunice e Mabel retornassem ao Condomínio - o trabalho que antes era de segunda a sábado - agora se estenderia até que a folga de algum domingo lhes chegasse com atraso. Eunice era requerida por Lúcia e o marido Tiago, já que a patroa ficara grávida e precisariam da ajuda integral da trabalhadora doméstica e da sua boa vontade em aceitar algumas determinações prévias: “- No entanto, teremos muitos gastos novos e imprevisíveis... – seu Tiago prosseguiu. – Vamos precisar fazer um pequeno ajuste no seu salário” (Cruz, 2022, p. 30). Como percebe-se, haveria gastos com o futuro bebê e era Eunice quem deveria ter o salário reduzido. Mabel também poderia frequentar o apartamento, mas, desde que, Eunice “se responsabilizasse” em mantê-la “nas dependências de empregada e, de preferência, no quartinho” (Cruz, 2022, p. 30).

Então, a protagonista decide levar Mabel para o *Golden Plate*, pois Sérgio – o marido alcoólatra – não tinha condições de cuidar sozinho da própria filha e, nos últimos tempos, vinha se mostrando bastante agressivo. Inclusive Jurandir, o zelador paraense, também morador do Condomínio, já havia percebido alguns sinais da violência doméstica que Eunice estava a sofrer.

Com muita delicadeza, como se pegasse em algo muito frágil, Jurandir retirou os óculos dela. A base de rosto escondia um pouco, mas não muito. Naquela época era bem difícil encontrar maquiagem a um preço popular e que combinasse com o nosso tom, ou seja, se não ocultava imperfeições leves, quanto mais... Ele passou o polegar delicadamente na mancha embaixo do olho esquerdo dela (Cruz, 2022, p. 32).

Dessa forma, Eunice e Mabel passam a habitar o pequeno quarto, o cubículo apartado das demais áreas de convivência branca, perto da cozinha, do banheiro, da área de serviço e das lixeiras responsáveis por acolher as sobras, isso porque:

quando ter uma empregada que dorme no trabalho passou a ser algo caro e não de muito bom-tom, os corretores de imóveis chamariam esse local da casa de “quarto reversível”, um nome para não chamar o quartinho de quartinho ou do que ele realmente era (Cruz, 2022, p. 18-19).

A pesquisadora Juliana Teixeira (2021, p. 49) relata que era bastante comum que os patrões realizassem testes para conferir a confiabilidade de seus subordinados, ‘esquecendo’ grandes quantias em dinheiro em locais aleatórios. Mesmo que Eunice fosse considerada ‘quase da família’ também passou por um destes testes e lembrou-se frustrada das palavras de Dona Codinha quanto a trabalhar com pessoas ricas.

Abri e contei o dinheiro... Para elas podia não ser grande coisa, mas para mim era muito. Aquela quantia resolvia as infiltrações na cozinha e comprava roupas novas pra Mabel, que estava crescendo e perdendo tudo...garantia também alguns remédios da minha mãe...E alguém ali tinha aquilo tudo no bolso! (Cruz, 2022, p. 79).

No entanto, Eunice guardou o objeto e o entregou à Lúcia quando esta voltou do passeio com as amigas. “Ela pegou a carteira, contou nota por nota e me olhou com um sorriso enigmático” (Cruz, 2022, p. 80). Naquele momento, a protagonista percebeu que a sua honestidade havia sido testada de forma proposital.

Camila então nasceu. A criança tão esperada por Lúcia e Tiago veio ao mundo e “cercavam-na de tantos cuidados que ela aparentava ser feita do mesmo material de um vaso chinês milenar que repousava iluminado em um nicho na sala, fora do alcance de mãos distraídas que não soubessem quantos milhões valia” (Cruz, 2022, p. 43). Dessa maneira, Mabel foi abandonando suas bonecas, abandonando o pouco de criança que ela sabia e podia ser, em prol de Camilinha até porque:

Eunice deixava os patrões acharem que não precisavam de mais ninguém. Se pensarmos direitinho, eles estavam certos. Para que gastar com mais empregadas se tinham uma que valia por duas e vinha com uma ajudante grátis? (Cruz, 2022, p. 44)

Colado a um panorama colonialista¹⁹, a ajudante grátis ou a adulta em miniatura, dividia o pouco tempo de seus estudos com as crueldades perpetradas pela criança de bochechas rechonchudas que lhe puxava o cabelo “dizendo que era muito duro” (Cruz, 2022, p. 45). A menina branca crescia sem limites, maltratava a vizinhança do prédio, desrespeitava os colegas da escola. No entanto, Eunice parecia a única a lhe pôr freios quando Lúcia não estava por perto. Enquanto isso, Mabel sentia-se humilhada por Camila e ainda preterida por Eunice.

Vinte anos da existência de Eunice foram dedicados a servir Lúcia, Tiago e Camilinha e o fato de Mabel estar residindo junto da mãe no quatinho deslocado dos privilégios brancos, não foi o bastante para que ambas estreitassem seus laços de confiança. Os dias eram de trabalho árduo e constante, Eunice não tinha tempo para ver a filha crescer e não reparou quando esta tornou-se mulher aos 14 anos e, angustiada, acabou abortando o filho que esperava de João Pedro, o filho do zelador Jurandir.

Tive um sangramento intenso e em certo momento pensei em gritar, pedir a d. Lúcia que chamasse uma ambulância, mas me segurei. Eu tinha que terminar aquilo, pois o fantasma na tela azul escrevia que ficaria tudo bem. E fui até o fim. Fiz tudo no banheirinho. Não tive coragem de ir para o quatinho (Cruz, 2022, p. 65).

Então, em Eunice começou a brotar o propósito de romper com a sua vida de subserviência e isso fica bem sinalizado depois que ela surpreende Mabel e João Pedro namorando no depósito do *Golden Plate*. Em seguida, a revelação sobre o aborto já consumado é feita:

Desabei naquele pátio que tinha sido palco para tantas brincadeiras e festas daquela gente rica. Chorei pela minha filha, ainda tão menina... pela minha mãe, que um dia esteve no lugar onde eu estava agora, e por mim, que um dia fui como a Mabel, uma garota que se achava muito adulta. Por que esquecemos tão rápido que já fomos jovens? [...] Ela me disse que perdeu o bebê, e aquelas palavras me levaram a um passado que eu pensava estar soterrado (Cruz, 2022, p. 91).

Pouco a pouco, os desejos que estavam encarcerados em algum outro quatinho dentro de Eunice foram emergindo. O servilismo míope da trabalhadora doméstica negra foi fenecendo devido à parceria com Jurandir e à determinação de Mabel para buscar uma vaga no curso de Medicina, “fico com pena do sacrifício que era se tornar invisível. Além dos espaços apertados

¹⁹ Aníbal Quijano (2005, p. 120) quando fala sobre “colonialidade e eurocentramento do capitalismo mundial” indica que o “trabalho pago seria privilégio dos brancos”, ou seja, o trabalho não remunerado estaria designado “às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América”. Disponível em: <edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4109238/mod_resource/content/1/12_QUIJANO.pdf> Acesso em: 8 fev. 2024.

que ocupávamos, o silêncio era um companheiro. Era preciso estar presente sem estar” (Cruz, 2022, p. 97). Enfim, outras formas de visualizar o espaço que tanto a oprimia, que tanto a silenciava foram trazendo novas perspectivas de vida à protagonista.

Enquanto delineava um novo futuro, Eunice assistiu com alegria aos esforços de Mabel e Cacau, filho caçula de Jurandir, em busca da tão sonhada vaga em uma universidade pública com a auxílio da Lei de Cotas Raciais que, quase não chegou devido à balbúrdia que Camilinha resolveu fazer exatamente no sábado, véspera do vestibular.

Eles não queriam que existisse paz para que Mabel fizesse uma boa prova. Hoje consigo ver. A bagunça era de propósito. Os jovens foram chegando, cada um trazendo uma bebida e uma comida, e o terraço da piscina se encheu rápido. Eu e Mabel estávamos completamente desesperadas, porque quando a noite caiu a festa estava no auge e não dava o menor sinal de acabar (Cruz, 2022, p. 106).

Contudo, o astucioso Jurandir desligou a rede elétrica inteira do *Golden Plate* para que a festa terminasse e, dessa forma, Mabel e Cacau pudessem enfim dormir o sono dos justos. Porém, até chegar o resultado feliz para os jovens vestibulandos, Eunice sentia que sua estadia na residência de Lúcia estava chegando ao fim. Isso porque as exigências laborais também lhe assustavam e pareciam nunca findar. Não era apenas organizar o lar dos outros. “O trabalho de doméstica remonta também a um espaço social que atravessa os séculos e bebe à fonte da escravidão. Mulheres negras responsáveis por cuidar, limpar e alimentar um lar” (Bento, 2022, p. 80).

Passei anos de nossa vida pondo panos quentes e tentando equilibrar a situação entre Mabel e Camila, mas eu era apenas a empregada. D. Lúcia dizia para todo mundo que eu era parte da família e por um tempo cheguei quase a acreditar nisso. Achava mais fácil e menos doloroso acreditar... Acontece que Mabel era de outra geração (Cruz, 2022, p. 108).

E, por ser de outra geração, Mabel rompeu com os anos de subserviência junto à família branca. A sobrecarga de trabalho, a indução para que a jovem abortasse, os deboches, as desconfianças, a falta de incentivo para com seus estudos e, por fim, a inexistência de reconhecimento pelo excelente desempenho no vestibular fizeram eclodir em Mabel todo o desprezo pelas pessoas que se nutriam da estrutura racista que circundava aquelas relações.

- D. Lúcia, agradeço o seu apoio, mas eu não lhe devo nada, não. Entendi o que a senhora fez no passado. [...]
 - Seu Tiago, lembra que o senhor riu debochado achando que eu nunca conseguiria passar no curso de medicina? Muito obrigada por me fazer lembrar desse sorriso todos os dias em que eu me sentava com o Cacau pra estudar em silêncio lá nos fundos, para não atrapalhar vocês, os donos deste palacete... [...]
 E você, Camila... é uma menina bonita, muito inteligente. O dia em que conseguir pensar em alguma coisa que não seja você mesma, pode se tornar uma grande mulher (Cruz, 2022, p. 110-111).

Naquela noite, Mabel não mais retornou ao *Golden Plate*. Eunice ainda voltou para dormir e buscar os santinhos, suas roupas e o terço que tinha ficado no quartinho. Com poucas palavras, a protagonista disse à Lúcia que estava de partida ao que esta lhe respondeu “é sempre assim com gente como vocês. Uma hora não adianta, a ingratidão chega” (Cruz, 2022, p. 117), rompia-se assim, o “estereótipo da mãe preta fiel e subserviente” (Machado, 2022, p. 256) e restava a equivocada insolência e arrogância. Na verdade, as constatações de Lúcia e de sua família os colocavam, equivocadamente, como vítimas. Em sua tese de doutorado, a pesquisadora Lia Vainer Schucman (2012, p. 12-13) explica que o

racismo nunca impediu que convivêssemos com os negros ou que tivéssemos relações de amizades e/ou amorosas com eles. No entanto, muitas vezes essas eram relações em que os brancos se sentiam quase como fazendo “caridade” ou “favor” de relacionar-se com os negros, como se com a nossa branquitude fizéssemos um favor de agregar valor a eles, porque, afinal, estávamos permitindo aos negros compartilhar o “mundo” de superioridade branca.

Destarte, o racismo vai deixando suas máculas porque coloca as pessoas brancas como receptoras ideais de um modo de viver que se relaciona com privilégios e que oprime principalmente pessoas negras, pardas e/ou indígenas. Lembre-se aqui que esse estabelecimento de hierarquias de acordo com o que cada pessoa deve fazer na sociedade, acaba por limitar espaços que poderiam ser preenchidos por todas e todos, independente da classe, da raça e/ou do gênero que as definam.

Então, cinco anos distanciaram Mabel e Eunice da família de Lúcia. As protagonistas foram ocupando as espacialidades desejadas; a filha envolvida com os estudos médicos; a mãe dedicada à família que formou com Jurandir, o antigo zelador do condomínio. No entanto, esse tempo não havia afastado Eunice das memórias audaciosas de Lúcia e, novamente, a trabalhadora doméstica negra era colocada pela patroa branca no espaço de subalternidade e de um fazer doméstico que tanto a oprimiu. A trabalhadora doméstica negra ‘quase’ da família seria assediada para ocupar, nem que fosse por algumas horas, o espaço social que a colocava próxima do cheiro da vida dos outros.

Então, o *Golden Plate* mobilizava Eunice para um novo episódio racista. Inicialmente, lhe cabendo o compromisso de ensinar Luzia, uma das tantas empregadas que por lá passaram, a cozinhar a feijoada de que tanto apreciava Camilinha.

Dona Lúcia ligou para dar a notícia da viagem de Camila [...]. Ela disse que vi a menina crescer e que ela fazia questão da minha presença na despedida. Falou também que tudo tinha ficado no passado e que estava com uma nova empregada, que não sabia fazer a feijoada que Camila tanto gostava. Então, ela estava me chamando para cozinhar no encontro que a filha faria com as amigas... (Cruz, 2022, p. 125-126).

O fato é que Camilinha estava de partida para um intercâmbio e Lúcia havia reunido as amigas da filha para uma despedida especial. Jurandir era contra, mas o dinheiro oferecido por uma tarde de trabalho, ajudaria Mabel a comprar alguns livros para a universidade. Eunice foi recebida com muita alegria, “meus pensamentos desviaram quando Camila me recebeu com um abraço apertado. Fez uma festa quando me viu” (Cruz, 2022, p. 128). Entretanto, a protagonista continuava apreensiva em retornar ao *Golden Plate* e logo os vestígios do carinho que nutria por Camila foram diluídos em uma bruma dilacerante.

Quando avistei o Gi de longe, desacelerei. Não tive coragem. Me faltaram todas as forças das pernas e dos braços. Eu tremia como nunca havia tremido. Nem quando perdi meu bebê na juventude, nem no dia do quase afogamento do Bruninho, nem na primeira crise com o Sérgio, nem na morte de mamãe, nem no dia em que soube da gravidez e depois do aborto da Mabel, nem nunca (Cruz, 2022, p. 132).

A queda do menino Gilberto, o desamparo de Luzia, o desespero de Camilinha e de Lúcia fizeram desmoronar em Eunice camadas de silenciamentos que havia sofrido por décadas, ainda mais porque a família branca evitava arcar com a negligência que tinha ocasionado a morte da criança. Para a protagonista havia um passado de subserviência, contudo era chegado o momento de prevalecer um futuro de resistência.

D. Lúcia mais uma vez escondia e desculpava os erros da filha, que sob tamanho estresse voltou a ser a garota que conhecíamos bem, cheia de vontades e achando que o mundo devia pedir permissão a ela para existir. [...] Camila estava encrencada, e d. Lúcia já havia combinado com todo mundo a história que contaria. Só tinha esquecido uma pessoa (Cruz, 2022, p. 135).

A polícia iria investigar quais situações haviam contribuído para a morte de Gilberto. Mabel forçava a mãe a contar o que sabia, enquanto isso Eunice refletia e tinha consciência de

que a verdade precisava ser dita, isso porque como refere a pesquisadora Sueli Carneiro (2011, p. 182) “diante da barbárie, a primeira vítima é a lucidez” e a primeira não passaria incólume, no que dependesse da protagonista.

A dona da cobertura do Golden Plate não imaginava ter de lidar com aquela mulher renovada, livre do sentimento de servidão e gratidão por receber muito menos do que merecia durante anos de dedicação e trabalho incessante. Não sabia que Eunice estava finalmente seguindo o conselho de d. Codinha e cuidando da própria vida, completando os estudos e recomeçando. [...] Eunice olhava para a frente acompanhada de todas as infâncias interrompidas que não puderam crescer (Cruz, 2022, p. 160).

Camila acabou sendo incriminada, não pôde sair do país e o sonho do intercâmbio momentaneamente pereceu. Lúcia e Tiago foram processados por questões trabalhistas. Enfim, parte da branquitude instalada no *Golden Plate* começava a pagar pelas violências que havia perpetrado contra pessoas negras.

Ao legitimar a sua fala, Eunice rompe com anos de silenciamento e ergue-se contra um estrutura histórica-patriarcal-racista que a dispôs sob longo período, não porque ela quisesse, mas porque foi oportuno em determinado momento. Assim, quando Mabel começa a delinear um futuro longe do rótulo de ‘doméstica quase da família’, Eunice dá-lhe apoio para que uma nova existência seja acalentada e construída por e para ambas. Então, o quartinho da empregada onde inexistiam benesses dará lugar ao quarto de descanso, ou seja, o consultório onde a doutora Mabel vai compreender que o chá de cidreira ensinado pela avó não só acalma por ser uma erva aromática, mas também porque permite que reminiscências sejam acessadas, fazendo-a lembrar que, como refere a pesquisadora Grada Kilomba (2019, p. 85) “a experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização” que precisa ser extinguida até porque “a desconstrução da brancura como ideal de ego da sociedade é imperativo para a libertação e cura de todos: negros, brancos, indígenas, orientais” (Carneiro, 2011, p. 81).

4 O ESPAÇO DOS CORPOS NEGROS EM *SOLITÁRIA*

Ao falar do corpo, a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2011b, p. 150) menciona que “o corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, visto que a nossa localização na sociedade se dá por sua mediação no espaço e no tempo”, ao que completa o sociólogo José de Souza Martins (1999, p. 52) que “a centralidade do corpo persiste mesmo onde concepções modernas das relações sociais dominam os processos interativos e, supostamente, também o imaginário”.

Assim, para pensar o corpo negro dentro da narrativa de *Solitária*, construída por Eliana Alves Cruz, antes é considerável pensar em como se dá a sua movimentação fora da ficção e de que forma o cotidiano brasileiro está imbricado no romance. Sabe-se que o corpo negro não está plenamente livre para usufruir sem medo de todos os espaços sociais que são designados, historicamente, às pessoas brancas. Há os percalços e as abordagens sempre direcionadas ao mesmo alvo em virtude do racismo. Neste sentido, a pesquisadora Grada Kilomba (2019, p. 75-76) explica que “no racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é construção de/da diferença”, ou seja, a pessoa negra é diagnosticada “diferente” em relação às pessoas brancas, como se o parâmetro fosse o da branquitude. “A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos”, ou seja, às pessoas negras se vinculam estereótipos que as classificam como cidadãs de segunda classe.

A persistência do corpo, na sua dialética de corpo carnal e simbólico, como mediação fundante da consciência social, porém, está em toda a parte. Ela é a referência revolucionária da universalidade do homem no contraponto crítico e contestador à coisificação da pessoa e à exploração do homem pelo homem na mediação das coisas (Martins, 1999, p. 55)

Ou seja, uma forma também vista de objetificar o sujeito, determinando-lhe pré-conceitos com o poder de estigmatizar. Junto à primeira e à segunda características, une-se o poder “histórico, político, social e econômico” sendo “revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde”, por exemplo, como afirma Grada Kilomba (2019, p. 76).

Ainda sobre o racismo imputado aos corpos negros, o pesquisador Silvio Luiz de Almeida (2019) lembra que este faz parte das engrenagens que sustentam a sociedade brasileira, ou seja, “é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo”. Assim, é uma

arma capaz de ferir não só o psicológico de um determinado grupo de pessoas, mas também e, principalmente, seus corpos.

Sobre a disposição do corpo negro feminino em espaços de labor, menciona a pesquisadora Beatriz Nascimento (2021a, p. 58) que:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais.

Pesquisando sobre as obras literárias antecedentes à *Solitária* (2022), percebe-se que Eliana Alves Cruz tem um projeto ambicioso para desnudar este país e, para isso, se abebera do contexto histórico brasileiro para construir e sustentar os percursos discursivos de suas personagens. Neste viés, quem nunca vislumbrou a trabalhadora doméstica negra que adentra as casas das famílias brancas muito jovem e que continua por gerações a acalantar os filhos dos outros? Quem nunca conheceu a diarista negra que recebe menos do que deveria porque, na visão daqueles que compactuam com a branquitude não há muitas tarefas a realizar porque ‘a casa está sempre limpinha’? Quem nunca ouviu falar da trabalhadora doméstica negra que permanece no imóvel quando este é vendido e/ou alocado tendo seu corpo reduzido à objetificação? Inicialmente, são narrativas que soam longínquas, no entanto, existem, persistem e resistem mesmo que a abolição da escravatura tenha ocorrido há mais de dois séculos.

Refere Pierre Bourdieu (1993, p. 163 apud Dalcastagnè, 2014, p. 294) que “as imposições mudas dos espaços arquitetônicos se dirigem diretamente ao corpo, obtendo dele a reverência e o respeito que nascem do distanciamento”. Lembro aqui que os corpos das protagonistas acabam sofrendo com esses deslocamentos, principalmente porque os espaços de privilégio são destinados aos personagens brancos que ocupam as melhores áreas dos apartamentos e do condomínio, com o que há de deferência em relação à alimentação, moradia, transporte, saúde, educação e acesso a bens de consumo. De certa forma, colocando-os em situação de subalternidade já que além de Lúcia e sua família, outros corpos brancos seguem querendo perpetuar um sistema escravocrata vislumbrado inicialmente no Brasil Colonial, que extrapola o romance e também é percebido nos dias atuais.

No entanto, antes da análise que se faz necessária é preciso trazer os conceitos de espaço elencados na obra *Dicionário de Teoria da Narrativa*, de Carlos Reis e Ana Cristina Macário Lopes, professores da Universidade de Coimbra, em Portugal, isso porque “a descrição de um

espaço geográfico ou social pode contribuir para a motivação de um percurso narrativo” (1988, p. 11) que vai muito adiante do que está sendo localizado em dado momento, permitindo retroceder ou premeditar que aquela narratologia nasce de algum outro cenário que merece ser retratado, lido, pensado e debatido. Neste caso, para Reis & Lopes (1988, p. 205) “o espaço social” se concentra em “ilustrar ambientes que ilustrem, quase sempre num contexto periodológico de intenção crítica, vícios e deformações da sociedade”. Também em um “plano mais restrito o espaço da narrativa centra-se em espaços mais reduzidos: a casa, por exemplo”, transformando o apartamento onde as protagonistas orbitam em um microcosmo racista, ou seja, um pequeno recorte fortemente identificável na sociedade em que estamos todos inseridos.

Distinguindo o espaço social em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, percebe-se que tanto Eunice e Mabel quanto os demais personagens negros Jurandir, Irene, Dadá, dona Hilda, Marciano, Luzia, Cacau, João Pedro e Gilberto ocupam espaços de subserviência determinados pelas suas funções sociais dentro do romance. Assim, respectivamente, o porteiro, a babá, a trabalhadora em situação análoga à escravidão, a cuidadora, o faxineiro, a empregada novata, as crianças negras que crescem e se esforçam para ser invisíveis e não ‘atrapalhar’ a labuta dos seus genitores circundam a estrutura racista do Condomínio *Golden Plate* que é retroalimentado pelos corpos brancos dos personagens Lúcia, Tiago, Camila, Helena, General Feitosa e dona Imaculada, por exemplo. Quanto ao plano mais restrito indico o apartamento da família de Lúcia por contrapor visivelmente um lugar para os corpos negros e outro para os brancos, de acordo com a movimentação desses em espaços mais específicos e racialmente dicotomizados.

Em palestra para o Canal Sempre Um Papo e o SESC Vila Mariana, em 29 de junho de 2022, Eliana Alves Cruz foi questionada sobre o nome que os capítulos do romance *Solitária* receberam, para o que a autora²⁰ respondeu:

Tem um ditado que diz, né, que as paredes têm ouvidos, têm ouvidos, mas tem boca também e quando a gente entra no lugar, ele fala para você sobre muita coisa. A gente entra na casa de alguém, a casa fala com você, os móveis, a disposição dos cômodos, o tamanho, a casa fala sobre quem nela habita e também eu quis dar voz a uma arquitetura. É uma arquitetura toda desenhada para excluir. Arquitetura é cúmplice do nosso crime da escravidão do Cais do Valongo. Arquitetura cooperou e coopera ainda hoje para excluir. O que acontece em São Paulo com a população de rua, quando as pessoas não querem as pessoas na sua calçada? [...] Então, as construções falam sobre aquela sociedade. A gente vem de uma sociedade que construiu senzalas, calabouços, locais de tortura que conviviam dentro do mesmo espaço onde as pessoas comiam, dormiam, viviam, criavam seus filhos. [...] Essa senzala virou a casa dos fundos, que depois virou quarto, o sótão que depois virou quartinho e que é uma tecnologia que

²⁰ A citação direta ora mencionada compreende a transcrição do trecho 54:54 a 56:56, da palestra de 1:13:22, postada no YouTube, no Canal Sempre Um Papo e o SESC Vila Mariana, em 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HiiLMAZLNG0&t=1895s>> Acesso em: 20 abr. 2023.

vai se aperfeiçoando, vai mudando para o quê? Para continuar a mesma coisa. É o que falei lá no início. A sociedade brasileira é muito criativa em não mudar (Cruz, 2022).

Importante evidenciar que a obra em questão está dividida em três partes: *Mabel* com dezesseis capítulos; *Eunice* com catorze e, por fim, *Solitárias* com quatro. Nas duas primeiras partes, as protagonistas narram o transitar de suas existências compondo a geografia do apartamento e/ou do condomínio nomeando também seus capítulos. Já na Terceira Parte do romance de Eliana Alves Cruz, quatro capítulos compõem o fechamento da narrativa: *Quarto de empregada* traz a voz do quartinho onde Eunice e Mabel dormiam. *Quarto de porteiro* conclama as vozes negras para que se unam e façam justiça. *Quarto de hospital* traz um recorte da pandemia do COVID 19 e as mortes que a doença causou, no Brasil, por falta de gestão pública de saúde. Finalizando, *Quarto de descanso* traz a realização dos sonhos de Mabel e de Eunice, além das memórias afetivas que trouxeram mudanças para as protagonistas. Com essa descrição, pretendo estabelecer conexões a partir da semântica da palavra solitária que muito bem pode retomar o cubículo penitenciário designado ao preso perigoso, como ao parasita que se alimenta dos nutrientes alheios ou ainda ao estado de contar com sua própria companhia.

Assim, para pensar a disposição destes espaços em que estão localizados os corpos negros em *Solitária*, é prudente retomar as leituras sob a ótica da Teoria da Literatura quando trata mais especificamente do espaço social em detrimento ao espaço geográfico, haja vista que há a transcendência dos limites físicos para os existenciais, embora a localização do Condomínio *Golden Plate* também explicita que a área nobre onde está localizado traduz a condição financeira dos seus condôminos. Também as questões relacionadas ao corpo negro são dialogadas frente aos estudos desenvolvidos por Toni Morrison (2019), Patrícia Hill Collins (2016), Lélia Gonzalez (2020) e outras pesquisadoras que engendram essas subjetividades.

Para compreender melhor a arquitetura racista em que Mabel e Eunice estão momentaneamente subjugadas, as tabelas que seguem permitem visualizar a delimitação dos espaços transeuntes das protagonistas dentro das três partes que compõem a narrativa. Logo depois, segue a análise a partir dos capítulos que compõe as três partes do romance em questão.

Quadro 2 – Espaço transeunte das protagonistas

Primeira Parte: Mabel	Denominação dos Capítulos	Tribunal da Inquirição Branca	Territórios de Resistência
	Quintal, Planta baixa, Piscina, Cozinha, Escritório, Portaria, Salão de festas, Portão, Calçada, Quarto do Bebê, Escadas, Banheiro, Pracinha, Recepção, Banheirinho, Janela	Planta baixa, Piscina, Cozinha, Escritório, Portaria, Recepção	Quintal, Salão de festas, Portão, Calçada, Pracinha, Janela
Segunda Parte: Eunice	Denominação dos Capítulos	Tribunal da Inquirição Branca	Territórios de Resistência
	Quintal, Sala de estar, Jardim, Parede, Quarto de despejo, Salinha, Área de serviço, Capela, Porta de entrada, Chão, Criada-muda, Telefone, Espelho de cristal, Laje	Sala de estar, Parede, Salinha, Criada-muda, Telefone, Laje	Quintal, Jardim, Capela, Porta de entrada, Chão

Fonte: Daniela Cristine Jantsch

No subcapítulo “Tribunal da Inquirição Branca” retomo os espaços sociais em que as protagonistas romperam com estereótipos quando foram injustamente culpabilizadas pelos personagens brancos. Já no subcapítulo “Territórios de Resistência” nomeio os espaços sociais em que as personagens se irmanaram para sobreviver a um sistema que propunha deslegitimar e silenciar, principalmente, as personagens negras.

4.1 Um pouco de vigilância antes do afrente

Como é característica dos romances, o deslocamento dos corpos não se restringe a apenas um espaço, até porque há muitos outros que podem e merecem ser retratados. Por exemplo, poderia citar o espaço do “trem lotado” como “uma espécie de refúgio seguro” onde “ali, mesmo de pé e apertadas, as pessoas desabam seu cansaço”, não só Mabel e a mãe, mas uma infinidade de outros corpos que tornam aquele lugar multiterritorial e multicorporal (Cruz,

2022, p. 17). Ou ainda o “leito de hospital” que serviu “de encruzilhada onde se reencontraram passos que pareciam perdidos um do outro para sempre” e que acabou aproximando Hilda, o General Feitosa, João Pedro, Bruninho e Tiago na angústia de terem o organismo fazendo morada para o vírus mortal (Cruz, 2022, p. 152).

Assim, para compreender a geografia e a trama em que as personagens extrapolam o arcabouço ficcional, já que poderiam estar localizadas em qualquer apartamento da elite branca brasileira à época da Pandemia do COVID 19, aciono o teórico Osman Lins (1976, p. 69) quando refere que “tudo na ficção sugere a existência do espaço – e mesmo a reflexão, oriunda de uma presença sem nome, evoca o espaço onde a proferem e exige um mundo no qual cobra sentido”.

Quanto ao espaço social ainda menciona Lins (1976, p. 74-75) que:

a categoria das edificações existentes no local onde vive ou se move a personagem pode indicar o seu espaço social; [...] pelo estilo de vida que implica, com todo um quadro de hábitos, de relacionamento humano, de perspectivas, etc. Tanto pode o espaço social ser uma época de opressão como o grau de civilização de uma determinada área geográfica.

Dessa forma, interessa aqui como a estrutura do *Golden Plate* acolhe os corpos negros estabelecendo-lhes funções que são interseccionalizadas por gênero, classe e raça, como uma grande “avenida identitária” que irmana os conceitos e práticas do racismo, do capitalismo e do patriarcado através de “modernos aparatos coloniais” (Akotirene, 2021, p. 19).

Lendo com atenção, vislumbra-se que as áreas internas e externas ao apartamento acabam nomeando os capítulos que compõem a Primeira e a Segunda Partes do romance *Solitária*, como se a cada momento um cômodo fosse proclamado a conduzir os corpos das protagonistas a dar a sua versão dos fatos. Então, é a partir desses espaços integrantes do Condomínio *Golden Plate* que as personagens vão cumprindo com as suas prerrogativas e fazendo-se parte de um espaço social premeditado pelos não-negros. Assim, há espaços de privilégios para os personagens brancos, enquanto aos personagens negros são delimitados os espaços subalternos como a portaria e o quartinho da empregada.

Como na Primeira Parte, a narradora é Mabel compreende-se que seja a protagonista quem mais vai ser solicitada para que a trama se desenvolva, também por possuir características psicológicas que a levam para situações de afronte, de quebra de regras e de insubordinação, assim, é natural que o seu transitar seja mais exercitado. Já na Segunda Parte de *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, é Eunice quem vocaliza alguns fatos já apresentados nas 72 páginas antecedentes. A circulação de Eunice no romance compreende ambientes internos e externos

ao apartamento, conjugando a sua existência não só ao seu fazer doméstico, mas também aos cuidados com a sua mãe dona Codinha, com o marido alcoólatra Sérgio, com a filha Mabel e às gentilezas de Jurandir, o porteiro do *Golden Plate*, além da interação com outras trabalhadoras negras com quem se irmanava em afetos e angústias.

Observa-se que a existência de Eunice estava bastante impregnada do seu trabalho doméstico, isso porque havia um constante ir e vir, sem hora e tempo para acabar. Ela e a filha habitavam um espaço onde estavam “ao alcance do comando de voz, do olhar, ao alcance das mãos... A tempo e hora, vinte e quatro horas por dia” (Cruz, 2022, p. 19). Quanto ao percurso da protagonista Mabel percebe-se que mesmo que ela tenha sido criada dentro de um sistema absurdamente escravocrata, seus movimentos são trabalhados no intuito de desgastar a estrutura racista, misógina, patriarcal e servil a que está submetida.

Não obstante, a vida que Mabel vai delineando para si surge ao observar o cotidiano de Tiago, marido de Lúcia. O advogado tinha os afazeres dele, tinha muito amor pela filha Camila e pela esposa, mas isso não impedia “que ele abrisse mão de si mesmo. E foi isso que comecei a desejar, porque via que minha mãe abria mão de si própria, do seu futuro e da nossa família por conta deles” (Cruz, 2022, p. 45). A partir disso, Mabel compreendeu que para buscar um futuro diferente ao da genitora, precisava ter um projeto de vida, já que não era herdeira de privilégios. Com “um pé na cozinha”²¹ ainda poderia estar, mas sua mente passava a almejar a sala elegante e refinada que a família branca costumava usufruir.

Então, os espaços que eram por vezes contemplativos para Eunice, para Mabel passaram a ser de batalhas e de expurgo dos dejetos acumulados por anos de constrangimentos. No entanto, antes de percorrer os passadiços que as levarão para uma existência financeiramente mais digna, será necessário acessar outros espaços transeuntes como as escadas. Aliás, caracterizadas como um espaço transitório - de ascensão ou de declínio - são as escadas que captam o primeiro beijo entre Mabel e João Pedro, “estava com catorze anos, e um dia, na escadinha que levava ao apartamento de d. Lúcia, ele me beijou. Foi uma explosão de sensações” (Cruz, 2022, p. 51), ou seja, explosão de desejos que se propagou por todas as partes do prédio e culminou na primeira relação sexual da protagonista com o filho mais velho do porteiro, sobre “o tapete cheiroso e macio”, com “todos os bichos do quarto” sendo “testemunhas” do desvario adolescente (Cruz, 2022, p. 52). Assim, o prazer, o gozo e o deleite

²¹ A pesquisadora Taís de Sant’Anna Machado em seu livro “Um pé na cozinha: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil” (2022, p. 20), refere que a expressão popular “um pé na cozinha” reflete o “estereótipo da mãe preta cozinheira”. Ao vislumbrar a sala elegante, Mabel passa a se deslocar não só em direção a um espaço geográfico, mas também social.

são externados dos dois corpos negros que se esparramam pelo espaço de privilégio branco. No palco do amor, o afronte dava-se por completo.

Posteriormente, surpreendendo-se grávida, Mabel acabou sendo interpelada por Lúcia que desconfiou da mudança corporal da jovem. Atordoada, sem saber o que fazer, é instigada pela patroa a não “assumir uma responsabilidade tão grande”. Na verdade, Lúcia acabou tocando “em outras questões cuja complexidade” Mabel “levaria mais de uma década para compreender” (Cruz, 2022, p. 63). A verdade é que a ‘preocupação’ de Lúcia ampara-se ao que a pesquisadora Sueli Carneiro (2011, p. 134) traduz como “biopoder”²², ou seja, “a estratégia que permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver” indo de encontro aos sentimentos “quase” familiares da patroa branca com as protagonistas. Aliás, se Camila estivesse grávida, haveria a mesma espécie de indução para que se livrasse do ser indesejado, através de medicação e orientações via celular? Por que Mabel não pôde recorrer à mesma clínica da garota rica “do apartamento 31”? (Cruz, 2022, p. 55-56).

Diferente da primeira relação sexual, Mabel não escolheu um espaço garboso do apartamento. Optou pelo seu banheiro para perpetrar o aborto do filho porque “o lugar minúsculo amenizava” a sua “sensação de desamparo e abandono”. Já o quartinho lhe “assombrava porque tudo ali tinha o cheiro, a cara e a marca” da mãe Eunice (Cruz, 2022, p. 66) que podia até lhe censurar mesmo sem estar ali fisicamente.

Para Regina Dalcastagnè (2001, p. 117-118):

toda narrativa é um ardente campo de batalha, onde se disputam desde o direito de contar a própria história – com as implicações que esse processo acarreta, especialmente no que diz respeito à demarcação da identidade – até a possibilidade de reinterpretar o mundo, ainda que lhe emendando um outro. Em meio à tamanha luta, não é de se estranhar que - personagens, narradores, e mesmo autores, lancem mão de qualquer recurso disponível para lhes garantir a legitimidade da fala.

Como a narrativa atravessa o crescimento de Mabel, da infância à adultez, percebe-se que a protagonista acaba tendo maior circulação tanto nos ambientes internos como nos externos ao confinamento a que está submetida e porque consegue se locomover com mais altivez, os espaços de confronto ao invés de desencorajá-la frente às batalhas que precisam ser travadas, acabam fortalecendo-a dia após dia.

²² A pesquisadora Sueli Carneiro (2011, p. 131-134) no artigo denominado “Biopoder” retoma os estudos de Michel Foucault (2002) para analisar, inicialmente, a postura do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, quando defende a “legalização do aborto como forma de prevenção e contenção da violência” indicando que “a fertilidade das mulheres das favelas cariocas” as transformava em produtoras de “marginais”. Ao falar de biopoder, Michel Foucault analisa a sociedade a partir do século XVIII e as questões do Estado em exercer domínios de poder inclusive sobre os corpos da população.

Segundo Gilberto Freyre (2003, p. 435-436), na contraditória obra *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* quanto à promoção “de indivíduos da senzala à casa-grande, para o serviço doméstico mais fino” deveriam ser priorizadas as “qualidades físicas e morais”. Em contraponto, *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, mobiliza Mabel a abandonar o quartinho da empregada não para realizar o trabalho braçal e/ou ocupar a sala de estar como mera espectadora, mas para buscar através da qualificação profissional e acadêmica o espaço social que a elite brasileira branca se ilude e se regozija pensando ser a única merecedora. Até porque como salienta a escritora Toni Morrison (2020, p. 7) o corpo negro está vivo, “não apenas andando por aí, e falando, e trabalhando, e se reproduzindo, mas florescendo, gozando dos benefícios da cidadania plena e dos frutos de seu próprio trabalho”, assim, nada mais justo que sonhar e exercitar as próprias conquistas.

A paixão que Mabel nutria por João Pedro ainda continuou após o aborto, mas feneceu depois que Eunice os surpreendeu no depósito do edifício. De forma intensa, Eunice temia que a filha ficasse mal falada, que fosse humilhada e que cometesse os mesmos ‘erros’ do seu passado. Isto posto, diante do lamento da mãe, a jovem protagonista revelou o namoro às escondidas e a interrupção fetal que fizera. A ocasião pedia que os segredos fossem rompidos para que ambas seguissem unidas, também porque o *Quarto de despejo*²³ necessitava ser limpo e organizado para a dar espaço a novas memórias que foram plantadas com a disposição não só de Eunice e Mabel, mas também de Jurandir, Cacau e João Pedro na “salinha acanhada, como todos os cômodos destinados” aos corpos negros residentes no *Golden Plate* (Cruz, 2022, p. 93-94).

Aparadas as arestas, Mabel e Cacau decidiram focar nos estudos e a *Área de serviço*²⁴ passou a significar o tênue espaço entre permanecer na Casa-grande ou emancipar-se da senzala moderna. Assim, todas as tardes, os jovens foram se apoiando para que a universidade passasse a ser a nova realidade para ambos. “Já tinham o ‘dom da invisibilidade’. Já sabiam como estar sem deixar ninguém se aperceber de que estavam. Quando havia muita gente em casa ou se Camila não tinha aula, eles desciam e estudavam numa das mesinhas do pátio”, rotina que perdurou por “quase dois anos”, mas que os consagrou vitoriosos frente aos olhos resilientes de seus pais, Eunice e Jurandir (Cruz, 2022, p. 97-98).

²³ Quarto de despejo é um dos capítulos da Segunda Parte denominada Eunice.

²⁴ Área de serviço é um dos capítulos da Segunda Parte denominada Eunice.

4.2 Tribunal da Inquirição Branca

Segundo o dicionário Aulete Digital (2024a) “tribunal” pode ser definido como o “local em que se realizam julgamentos”. Já para o conceito de “inquirição” consta “ato de inquirir testemunha realizado por autoridade competente”. Quanto ao vocábulo “branca” este pode estar ligado à “moeda de prata” ou “aguardente”, no entanto aqui estreita-se o conceito racial, ou seja, qualificar o sujeito como herdeiro de matizes genotípicas que incidem torná-lo, na sua parca concepção, como o indivíduo ‘padrão’ em relação às demais etnias.

Desta forma, ao unir os termos Tribunal da Inquirição Branca identificam-se os espaços em que as protagonistas foram julgadas como réis e/ou testemunhas tendo que legislar em suas próprias defesas nas duas primeiras partes do romance que concentram o apartamento localizado no condomínio elitista. Enquanto a figura do julgador coube à Lúcia ou a qualquer outro membro de sua família branca que acreditava ser locatária de seus corpos negros.

Na Primeira Parte, localizo o Tribunal da Inquirição Branca nos capítulos *Planta baixa*, *Piscina*, *Cozinha*, *Escritório*, *Portaria* e *Recepção*, lembrando que há interconexões entre eles que desencadeiam ainda mais opressões. Desta forma, acredito imprescindível resgatar esses momentos a fim de pensar como o Pacto da Branquitude se interconecta com estas questões e mesmo que o recorte seja ficcional, sabe-se que a literatura de Eliana Alves Cruz é também um espaço propício para discutir as questões ligadas ao racismo estrutural e institucional brasileiro.

Segundo a arquiteta Natália Salla (Alves; Alcântara, 2022) “analisar a planta baixa é uma das partes mais importantes do projeto, pois a maneira como a casa se organiza impacta diretamente na nossa qualidade de vida, na funcionalidade da nossa rotina e, principalmente, em como sentimos o espaço” e em como esse espaço torna-se motivação para disputas. Destarte, em *Planta baixa* a estrutura do apartamento é apresentada junto dos espaços em que os corpos brancos e os negros podiam transitar. Enquanto a família de Lúcia se divertia na cobertura, Mabel ficava encarcerada no quatinho da empregada e Eunice corria para dar conta da “bandeja cheia de copos sujos e com várias garrafas de bebidas vazias” (Cruz, 2022, p. 20-21). À babá Irene nem todos os espaços estavam também disponíveis, inclusive o incidente com Bruno deu-se porque ela estava impedida de utilizar o banheiro social e acabou se ausentando ao utilizar o banheiro do quatinho da empregada, mais afastado do restante do apartamento.

Em *Piscina*, a babá negra Irene é culpabilizada pelo afogamento de Bruninho porque mesmo que houvesse muitos adultos no mesmo espaço, era a menor de idade que seria agredida, demitida e devolvida à família por não ter cumprido com as suas ‘obrigações laborais’. Um espaço que deveria ser usado para diversão, acaba se tornando um espaço de melancolia, de quase morte para o corpo branco e de perdas existenciais para o corpo negro.

Na *Cozinha*, enquanto o menino é hospitalizado por seus familiares, Irene é acalentada por Eunice que resolve ouvir a jovem para firmar uma estratégia de defendê-la futuramente. Ao “lavar, jogar fora e [...] ordenar também as emoções”, a doméstica negra usa “a velha tática para amansar o mar interior que se agitava dentro dela”. Isso porque metaforicamente as melhores sobras do cardápio seriam colocadas “na geladeira dos patrões” e não ficariam à disposição dos corpos negros que estivessem ali (Cruz, 2022, p. 25).

No *Escritório*, Eunice é exonerada porque Tiago não sabia que Mabel estava na casa, no episódio do acidente na piscina. Aliás, se não houvesse o alerta da menina, as sequelas cerebrais teriam comprometido ainda mais a vida de Bruno, mas isso não estava sendo levado em consideração. Importava é que alguém alterava a lista dos convivas e a filha pequena da empregada sobrava naquele contexto, pois ainda não tinha uma função social definida como Irene e Eunice, as domésticas negras que estavam lá para servir. Entretanto, depois de descoberta a gravidez de Lúcia, Irene é reintegrada ao cargo e como os cuidados com a casa e o bebê aumentariam, Mabel também poderia ‘ficar’ no quatinho da empregada, mesmo que isso significasse encarcerar uma criança em fase de crescimento e de aprendizagem em um espaço inadequado, com pouca ventilação e metragem insuficientes para desenvolver-se com o vigor de sua idade.

Em *Portaria*, Eunice reavalia as agressões que vem sofrendo de Sérgio, enquanto Jurandir seca suas lágrimas. Também Irene é dispensada de suas atribuições como babá. Após, após dois anos convivendo com Bruninho e mesmo trabalhando desde muito jovem, a adolescente acreditava que retornar à casa familiar de origem seria retroceder em sonhos e desejos que a sociedade capitalista emana como o ideal de vida digna. Neste sentido, a pesquisadora Christina Sharpe (2010) citada por Machado (2022, p. 50) refere que “a mulher negra escravizada dentro da casa” considera que está em melhor “posição material” do que a que está no campo, no entanto “posicionada em meio às brutalidades íntimas cotidianas da dominação doméstica branca” a escapatória pode estar “em sua mente”.

Recepção traz a gravidez de Mabel à tona, depois de ter sido observada ‘discretamente’ por Lúcia. Sem acanhamentos, sem comunicar Eunice e “depois de fazer um pequeno discurso sobre o corpo da mulher, os direitos e os atrasos na legislação”, a patroa branca, antecipadamente, sugere que a adolescente descarte a criança (Cruz, 2022, p. 63) já que manter a gestação naquelas condições lhe traria muitos entraves. Aliás, como explicar a manutenção de duas empregadas, sendo que uma delas poderia configurar trabalho infantil?

Já na Segunda Parte, denominada Eunice, indico os capítulos *Sala de estar*, *Parede*, *Criada-muda*, *Telefone* e *Laje* como os novos espaços em que o ‘Tribunal da Inquirição Branca’

foi instalado para que a família de Lúcia atribuísse os desconfortos e as negligências que aconteceram a tão somente os corpos negros.

Na *Sala de estar* a idoneidade de Eunice foi sabatinada. O dinheiro que estava na carteira encontrada “entre as almofadas do sofá” era muito maior do que os proventos da protagonista, mas “as palavras” da mãe não lhe saíam do pensamento (Cruz, 2022, p. 79). Isso porque dona Codinha já havia alertado a filha do que significava “servir em casas-grandes”, ou seja, a convivência próxima nunca seria de confiança absoluta por parte dos patrões. As confrontações permeariam as relações de trabalho porque os corpos negros, no ideário da família branca, eram sempre invejosos.

Em *Parede* o vaso chinês caro foi quebrado por Bruno que tentava acertar Camila com um cinzeiro, enquanto Mabel assistia temerosa à cena de desavença entre os primos por causa de um sanduíche. O fato é que Camila não respeitava as debilitações do menino que tinha “dificuldade para falar e se mover, por isso usava uma cadeira de rodas” (Cruz, 2022, p. 86). Alguns cacos do vaso atingiram a testa de Eunice, no entanto a preocupação de Tiago, marido de Lúcia, era encontrar a apólice da seguradora que salvaguardaria aquela situação inusitada. Como se percebe, não interessava o sangue no e do corpo negro. Interessava que o objeto de decoração fosse restituído porque ele sim agregava valor ao apartamento.

Criada-muda traz toda a força de anos de descontentamento de Eunice com a família de dona Lúcia isso porque nos capítulos anteriores *Porta de entrada* e *Chão* é narrada a batalha de Mabel e Cacau para conquistarem uma vaga em uma universidade pública, após dois anos de estudos entremeados com o trabalho doméstico no *Golden Plate*. Ao comemorarem a vitória no vestibular, as protagonistas percebem que o momento é de total ausência de alegria por parte da família empregadora e de providencial tensão detonada pelas falas de Lúcia à Mabel: “Eu sabia que você era muito jovem para interromper a vida daquela forma. Agora, vejam só, vai ser médica!” e “Prepare-se porque mesmo numa universidade pública esse é um dos cursos mais caros do país...” (Cruz, 2022, p. 109). Na primeira fala, percebe-se que Lúcia lembra à jovem que a ajudou no aborto e que esta foi uma boa escolha a fazer, visto que ser mãe adolescente lhe privaria de muitas coisas. Na segunda fala, Lúcia lembra que o curso de Medicina, embora esteja disponível em uma universidade pública, ainda pode vir a ser inacessível à protagonista, filha de uma empregada doméstica que vive de favor no apartamento dos ricos. Para explicar este estereótipo, a pesquisadora Lélia Gonzalez (2020, p. 187-188) refere que “a empregada doméstica não é muito diferente da ‘mucama’ de ontem, ou seja, “a negra é incapaz, inferior” então não se pode “aceitar que ela exerça profissões ‘mais elevadas’, ‘mais dignas’ (ou seja: profissões para as quais só as mulheres brancas são capazes)”. Desta

forma, percebendo o espaço social em que a família branca costuma dispor às protagonistas, é chegada a hora dos tensionamentos.

Assim, como segue a sequência narrativa em *Criada-muda*, Eunice opta por não ser mais silenciada. O lugar de “criado-mudo” destinado a “quem ficava ao lado da cama dos senhores” e de “pessoa escravizada, que precisava ficar ali, calada e à mão para qualquer necessidade de seus donos”, em breve, seria destituído. Era só o tempo de arrumar seus poucos bens e os seus santinhos. De outro modo, não só o dia despertava, despertava também uma Eunice fortalecida pelos embates de uma vida, fazendo frente às acusações de Lúcia: “É sempre assim com gente como vocês. Uma hora não adianta, a ingratidão chega... (Cruz, 2022, p. 117) ao que a protagonista redarguiu: “Eu era sua empregada. A senhora não me fez caridade”. Entretanto, se Lúcia não foi benevolente com Eunice e a filha, o que foi que ela fez? Sobre a discriminação racial, menciona a pesquisadora Lélia Gonzalez (2020, p. 187-188) que “a trabalhadora negra tem que ficar no ‘seu lugar’: ocultada, invisível”, sendo subserviente aos mandos e desmandos dos patrões. Como bem se vê, o capítulo *Criada-muda* retoma um espaço colonial que atravessa o século XXI e também impacta a personagem Dadá, que vivia “em cárcere privado, em condições similares à escravidão” impetrado pela síndica Imaculada Beira Alta (Cruz, 2022, p. 119). No entanto, esse episódio será aprofundado no capítulo *Um condomínio para estruturar o racismo brasileiro*, desta Dissertação de Mestrado, por estar mais ligado à estrutura racista que compreende o edifício e que atinge outros corpos negros.

Telefone convida Eunice a regressar ao apartamento de Lúcia, já que há um espaço temporal que as afastou. Enquanto as protagonistas vão progredindo em suas existências, Lúcia monopoliza as atenções para o intercâmbio que a filha fará em breve e para isso convoca a ex-empregada a cozinhar uma feijoada. Atravessando o capítulo, seguem ainda *Espelho de cristal* e *Laje* quando um novo Tribunal de Inquirição Branca será delineado, muito embora, desta vez, o veredito não será positivo para Lúcia e Camila. Aliás, há sempre um fio condutor que contribui para que os crimes se concretizem. O fato é que a vida de Gilberto, filho da empregada Luzia, foi negligenciada por Camila e suas amigas. Lúcia, buscando proteger a filha, tenta dissuadir Eunice em expor outra versão aos policiais, isso porque a mãe branca “mais uma vez escondia e desculpava os erros da filha” (Cruz, 2022, p. 135). Erros esses que, possivelmente, sob a supervisão de um bom advogado criminalista passariam a ser de qualquer pessoa, menos de algum membro da rica família.

4.3 Viveremos em quaisquer espaços

A Terceira e última parte do romance denomina-se *Solitárias* é composta por quatro capítulos: *Quarto de empregada*, *Quarto de porteiro*, *Quarto de hospital* e *Quarto de descanso* mostrando ao leitor que a narrativa será em primeira pessoa e agora vocalizará os espaços que infundiram Eunice e Mabel no centro de uma encruzilhada, sendo testemunhas de todo um panorama existencial construído sob descaso para com as pretagonistas. Descaso este que elucida o que a pesquisadora Cida Bento (2022, p. 74) menciona em “os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território”. Assim, as solitárias que seguem vão mensurando as tarefas rotineiras e os episódios racistas que desencadearam novos paradigmas existenciais para as pretagonistas.

O *Quarto de empregada*, o cômodo simples “no fundo do profundo do imóvel” com perspicácia abrigou as pretagonistas e destoava dos espaços em que as famílias abastadas habitavam no condomínio. “Eunice e Mabel moravam dentro de mim, mas não eram as donas da casa, e quem era proprietário da casa nunca me habitava. Nem mesmo passava do limiar da porta” afinal, “nós, os ‘quartinhos’, estamos sempre perto dos odores da vida das pessoas que não nos habitam. Perfume francês, patê de fígado de pato, vinho caro, trufas, papel higiênico, absorventes, suor. Quase tudo era deles” (Cruz, 2022, p. 139).

O período em que as pretagonistas residiram no apartamento vai sendo rememorado junto de outras lembranças pontuais pelo cômodo. Em relação à Mabel há a descrição da primeira estadia, da primeira menstruação, do aborto, do vestibular e de tudo o que decorreu depois dele. Quanto à Eunice, o *Quartinho da empregada* percebia o desespero dela considerando a falta de qualificação e o seu encarceramento. O som das primeiras letras que pronunciou instigada por Mabel. Também os esforços de Jurandir para criar os dois filhos, principalmente, a invisibilidade de João Pedro que estava “fazendo muitas coisas ao mesmo tempo” para sobreviver e mesmo assim não era tratado com a dignidade que merecia e almejava (Cruz, 2022, p. 143). Depois, a vinda de Luzia e do menino Gilberto que passam a habitá-lo “em dias alternados” já que “os tempos mudaram” e Lúcia, pela legislação vigente, não queria manter “vínculo empregatício” com os novos subordinados (Cruz, 2022, p. 140), consciente de que ter duas empregadas pelo ‘preço’ de uma, equivalia ironicamente a conjugar o seu espaço de privilégios com futuras subalternas ingratas como Eunice e Mabel haviam sido anteriormente.

Depois, o verdadeiro motivo da negligência na queda do menino é conhecido, além da decisão de Eunice em contrapor Lúcia. “Minhas lembranças percorrem todas as não crianças

que passaram por aqui. João Pedro, Cacau, Mabel, Irene, Gilberto e Dadá. Pessoas que nunca tiveram a chance de ser inconsequentes na única fase da vida em que isso deveria ser natural” (Cruz, 2022, p. 144). No entanto, Camila era tratada como criança pelos pais, mesmo depois de não o ser. Com isso, percebe-se que inclusive essa fase importante para o desenvolvimento infantil é negligenciada aos corpos dos personagens negros. Como se o deleite do brincar, do construir memórias de afetividade fosse designado somente às personagens brancas. “É curioso reparar como algumas pessoas nesse mundo não têm direito à meninice. Quando ainda mal se sustentam em cima das pernas, são vistas como adultas; enquanto outras serão para sempre garotas e garotos. Em geral as primeiras frequentam quartinhos como eu” (Cruz, 2022, p. 144). O ato de brincar ao invés de ser colorido passa a ter apenas uma tonalidade. Refere a pesquisadora Carla Akotirene (2024) que “socialmente, crianças e adolescentes são os brancos. Negros, da mesma idade e geração, são considerados e vistos como menores de idade. Dimenor [...]” responsáveis, muitas vezes, por prover a família, de alguma forma, sendo crianças “adultizadas”.

Neste sentido, a humanização do *Quarto de empregada* contrapõe o projeto de objetificação das protagonistas pelos habitantes do *Golden Plate*.

Sim, quartos se emocionam. Cômodos também se encantam e se escandalizam. Concreto imprime memórias. A sala contou para o quarto, que contou para o corredor, que contou para a cozinha, que me contou. Os ouvidos das paredes escutaram tudo. O que aconteceu com o filho da Luzia era fácil de entender. Principalmente para nós, que abrigamos a intimidade que julgamos não estar à vista de ninguém (Cruz, 2022, p. 143).

Ao designar sentimentos humanos ao quartinho da empregada, Eliana Alves Cruz engendra que Lúcia e sua família flertam com a psicopatia já que o conceito de alteridade inexistente. Evocando a voz dos cômodos traz à tona não só o vislumbre da ficção sobre o trabalho doméstico negro e toda a subalternidade nele inserida, mas também a herança escravocrata entranhada na sociedade brasileira.

Quarto de porteiro traz a versão do cômodo designado à família de Jurandir em relação à morte de Gilberto e de como era existir naquele espaço que fazia vizinhança aos carros caros da garagem do prédio. O local não ficava situado entre um apartamento e outro, mas sitiado, apartado da vida privilegiada, impregnado do “tom cinzento” que invadia, há vinte anos, o ambiente através de “um basculante no alto da parede” que “não dava conta de fazer circular todo o carbono e renovar o ar” que costumava encher os pulmões dos seus habitantes. Também várias memórias são trazidas pelo quarto do porteiro. João Pedro e Cacau pequenos e o esforço de Jurandir para inseri-los no caminho do bem (Cruz, 2022, p. 146).

As crises alérgicas de um e a asma do outro, isso porque o “gás carbônico servido na sala de jantar” anunciava “seu preço” (Cruz, 2022, p. 147). No entanto, Eunice, Jurandir e os meninos precisavam contar com aquele espaço tão íntimo para alinhar seus pensamentos e fazer com que o desleixo de Camila não ficasse incólume. Mabel, agora médica, se juntou aos seus e trouxe-lhes a notícia de que o garoto havia sucumbido, enquanto Lúcia, na garagem, se lamentava ao general Feitosa por desconhecer as acusações que sua família estava recebendo.

Então, de enfumaçado quarto de porteiro, o espaço passa a ‘aquilombar’ os cinco corpos negros que buscam por justiça e que definem quais atitudes tomar em meio a “um inferno, envolvidos com jornalistas, polícia, advogados e uma polêmica enorme” que acabou por impedir Camila de “sair do país até o término do inquérito”. Também humanizado o *Quarto do Porteiro* observa seus habitantes, se compadece de Jurandir frente às preocupações com os filhos e compreende que “poderiam ou não dormir tranquilamente nos próximos anos de suas vidas” se a sabedoria permeasse suas decisões (Cruz, 2022. p. 150).

Antes de adentrar na análise do capítulo *Quarto de hospital* é preciso retomar o cenário apocalíptico da pandemia do COVID-19. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2024) “em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi considerada pela OMS como uma pandemia”. No Brasil, há relatos que o primeiro caso surgiu no final de fevereiro de 2020, quando um homem deu entrada no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, regressando de viagem à Itália (LEITE, 2021). Já a primeira morte em decorrência da doença, no Rio de Janeiro, atingiu Cleonice Gonçalves²⁵ “empregada doméstica que trabalhava desde os 13 anos de idade” e que por residir a mais de 120 quilômetros do seu trabalho, “morava durante a semana, com seus empregadores, que testaram positivo para a covid-19” antes dela “ser infectada” (CAMTRA, 2021). Então, quem eram as pessoas que continuaram se deslocando dos seus lares para trabalhar, se as orientações convergiam para que todos permanecessem em suas casas? Por que uma empregada doméstica negra é infectada e vem a falecer depois dos seus patrões positivarem para o COVID-19? Por quê? Provavelmente, porque apenas uma parte da população pôde usufruir do privilégio de não sair de casa.

Segundo a pesquisadora Taís de Sant’Anna Machado (2022, p. 43) “o fato de uma cozinheira negra ter sido uma das primeiras vítimas do coronavírus no Brasil é elucidativo da continuidade da posição precária das trabalhadoras negras e da desigualdade da estrutura trabalhista brasileira”. Compreende-se aqui que a família empregadora de Cleonice dependia

²⁵ Em entrevista ao Canal TV Senado (2023), no YouTube, Eliana Alves Cruz, refere que o nome de Eunice, uma das protagonistas de *Solitária*, é uma homenagem à Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica negra, primeira vítima da COVID-19, no Rio de Janeiro.

do seu trabalho e que sua existência ficou reduzida e subalternizada à saúde e ao bem-estar de outros que não permitiram que a doméstica negra permanecesse em Miguel Pereira e fosse correr risco de morte no Leblon como o que veio a acontecer com Hilda, cuidadora do General Feitosa, em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz.

Voltando à narrativa de Eliana Alves Cruz, o capítulo *Quarto de hospital* faz referência ao período epidêmico que amealhou mortes porque a vacina contra a COVID-19, sem o esforço do Governo Federal brasileiro, demorou a proteger a população. Logo, os personagens - independente dos marcadores sociais - foram unidos no Centro de Tratamento Intensivo (CTI) “o confinamento dentro do confinamento”, agora assessorados pela doutora Mabel (Cruz, 2022, p. 151). Como uma extensão do *Golden Plate*, Hilda, general Feitosa, Bruninho e Tiago passam a lutar por suas vidas. A teimosia do “General Mingau”²⁶ em aderir à medicação e aos cuidados necessários, acabou levando ele e a empregada doméstica à parte extrema da doença, no entanto, apenas a cuidadora acabou falecendo, relembrando tragicamente a morte não ficcional de Cleonice Gonçalves.

Tiago consegue se reestabelecer da doença, enquanto Bruninho luta por longos 160 dias, “muitos deles no limiar da morte”, assistido por Mabel e por Irene, sua antiga babá que agora enfermeira do hospital, conseguiu estudar “na capital”, residir em uma república estudantil e cursar Enfermagem na universidade “com a ajuda da única pessoa que lhe dera alento no triste episódio do afogamento: Eunice” (Cruz, 2022, p. 156-157).

Vislumbrando a narrativa do *Quarto do hospital* identifica-se que nele qualquer personagem passa a ser tratado de forma igualitária, pois não mais importa a condição social ou a deferência que possa ter em razão da profissão que ocupa fora do leito. As batalhas travadas naquele espaço são pela sobrevivência dos pacientes, o que Mabel e Irene, antes trabalhadoras domésticas, aprimoram com brilhante dedicação, já que “as duas estavam entre as enfermeiras e médicas” que trouxeram Bruninho novamente à vida (Cruz, 2022, p. 156).

É sabido que para muitas pessoas o momento inicial do trabalho está bastante vinculado à ideia de pôr-se em movimento contrariando o ato do descanso. Aqui, metaforicamente, para as protagonistas o *Quarto de descanso* simboliza adentrar a um espaço que foi milimetricamente sonhado e conquistado com muitos esforços. Isso porque até ali três gerações haviam trabalhado arduamente, sendo atravessadas pelo racismo estrutural que, muitas vezes, fora da ficção, também impede que pessoas negras ocupem outros espaços que não os de subserviência.

²⁶ O General Feitosa recebeu este apelido de Cacau porque “começava suas falas sempre de um jeito mole, manso, como se fosse um velho sábio e conselheiro, mas, à medida que se empolgava, ia subindo o tom de voz e ‘engrossando’, igual farinha quando vira pirão ou mingau” (Cruz, 2022, p. 48).

Quarto de descanso denomina o consultório da doutora “Mabel Pereira da Silva” e compreende as últimas quatro páginas de *Solitária*, de Eliana Alves Cruz. No entanto, antes de rememorar suas lembranças e usufruir do espaço que foi conquistado a duras penas, Mabel e Eunice irão passar pela delegacia de polícia a fim de depor sobre a morte do menino Gilberto. Agora “livre do sentimento de servidão e gratidão”, a nova Eunice decide olhar “para frente acompanhada de todas as infâncias interrompidas que não puderam crescer”, dialogando com o delegado e expondo as lacunas que convergiram para a condenação de Camila (Cruz, 2022, p. 160).

Então, sentar à cadeira giratória, observar os quadros na parede e bebericar o chá de cidreira ensinado pela avó Codinha não foram apenas atitudes cotidianas de Mabel, são também formas de materializar e enfatizar a resistência de tantas outras domésticas negras que compõem a narrativa. Desta forma, ‘descansar’ torna-se sinônimo de ‘renascer’ em outro espaço, em travestir-se de vitórias frente à subserviência que era designada aos corpos negros e outrora romper com imagens de controle que teimaram ser impressas em suas existências.

Qualquer um de nós pode ser a próxima vítima, mas neste momento ainda estamos aqui, vivos, em testemunho de resistência, contrariando as estatísticas, os prognósticos [...]. Mas, em cada um dos rostos negros que encontro em minha caminhada, pulsa uma esperança de vida que desafia a violência do racismo. Viveremos! (Carneiro, 2011, p. 85)²⁷

Ao trazer a oportuna citação da pesquisadora Sueli Carneiro - que propositalmente dá nome ao capítulo que ora se encerra - procuro sintetizar que a busca incessante de Codinha, Eunice e Mabel para existirem em quaisquer espaços como ‘sujeitos de direito que são’ foi um projeto acalentado ao longo do tempo porque nelas estava a força da ancestralidade negra, indo contra qualquer forma de extermínio que atravessou tempos, espaços e que chega forte, infelizmente, ao século XXI.

²⁷ Ao caminhar pelas ruas de São Paulo, Sueli Carneiro vai rememorando uma reportagem em que sete crianças nascidas e criadas na favela de Pilões foram abordadas durante uma “incursão policial”, sendo que três jovens trabalhadores, um deles epilético, tiveram suas vidas ceifadas, em maio de 2006.

5 UM CONDOMÍNIO PARA ESTRUTURAR O RACISMO BRASILEIRO

A pesquisadora Maryane Wolf (2018, p. 22;188) ao mencionar que “o cérebro leitor é o canário em nossas mentes” alerta para o fato de que uma vez leitores, nos tornamos receptivos às abordagens múltiplas que se inserem a partir das linguagens, independente do meio em que estas circulem. Assim, não só canários que cantam de forma estridente e melodiosa, também o cérebro do indivíduo que lê, ao observar os cenários vai se avantajando ou se restringindo aos voos de acordo com as conexões que vai empreendendo. Há espaços e distâncias que, talvez, nunca poderemos acessar, todavia, as histórias “um dos mais poderosos veículos da humanidade para estabelecer conexões com povos que nunca encontraremos” se farão vivas através dos seus descendentes para contrapor as fábulas mal contadas a respeito de si mesmos e dos que vieram antes.

Nesse viés, as narrativas que compõem o arcabouço da Literatura Brasileira, principalmente as advindas de escritoras negras fundamentam-se não só em um modo de existir, mas também no compromisso de resgatar e valorizar um passado que - dependendo de quem o vocaliza - continuará sendo subjugado ao invés de enaltecido por seus grandes feitos. Ao narrar suas existências a partir de tempos históricos ou distópicos, a fala negra põe-se a serviço de todo um grupo social e das experiências que dele verteram. Larrosa (2002, p. 27) lembra que “o saber da experiência não pode beneficiar-se de qualquer alforria, quer dizer, ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria”. Desta forma, nutrindo o cognitivo com toda a diversidade subjacente se está movimentando também os espaços de poder.

Regina Dalcastagnè (2012, p. 13) refere que “todo espaço é um espaço em disputa, seja ele inscrito no mapa social, ou constituído numa narrativa”, isso porque não há espaço para os corpos das protagonistas, pois nem o quartinho da empregada lhes pertence, visto que só podem habitá-lo quando tiverem cumprido as tarefas domésticas na íntegra. Assim, antes de identificar como o racismo brasileiro compõe as estruturas do condomínio *Golden Plate* é relevante trazer algumas considerações sobre o que ele é, de fato.

Nas palavras da pesquisadora Grada Kilomba (2019, p. 75-78), o racismo é um processo em que os sintomas de “poder” aderido em várias frentes acaba permeando as relações humanas designando vantagens a um grupo privilegiado em detrimento de outros, partindo do princípio errôneo de que as pessoas brancas seriam a norma e as pessoas que não se assemelham a elas, não merecem estar dentro do grupo que estrutura o mundo. Assim, “todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como ‘diferentes’. Neste sentido, não se é ‘diferente’,

torna-se ‘diferente’ por meio do processo de discriminação” que é fomentado, alimentado e posto em vigor pela “supremacia branca”. Então, “essas diferenças construídas” ligam-se a “valores hierárquicos” que “implicam em processos de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo” dando-lhes características que adentram o perfil psicológico, estigmatizando suas subjetividades porque ao tornar-se “a/o Outra/o da branquitude” lhe “é negado o direito de existir como igual”. Assim, para os racistas “os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços de prestígio, poder e mando. Quando se colocam em posição de igualdade, são percebidos como concorrentes” (Bento, 2022, p. 74).

A pesquisadora Toni Morrison (2019, p. 14) relembra que:

a tendência dos humanos de separar aqueles que não pertencem ao nosso clã e julgá-los como inimigos, como vulneráveis e deficientes que necessitam ser controlados, tem uma longa história que não se limita ao mundo animal nem ao homem pré-histórico. A raça tem sido parâmetro de diferenciação constante, assim como a riqueza, a classe e o gênero, todos relacionados ao poder e à necessidade de controle.

Desta feita, a necessidade de controlar o corpo negro, historicamente visto como inapto para determinadas funções, é definida por Grada Kilomba (2019, p. 78-79) como “racismo cotidiano”, ou seja, quando “o sujeito negro é percebido como um ou como outro”, passível de “experiências não pontuais” e bastante recorrentes que o apresentam como: infantilizado - aquele “que não pode sobreviver sem o senhor”; primitivizado - “aquele que está mais próximo da natureza”; incivilizado - “aquele que está fora da lei”; animalizado - aquele que conjuga “outra forma de humanidade” e erotizado - “aquele com apetite sexual violento”. Enfim, estereótipo “que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém”, indiferente ao espaço social que lhe acolha.

Para o pesquisador Kabengele Munanga (2019) “o racismo é uma ideologia essencialista que hierarquiza a diversidade humana, fazendo uma relação intrínseca entre as diferenças biológicas e as diferenças culturais, intelectuais, morais e comportamentais”. Disposto ao redor do globo terrestre, esse fenômeno criminoso se manifesta de forma diferente em cada continente. No Brasil, Munanga identifica o “racismo de marca”, ou seja, o típico racismo brasileiro em que “o que conta não é a sua origem, é a sua aparência”. Desta forma, o corpo negro pode ser facilmente identificável porque anuncia a sua chegada, sendo que as bases social e econômica são preponderantes, “basta ter poder econômico que todas as portas do Brasil estão abertas, como estão abertas ao Rei Pelé”. Por outro viés, “o racismo à brasileira mata duas vezes. É como um carrasco! O racismo brasileiro mata fisicamente, mata a consciência das vítimas” e por não ser facilmente identificável, pode ser considerado “um crime perfeito”.

Como o racismo está bastante incorporado ao cotidiano, muitas vezes, passa imperceptível aos olhos que desconhecem o Letramento Racial Crítico, ou seja, “a necessidade de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas” e que estão relacionadas ao “estabelecimento arbitrário de direitos e lugares hierarquicamente diferentes para brancos” e negros, “que legitima uma pretensa supremacia do branco”. Cabe ressaltar que a Teoria Racial Crítica e o Letramento Racial são estudados por vários pesquisadores brasileiros, sendo Aparecida de Jesus Ferreira (2014, p. 239) uma das mais proeminentes. As discussões a partir deste campo teórico também abarcam os incentivos das “ações afirmativas, cotas nas universidades, estudos raciais críticos no contexto escolar (inclusive no contexto universitário) e no da mídia, e estudos acerca de livros didáticos e de outros setores da vida nacional”. Em resumo, há outras medidas que buscam o cumprimento efetivo da Lei Federal nº 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade de incluir no currículo das redes de ensino a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” que alcança o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o cuidado de não veicular material racista e/ou preconceituoso em suas obras. Já os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABS) nas universidades privadas e públicas também são dispositivos criados para fortalecer e promover a igualdade racial dentro do espaço acadêmico.

Quanto às personagens negras em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, é preciso pensá-las não só a partir do campo literário, mas também a partir do plano sociológico já que este último alcança as motivações que circunscrevem o racismo cotidiano nos corpos negros, principalmente quando a interseccionalidade de gênero, raça e classe promulga apagamentos e/ou silenciamentos. Revolvendo a narrativa de *Solitária*, o primeiro estranhamento de Mabel foi perceber que dona Lúcia caminhava de salto alto dentro do enorme apartamento enquanto a mãe Eunice só os utilizava quando saía com o pai.

não conseguia desviar os olhos das pernas longas e rosadas, e meus ouvidos apenas registravam o “toc-clap-toc-clap” dos saltos – primeiro no mármore da entrada; depois nas tábuas corridas impecáveis da sala cheirando a cera e iluminada pela claridade vinda de uma porta de vidro gigante, que separava o ambiente do terraço; em seguida no enorme corredor e, por fim, no piso cerâmico da cozinha (Cruz, 2022, p. 15).

O hábito de utilizar chinelo dentro de casa destoava daquele ambiente novo para a menina que, a princípio, passaria quatro longos dias no quatinho da empregada, devido à avó não poder assisti-la por estar adoentada. Também o ato de levar Mabel ao trabalho configura que Eunice, além de se preocupar com a filha, tinha uma rede de apoio bastante restrita

localizada apenas na própria mãe o que, de certa forma, inviabilizava os cuidados e centrava à figura feminina como a única cuidadora do lar.

Ao leitor, a riqueza da família de Lúcia vai sendo medida pela decoração e arquitetura que compõem os ambientes, principalmente no fato do apartamento ter um terraço com piscina e um vaso caro incrustado em uma das paredes da sala, além do “sofá gigante desenhado pelo arquiteto famoso, a cristaleira de madeira de lei que foi da fazenda da bisavó, a cadeira moderna que se destacava no meio das antiguidades, o espelho de cristal no quarto do casal” (Cruz, 2022, p. 127). Tiago, marido de Lúcia, é advogado enquanto a esposa costuma se reunir com as amigas para conversar e fazer compras. Explica Beatriz Nascimento (2021, p. 55-56 apud Silva; Ratts, 2023, p. 198) que:

pelo caráter patriarcal e paternalista da sociedade, atribui-se a mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população.

A profissão de Lúcia não é estabelecida em nenhum momento e, depois de gestar Camila, passa a planejar para a filha um futuro de viagens e intercâmbios. As legítimas sinhazinhas brancas de outrora agora estão estabelecidas em uma casa-grande moderna, charmosa e sofisticada, também “demarcando como o patriarcado construirá sobre a mulher branca uma figura improdutiva” (Silva; Ratts, 2023, p. 198). Esse cenário retoma a década de 60, nos Estados Unidos, quando a pesquisadora bell hooks (2017, p. 128-129) relembra que mesmo a mulher branca não trabalhando fora, esta se colocava em uma hierarquia superior à mulher negra trabalhadora, reforçando “a diferença de status baseada na raça”. A relação de “serva-senhora” também pode ser medida no fato de Lúcia desconhecer o local de moradia da empregada (quase) da família. Não soa estranho que somente à personagem branca caiba uma mobilidade centralizada? Aliás, como Eunice se sente ao não receber visita da (quase) família?

Enquanto as crianças brancas desfrutavam do *playground*, a diversão daqueles que eram a força de trabalho do condomínio restringia-se a festejar raras datas importantes no salão de festas com o consentimento advindo de reunião de condomínio ou aos arrasta-pés na comunidade em que Eunice e Mabel esporadicamente residiam. Novamente, percebe-se que aos corpos negros da narrativa era-lhes concedida a periferia e que ao ocupar o centro dos privilégios necessitavam de autorização antecipada, como se os momentos de alegria tivessem data e hora exata para ocorrer.

O fato de o *Golden Plate* estruturar o racismo brasileiro alicerçado a um sistema escravocrata localiza-se em episódios pontuais que permeiam a narrativa. Em recente artigo ao Portal Geledés, a pesquisadora Fabiane Albuquerque (2024, p. 1), sem querer parecer determinista, destaca que os espaços e os territórios estão “bastante ligados às aspirações individuais e aos comportamentos”. Assim, os quartinhos sem janelas das empregadas ‘quase da família’ têm intenção em sufocar não só a existências que ali habitam, mas também, de alguma forma, matar o futuro daqueles corpos. Também ao observar a estrutura vertical de um condomínio é possível identificar que há “relação de subserviência de uma à outra” classe social. Então, os que chegam para trabalhar, acabam ascendendo apenas a funções de subserviência e não de alteração de poder aquisitivo, isso porque a mobilidade do corpo negro em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, está em subir para servir às vontades dos corpos brancos. Por isso, o *Golden Plate* torna-se o palco onde o racismo baila sem medo.

Desta forma, ao observar que além de Mabel e Eunice, há outros personagens que compõem o grupo de serviçais negros visivelmente subalternizados às famílias brancas do condomínio e que são atravessados também pelo racismo, de forma mais velada e/ou recreativa, traduzida, “por exemplo, no modo de pronunciar uma expressão, na ironia, num falso e perigoso jogo de palavras” (Almeida, 2017) e para demonstrar que a subalternidade tem cor dentro do *Golden Plate*, trago abaixo uma breve análise da trajetória de oito personagens negros, filhos ou não de profissionais que laboram naquele espaço social:

- Cacau, filho do porteiro Jurandir, estudou em escola particular porque o General Feitosa conseguiu-lhe uma bolsa “numa escola de padres que só ricaço frequentava” (Cruz, 2022, p. 50). A partir disso, mesmo que o ‘benfeitor’ costumasse tripudiar João Pedro, irmão de Cacau, Jurandir colocava-se em dívida com o condômino, já que era da sua índole mostrar-se um cidadão servil.

- João Pedro, irmão de Cacau, por não ter estudado, acaba atuando como *motoboy*²⁸ na pandemia, profissão entendida, fora da ficção, como bastante insalubre no que se refere às questões laborais porque notadamente acaba colocando homens negros à mercê de pessoas com maior poder aquisitivo que costumam agredi-los físico e verbalmente inclusive com ofensas de ordem racial (Cruz, 2022, p. 152). João Pedro, por residir já há algum tempo no *Golden Plate*, não compreendia que, embora desse para “beber e fumar maconha com os moleques do edifício” seu espaço social estava localizado na garagem do prédio. Assim, mesmo com amigos

²⁸ Em entrevista ao programa dominical Fantástico, Saulo Pereira, liderança da Aliança Nacional de Entregadores de Aplicativos (ANEA) refere que “há muita coisa relacionada ao preconceito e racismo, já que majoritariamente os entregadores são moradores de periferia, são pobres e, quase 70 %, são negros” (Fantástico, 2023).

influentes e alguns flertes, continuava sendo o filho invisível do porteiro. Dentro do apartamento anexo à garagem do prédio, a relação entre João e o irmão Cacau era permeada com algumas desavenças e essas comparações o deixavam ainda mais inseguro quanto ao seu futuro (Cruz, 2022, p. 51).

- Jurandir, pai solo de João Pedro e Cacau, nasceu fruto da “mistura de um monte de gente” tendo incrustado “no corpo o país todo”. O porteiro que deixou o seu querido Pará, um dos Estados berço da Floresta Amazônica responsável por oxigenar um continente inteiro, com exceção do apartamento colado à garagem do prédio em que habitava com os meninos (Cruz, 2022, p. 29; 146). Observando a situação insalubre em que viviam, pode-se atrelar a esse fato o racismo ambiental que relega à população negra a falta de acesso à uma moradia de qualidade, longe da poluição (Fiocruz, 2023).

- Irene Silva, a babá de Bruninho. A menina negra que atordoada pela família branca conseguiu se livrar da culpa quando se formou enfermeira e foi trabalhar no mesmo hospital com Mabel (Cruz, 2022, p. 156). Embora não residisse no *Golden Plate*, foi no prédio que a jovem conheceu o medo de ser julgada pela opinião pública que a traumatizou, de alguma forma.

- Dona Hilda, a cuidadora de Feitosa ou “General Mingau”. A trabalhadora que contaminada pela COVID-19 acabou falecendo por falta de cuidados e de medicação, sendo “o primeiro corpo a tombar no *Golden Plate*” (Cruz, 2022, p. 151).

- Dadá, empregada da síndica Imaculada por trinta anos, a senhora que vivia em condições análogas à escravidão, dividindo o pouco espaço com suas costuras, com as bonequinhas, dormindo em “um colchão duro em um estrado” e usando o “banheirinho com uma tábua quebrada no vaso sanitário” (Cruz, 2022, p. 121).

- Luzia, a empregada novata de Lúcia, mãe de Gilberto, o menino que despencou do prédio em virtude da imprevidência de Camila (Cruz, 2022, p. 128). A empregada que abdica dos cuidados com o filho a fim de servir à senhora branca e seus convivas.

- Gilberto, o menino de quatro anos, abandonado por Camila “em um cômodo fechado e com as janelas abertas no décimo andar” do *Golden Plate* (Cruz, 2022, p. 144). A criança abandonada a sua própria sorte e que buscou na janela o encontro com os olhos da mãe.

Ressalte-se aqui que uma bruma racista envolve criminalmente os condôminos do *Golden Plate* em cinco episódios mais visíveis ao leitor que convergem para a apropriação do corpo negro, desde a mais tenra idade. Inicialmente, as infâncias negras ceifadas de Mabel, Cacau e João Batista, denunciando que nem todas as crianças têm seus direitos garantidos mais especificamente os citados no Art. 227, da Constituição Federal. Depois, o aborto incentivado

por Lúcia em Mabel, ainda adolescente e sem o consentimento de Eunice, demonstrando posse integral do corpo negro da pretagonista. O trabalho análogo à escravidão realizado por Dadá, por trinta anos, à síndica Imaculada Beira Alta. A culpabilização de Irene, babá e menor de idade, pelo afogamento de Bruninho, sobrinho de dona Lúcia. Além da morte trágica de Gilberto, filho da trabalhadora doméstica Luzia, por negligência de Camila e de suas amigas.

Sobre a descrição do Condomínio *Golden Plate* no romance *Solitária*, percebe-se que o conglomerado de cimento remonta o Edifício Píer Maurício de Nassau, condomínio de luxo localizado no bairro São José, em Recife (PE), palco da morte de Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, devido à negligência de Sari Corte Real, a patroa branca de Mirtes Renata da Silva, doméstica negra e mãe do menino. Segundo investigações, Miguel chorou por falta da mãe enquanto Sari estava fazendo as unhas feitas por uma manicure. Para resolver o “incômodo”, Sari colocou o menor sozinho em um elevador que subiu até o 9º andar. O garoto acabou despencando à procura da mãe e faleceu. O crime aconteceu em 2020, mesmo ano da pandemia do COVID-19, e segundo a historiadora Luciana da Cruz Brito (apud Costa, 2020) tornou-se tão emblemático porque:

desde o início da pandemia estamos falando das trabalhadoras domésticas. Elas foram as primeiras a ser infectadas sem sair do país. Foram as primeiras a aparecer no fundo das lives (transmissões ao vivo) das celebridades. Então essa mulher, Mirtes Renata, a mãe de Miguel, foi infectada, não tinha onde deixar o filho e o levou para o local de trabalho, que era um local de infecção — já que os patrões dela estavam infectados. Esse é o primeiro ponto. Depois temos a cena da patroa em casa rodeada de serviçais. Eu chamo isso de "delírios escravistas coloniais da sociedade brasileira". É o saudosismo do Brasil escravocrata colonial. É o sentimento que faz uma pessoa se rodear de serviçais num contexto de pandemia e isolamento social. Ainda que esses serviçais, a doméstica, a manicure e o menino, estivessem correndo risco de vida. Também há o fato de que a mãe da criança teve que sair para levar o cachorro para defecar, coisa que qualquer pessoa poderia fazer, inclusive a dona do cachorro. Ela não abre mão de fazer as unhas para que o cachorro vá defecar. O cachorro tem um pouco da extensão da humanidade da dona. Ele tem uma atenção mais qualificada, que é a da trabalhadora doméstica. O menino fica (em casa). Ele incomoda a patroa porque chora pela mãe, e ela o deixa no elevador sozinho. Eu vi a cena do elevador (no vídeo das câmeras de segurança exibido pela Polícia Civil). A forma como a patroa se dirige ao menino de 5 anos é como se estivesse falando a um adulto impertinente.

A pesquisadora Preta Rara (apud Santos, 2020) refere que é imprescindível “levantar o tapete da família tradicional brasileira e mostrar que a escravidão ainda não acabou”, que há “mulheres trabalhando em situações análogas à escravidão”, embora exista legislação que coíbe e proíbe que este crime continue perpetuado. Notadamente, a produção intelectual de mulheres negras – dentre outros fatores - torna-se imprescindível porque “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos

importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (Ribeiro, 2021, p. 75), ou seja, ao retomar universos muito peculiares ligados à herança ancestral diaspórica promove-se o resgate da memória e a identidade cultural negra que pouco ou nada é (re)conhecida pela maioria da população brasileira branca.

Então, mesmo que o racismo tenha tentado (des)estruturar, de certa forma, as relações humanas dentro do *Golden Plate*, a partir dos Territórios de Resistência, localizados nas duas partes do romance, os corpos negros de Mabel e Eunice estiveram unificados - junto de outros personagens - para concentrar esforços e romper com circunstâncias de subserviência. Por ser “a literatura um fazer humano” entende-se que sua genealogia está espelhada e imbricada a um contexto “plural” que mesmo sendo alterado “no decorrer do tempo”, ainda assim se manifestará “no entrelaço das ideias e nos intercâmbios de pontos de vista” (Cuti, 2010, p. 13).

5.1 Territórios de Resistência

A diáspora trouxe ao Brasil muitos povos africanos e, estes, mesmo tendo uma vida digna e/ou abastada em África, aqui, por longo período, acabaram sendo escravizados por pessoas brancas que desrespeitaram todas as suas existências e saberes. Relata o escritor e pesquisador Laurentino Gomes (BBC News Brasil, 2021) que “as pessoas mais ricas do Brasil no final do século 18 não eram senhores de engenho, barões do café, já não eram mais os mineradores de ouro e diamante, mas sim os traficantes de escravos”, isso porque comercializar pessoas havia se tornado um negócio bastante rentável.

Na medida em que os conhecimentos a respeito da mineração, por exemplo, foram sendo atestados pelos escravizadores, a mão de obra e as tecnologias utilizadas pelos negros escravizados foram alicerçando também a mineração brasileira, de novo, gerando enriquecimento para o construto branco da população. Assim, este protagonismo negro construiu nossa identidade nacional e, em muitos momentos, a morte física de seus corpos foi substituída pela resistência, no sentido de, futuramente, re-existir.

Aliás, os territórios de resistência foram os espaços em que, irmanados não só por seus conhecimentos ancestrais, pessoas negras concentraram esforços para lutar contra a escravidão e contra a opressão racial. Primeiramente, estes espaços sociais localizaram-se em quilombos que se espalharam país afora e, depois, se estenderam através de comunidades religiosas, culturais e/ou esportivas, muitas vezes, fomentadas pelo Movimento Negro Brasileiro, que segundo a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2011, p. 137), é um “movimento social” que:

apresenta historicamente um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta. Esse se choca, muitas vezes, com a racionalidade hegemônica que impera na teoria social e pedagógica, visto que apresenta outro tipo de saber, construído numa história em que a diversidade étnico-racial sempre esteve presente, em que a alteridade sempre esteve pautada, não só no reconhecimento do Outro, mas na luta política de ser reconhecido como um Outro que tem direito de viver a sua diferença e ver sua cultura e sua identidade respeitadas.

Desta forma, Codinha, Eunice, Mabel e também os demais personagens negros de *Solitária*, pela sua forma aguerrida de articulação, acabam se posicionando “na luta contra o racismo”, visando superar esse “fenômeno na sociedade”, rompendo com as barreiras “impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares” (GOMES, 2019, p. 20).

Nesse panorama, as mulheres negras existem, resistem e reexistem. Escrevem e com as suas palavras solidificam as potências humanas que são. Dessa forma, a Literatura de Mulheres Negras também passa a ser um ‘Território de Resistência’ em que a escrita coloca em voga todo um projeto de sororidade para dar voz e corpo às suas narrativas, lutando pela extinção do apagamento e do silenciamento, por vezes, perpetrado.

Aqui, neste subcapítulo, proponho localizar em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, os ‘Territórios de Resistência’ em que as protagonistas resistiram às imagens de controle²⁹ com efeito negativo para, logo depois, reexistirem em outros espaços sociais. Ao utilizar o “conceito de imagens de controle” desenvolvido por Patrícia Hill Collins³⁰, socióloga e feminista negra, traduzido e adequado ao contexto brasileiro pela pesquisadora Winnie de Campos Bueno (2019) compreendo que esteja amparando parte dos estudos da Teoria Social Crítica aos de Literatura e que essa potencialidade possa ser pantanosa no sentido de que enquanto mulher branca, minha formação acadêmica compreende tão somente o campo das Letras e que leituras providenciais não me tornarão uma especialista no assunto, muito embora alguém que consegue visualizar, com um mínimo de lucidez que uma teoria sociológica tão relevante possa amparar o espaço ficcional ora estudado.

²⁹ A Dissertação de Mestrado da pesquisadora brasileira Winnie de Campos Bueno (2019) intitulada “Processos de resistência e construção de subjetividades no Pensamento Feminista Negro: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2009) a partir do “conceito de imagens de controle” traduz os estudos da pesquisadora norte-americana Patrícia Hill Collins. Lembre-se que embora os estudos iniciais partam de imagens de controle sobre mulheres afro-americanas, aqui está sendo utilizado para explicar o contexto do sistema de dominação racial brasileiro dentro de *Solitária*, de Eliana Alves Cruz.

³⁰ Os estudos da Teoria Social Crítica desenvolvidos por Patrícia Hill Collins também serão discutidos a partir das publicações das pesquisadoras Nadya Araujo Guimarães (2021), Beatriz Molari & Lorena Ingrid Moreira Pio (2022)

Assim, segundo Bueno (2019, p. 69) “as imagens de controle atribuem significados às vidas de mulheres negras que solidificam a matriz de dominação”, igualmente porque estão imbricadas à

dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada. São utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder. As imagens de controle aplicadas às mulheres negras são baseadas centralmente em estereótipos articulados a partir das categorias de raça e sexualidade.

Lembre-se que “ao retratar as mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam, os grupos dominantes”, ou seja, as personagens brancas que compõem o *Golden Plate*, acabam estabelecendo “uma miríade de justificativas que buscam perpetuar” também “uma lógica autoritária de poder” (Bueno, 2019, p. 75). Cada grupo humano possui as suas imagens de controle e sendo negativas, cabe aos sujeitos não as internalizar sem antes proceder em uma análise acurada do quanto podem ser violentas e dominadoras. Segundo as pesquisadoras Beatriz Molari e Lorena Pio (2022, p. 157), por questões que interseccionalizam gênero, classe e raça, as imagens de controle são ainda mais prejudiciais às “mulheres negras”, já que “são atacadas diariamente através de uma diversidade de imagens negativas, estereotipadas e manipuladas pelos grupos de elite, que, através dos seus privilégios institucionalizados” vão “explorando e reproduzindo imagens de controle já existentes e/ou produzindo várias outras” isso porque como o racismo, o poder sobre os corpos negros vai se aperfeiçoando.

Sabendo que o termo “opressão” se refere a “[...] qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (Collins, 2019, p. 33), compreendemos que as imagens de controle são ferramentas empregadas por um grupo que visa manter a subordinação das mulheres negras por meio da naturalização de situações de injustiça social que, de alguma maneira, privilegiam o grupo que almeja a perpetuação de tal cenário (Molari & Pio, 2022, p. 159).

Nesse viés, é possível reconhecer indícios na narrativa de Eunice e de Mabel de que a opressão racial sistematizada por imagens de controle esteve ligada às suas vidas desde sempre e ao buscarem suas emancipações enquanto sujeitos, romperam com um sistema de dominação e opressão bastante atrelado ao racismo e ao sexismo que juntos lutavam por mantê-las subjugadas e/ou objetificadas. Quanto à objetificação e a possíveis tentativas de dominação do grupo:

como sujeito, toda pessoa tem o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer sua própria identidade, dar nome, a sua própria história. Como objeto, a realidade da pessoa é definida por outras, sua identidade é criada por outros, sua história é nomeada apenas de maneira que definem sua relação com pessoas consideradas sujeitos. (Collins, 2019, p. 138 apud Morali & Pio, 2022, p. 158).

Na Primeira Parte do romance, observa-se que os capítulos *Quintal*, *Calçada*, *Salão de festas*, *Portão*, *Pracinha* e *Janela* abrigam Eunice e Mabel, de certa forma, em espaços denominados ‘Territórios de Resistência’, fora da estrutura racista em que estão inseridas o maior período de suas existências. De certa forma, os Territórios de Resistência confabulam com o que Patrícia Hill Collins chama de “espaço seguro”, ou seja, espaços de resistência articulados a autodefinições próprias, mesmo que a resposta de “mulheres negras às violências [...] pelas imagens de controle” seja diferente (Bueno, 2019, p. 74).

Quintal situa o leitor na casa das protagonistas. O imóvel simples, com um jardim caprichoso e a presença de santinhos e ervas de chás que demarcam a ancestralidade daquela família, “num cantinho do quintal, imagens religiosas pelas quais minha avó tinha muita devoção” (Cruz, 2022, p. 13), espaço este bem próximo à natureza com seus elementos de cura e benfazejo, sob a égide de divindades diversas. Pode ser visto também como um ‘território de resistência’, ou seja, o local de debate e de acordos, como em: “Não tenha medo de encarar esse povo que nunca limpou a própria privada! [...] Estávamos ali numa espécie de dança entre os panos ondulando ao vento quente do subúrbio. Uma dança de esconder e revelar” (Cruz, 2022, p. 11), em que Mabel explicitava à mãe que havia urgência em modificar comportamentos e desfazer as imagens de controle insufladas pela família branca.

Já *Calçada* localiza o espaço social destinado a Sérgio, marido de Eunice e pai de Mabel, que sempre duvidoso, sempre no limiar entre estar em casa com os seus afetos ou estar na rua à mercê da sociedade feroz e dos entretenimentos viciosos, faz a filha pensar que “ele gostava mais da calçada que do sofá da nossa sala. Minha mãe e minha avó várias vezes foram pegá-lo na rua, em algum canto onde caíra bêbado” (Cruz, 2022, p. 41). Ao retratar “uma mulher negra forte” capaz de manter afetiva e financeiramente a família, de alguma forma, há a evidência da “fraqueza moral” do corpo masculino que não dispõe de dispositivos para prover seu lar. Salienta Collins (apud Guimarães, 2021, p. 304)³¹ que “a imagem de controle da mulher negra forte tem como contrapartida a imagem de controle do homem negro fraco” como se ambos estivessem se contrapondo em uma eterna disputa braçal para decidir quem será o

³¹ Entrevista concedida por Patrícia Hill Collins em visita acadêmica à Universidade de São Paulo, em 2019. O artigo referenciado foi publicado, em 2021, por Nadya Araujo Guimarães, pesquisadora responsável por coordenar a visita e revisar o texto traduzido por Louisa Acciari.

vencedor e o vencido. No entanto, entende-se que caso o relacionamento fosse entre dois personagens brancos é bem provável que essa imagem de controle não estivesse assim alicerçada, já que o patriarcado supõe que a figura masculina seja a provedora efetiva do lar, como acontece com Tiago e Lúcia.

No capítulo *Salão de festas* é mencionado o aniversário de Cacau, filho de Jurandir, e a mobilização dos “serviçais” para que o festejo acontecesse de fato. Eunice fez o bolo, “Kenya, do quinto andar, fez brigadeiros; d. Hilda [...], levou coxinhas; e o faxineiro Marciano, uns guaranás” (Cruz, 2022, p. 35-36). Inclusive a síndica Imaculada levou mais um bolo e docinhos que a empregada Dadá fizera. É prudente ressaltar que para que os corpos negros pudessem utilizar o espaço reservado aos condôminos, antes a solicitação teve que ser aprovada em reunião específica. Observe-se aqui que mesmo sendo moradores do condomínio, eles tiveram que aguardar a ‘boa-vontade’ dos patrões em ceder um espaço social que deveria ser de todos e não só de uma elite. Na medida em que os personagens subalternizados se organizam, acabam criando uma atmosfera receptiva a outras grandes causas que ainda estavam por vir e que demandariam perspicácia no agir. O sentimento de estarem ‘aquilombados’ extrapolava a ideia de permanência fixa, retomando um passado de resistência e de interação entre os seus.

Em *Portão*, Sérgio, marido de Eunice, faz escândalo quando a surpreende feliz na festa de Cacau. Jurandir – que já nutria um carinho especial pela protagonista – sai em sua defesa. Acordada repentinamente, a síndica Imaculada acende a luz que arrefece a discussão e Sérgio cambaleando acaba levando parte das economias que estavam sendo reservadas para os remédios da sua sogra, dona Codinha. “A imagem de controle da mulher negra forte aconselha as mulheres negras a negligenciar a violência cometida pelos homens negros, em nome de protegê-los do racismo” (Collins apud Guimarães, 2021, p. 305). Eunice, mesmo temendo a reação do marido, se mantém firme no propósito de não dar continuidade ao escândalo e permanecer no condomínio, de naquele espaço dar continuidade às suas atividades laborais, mesmo longe de Sérgio que, para ela, estava se perdendo nos cuidados consigo e com a própria família.

Novamente, a imagem de controle da “mulher negra forte” pode ser visualizada neste capítulo e em *Calçada* ao ligar-se ao comportamento do homem negro que se opõe com suas fragilidades bastante acentuadas e em ritmo de decadência. Este contexto lembra a função das mulheres negras nos quilombos ao que a pesquisadora Lélia Gonzalez (1982, p. 92) define como uma “tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativeiro”. Enquanto Sueli Carneiro (2011, p. 174-175) sintetiza que também “os processos históricos acentuaram essa propensão: mulheres negras escravizadas à mercê dos colonizadores que

destituíram seus homens da condição de provedores e protetores”. Ou seja, na ausência da figura do provedor masculino incidirá sobre a mulher negra a busca pela subsistência de “si, suas famílias e, muitas vezes, também para seus homens”.

O capítulo *Pracinha* torna-se palco das preocupações de Mabel, que grávida de João Pedro, enxerga, primeiramente, na arma furtada de Tiago uma forma de acabar com a própria existência. No entanto, Cacau - o filho mais jovem de Jurandir - chega e a demove da cilada e compromete-se a ajudá-la. Novamente, percebe-se que a resistência permeia o espaço social que é impregnado de diálogo e reavaliação de decisões. A praça, o local público que é de todos, acolhe os jovens e os instrui. De novo, empreende-se a ação de ‘aquilombar’. Se antes o *Salão de festas*, no topo do *Golden Plate*, abrigou o aquilombamento dos corpos negros, agora encontra o chão batido e a grama da pracinha para materializar, mesmo que metaforicamente, o espaço social onde a elite branca não é desejada e nem permitida a sua presença.

Em *Janela*, Mabel confia a Cacau e João Pedro que dona Lúcia adquiriu a medicação que provocou o aborto. Desconfiado, João Pedro chora e alerta a jovem:

- A gente não tinha a menor condição, Mabel... nem de grana, nem de cabeça. Você tem catorze anos e eu, dezesseis. Somos pobres demais... Nisso ela tava certa, mas... Olha, esses barões aqui não querem nunca perder duas empregadas pelo preço de uma! Ela não fez isso por você. [...]
- Então, gatinha, olho vivo pra não ficar presa nesse alívio e nessa gratidão. Nossos pais, por outros motivos, já estão (Cruz, 2022, p. 68-69).

João Pedro alerta Mabel para que fique vigilante, já que a ‘caridade’ de Lúcia poderia estar revestida de uma ‘má intencionalidade’ a ser utilizada no futuro, ou seja, de alguma forma vindo a transformar-se em chantagem, o que realmente aconteceu. Quando João Pedro menciona que Jurandir e Eunice são ‘gratos’, acaba por evidenciar que seus genitores se encontravam subjugados às imagens de controle relacionadas à objetificação dos corpos negros e que estes por estarem imersos há bastante tempo em situações de opressão, já tivessem ‘naturalizado’ a demanda violenta, não contestando ou desafiando os órgãos opressores centralizados no *Golden Plate*.

Janela metaforicamente também traz o elemento arquitetônico que transcende o espaço físico e que provoca o deslocamento dos Territórios de Resistência para junto das memórias afetivas das protagonistas que, mesmo sentindo-se presas àquela realidade, como pássaros voavam para o ninho sagrado.

Éramos pássaros dentro de um viveiro luxuoso, mas uma jaula deixa de ser a vilã da liberdade só porque é pintada de dourado? Tínhamos asas condicionadas que vez ou outra nos levavam para outros pousos: nossa casinha no subúrbio distante ou para algum outro lugar, mas o retorno ao “criadouro” era certo (Cruz, 2022, p. 69).

Em *Eunice*, Segunda Parte do romance, os capítulos *Quintal*, *Jardim*, *Capela*, *Porta de entrada* e *Chão* também são identificados como Territórios de Resistência em que as protagonistas resistiram aos percalços cotidianos.

Importante realçar que *Quintal* é primeiro capítulo não só na Segunda Parte, mas também na Primeira, quando novamente pode ser definido como um espaço para o estabelecimento de pactos de resistência e para rememorar inclusive os tropeços pela falta de oportunidade que a vida relegou à Eunice. “Chorei sentindo o cheiro do sabão em pó na roupa pendurada no varal. Estava com muita vergonha... minha filha ia se formar médica e eu ainda mal sabia ler e escrever” (Cruz, 2022, p. 77). Entretanto, precisava fortalecer-se, já que ao incentivar Mabel ambas acabaram por romper com um ciclo de servidão que condicionou historicamente as gerações anteriores, materializadas na figura de Codinha, a “médica das ervas” e primeira empregada doméstica (quase) da família a ser vislumbrada em *Solitária*.

Em *Jardim*, Eunice rememora, a partir de sua casa, o espaço caprichoso de plantas, flores e chás construído e cuidado pelo marido, em tempos passados. Em suas lembranças, ainda há o registro triste do aborto que também fez aos 14 anos, do insensato abandono escolar, do trabalho precoce como empregada doméstica, da segunda gravidez e da posterior união com um homem sonhador que encontrou na bebida alcoólica a fuga para seus próprios traumas. Os elementos da natureza permitem com que Eunice estabeleça comunhão com o sagrado e faça a leitura do seu entorno, como em: “Um dia, quando abri o portão, vi as folhas da espada-de-são-jorge murchas e me assustei, porque se tem uma planta forte é essa! Se a espada-de-são-jorge estava murcha, o resto todo também estava. Foi quando Sérgio sumiu de vez” (Cruz, 2022, p. 83). Ressalte-se que a espada-de-são-jorge é uma herbácea de origem africana usada como amuleto na proteção de ambientes e bastante resistente às intempéries.

Capela é permeado por despedidas. Se antes o percurso das protagonistas é acelerado pela possibilidade de falecimento de dona Codinha, depois o destino as encarrega de diminuir o passo para uni-las a Sérgio que, sentindo-se rejeitado, retorna à terra que resguarda suas origens. Nas palavras dele “aqui mergulhei no desespero, fiquei nessa toca feito rato”, referindo-se ao fato de ter elegido a ponte como moradia (Cruz, 2022, p. 100). Logo, junto de Codinha, Eunice relembra uma Mabel ainda pequena que recita cantilenas no pátio da casa, enquanto cada planta conta sua história de como chegou naquele terreno fértil:

O limoeiro tinha vindo de uma muda que a mãe da vizinha nos dera. A goiabeira, as suculentas, a roseira, as margaridas e as outras flores haviam sido plantadas por Sérgio, ao lado da espada-de-são-jorge e um pé de mamona que simplesmente apareceram ali. Mamãe cultivava pinhão-roxo, vence-demanda, arruda e um monte de outras plantas num canteiro que muita gente acharia inacreditável. Lá, cada coisa tinha utilidade para alguma cura (Cruz, 2022, p. 101-102).

Codinha também aproveita o regresso das suas descendentes à casa simples para fazer-lhes recomendações. À Mabel pede que nunca se esqueça do quanto o louro, a casca de cebola, o leite de inhame e os chás têm propriedades curativas. À Eunice pede que cuide de sua vida e que aprenda a ler e escrever com a filha. Assim, “ao seu redor, algumas imagens de índios, outras de pretos e pretas velhas, vários tocos de velas derretidos e outros acesos” contemplavam as palavras finais daquela que “acordou bem longe da sua capelinha no canto do nosso quintal” (Cruz, 2022, p. 102-104). Aquela que desenvolveu a medicina secular através do seu próprio espaço, que honrou as mulheres que vieram depois dela e que transmitiu um legado à neta contemporânea, deixando-a responsável por elevar o conhecimento ancestral e legitimá-lo frente à academia elitista.

Depois do enterro de Codinha, é chegada a hora das protagonistas regressarem ao edifício e à rotina que “nada mudava entre os que serviam e os que eram servidos” (Cruz, 2022, p. 105). Assim, o dia que antecede o vestibular de Mabel e Cacau é narrado em *Porta de entrada*, bem como o transcorrer angustiado daquelas existências até o resultado que os consagra aptos a adentrar a universidade. Daí a essencialidade de “criar autodefinições independentes” isso porque enquanto mulheres negras “consequentemente e simultaneamente, elas estão rejeitando aquelas posições que lhes foram impostas. Independente do conteúdo de autodefinição [...] isso irá significar o poder dessas mulheres como sujeitos” para então rechaçar as ironias da família brancocêntrica (Collins, 2019, p. 203 apud Molari & Pio, 2022, p. 158).

Em *Chão*, ao mencionar os festejos pelo ingresso de Mabel e Cacau na universidade, Eliana Alves Cruz evidencia, de certa forma, os ganhos para a população negra depois do advento da Lei de Cotas Raciais que, mesmo tardiamente, e muito pelo trabalho do Movimento Negro Brasileiro se estabeleceu, também fora da ficção, como “uma política pública que atua ativamente e tem o objetivo de possibilitar a igualdade de acesso a bens fundamentais” inclusive à educação (Bueno, 2015, p. 171). Também há referência ao pedido de noivado de Jurandir à Eunice, sendo que a música que embala a felicidade do quarteto mostra que do chão, do barro há o prenúncio do nascer de novo, os (re)fazendo por inteiro para viver outras tantas danças agora fora do *Golden Plate*, isso porque não havia “viagem de trem que” fosse “mais incômoda que aquele quartinho da d. Lúcia e aquela “geladeira de empregada” (Cruz, 2022, p. 114).

Assim, não interessava à Lúcia e sua família que as protagonistas pudessem compor outros cenários além do quartinho da empregada (quase) da família. Interessava que ambas estivessem sempre à disposição, negando suas subjetividades em detrimento de um sistema extremamente opressor. Cunhada por Patrícia Hill Collins, a imagem de controle denominada *mammy* explica, em parte, essa relação de serviçal:

A figura da *mammy* permitiu que os senhores e senhoras de escravizados controlassem a narrativa do sistema escravista significando-o a partir de um discurso paternalista em que escravizadores e escravizados constituíam relações de afeto e cuidado. A *mammy* é a trabalhadora doméstica, escravizada ou liberta, obediente e fiel à família branca à qual serve com amor e zelo (Bueno, 2019, p. 82).

Não esquecendo que o objetivo dessa “imagem de controle é manter as mulheres negras submissas ao trabalho doméstico e ensinar seus filhos a apresentarem o mesmo comportamento, o que também é articulado a partir de imagens de controle destinadas às crianças negras” (Bueno, 2019, p. 83).

Desta forma, ao delimitar alguns Territórios de Resistência em *Solitária*, buscou-se compreender que alguns espaços promulgados por Mabel e Eunice serviram de cenário para que mãe e filha percebessem suas existências e se voltassem a um projeto para dismantelar o cotidiano racista em que viviam, rompendo com as imagens de controle acima mencionadas que as subjugarão em alguns momentos.

6 CONSIDERAÇÕES ESSENCIAIS

É chegado o momento de amainar as discussões e proceder nos encaminhamentos de análise final do romance *Solitária*, de Eliana Alves Cruz. No entanto, ao determinar que um objetivo tenha sido contemplado, não significa dizer que as abordagens tenham findado, isso porque o referido romance não traz consigo apenas a saga de Codinha, Eunice e Mabel, mas toda uma geografia de outros corpos negros localizados dentro de uma estrutura racista ora representada pelo condomínio *Golden Plate*. Sem esquecer que os episódios do trabalho análogo à escravidão, do trabalho infantil e da falta de culpabilização pela branquitude acabam por tensionar pautas que ultrapassam o viés ficcional, já que podem ser facilmente identificáveis no atual contexto brasileiro como o advento da Lei de Cotas Raciais, uma política pública comprometida em reparar historicamente o tráfico e a escravização de pessoas negras que, dentro da ficção, provocou em Cacau e Mabel a ânsia de projetar um outro panorama existencial através da qualificação profissional.

Quando se fala em delimitar um tema para uma pesquisa de Dissertação de Mestrado espera-se que haja um recorte daquilo que se deseja estudar. Valter Filé (2010, p. 125) menciona que “um tema não se basta por sua possível força em si” e que devemos “estar atentos à sintonia da pesquisa que se pratica” porque mesmo que se tenha uma “boa história” é preciso saber “contá-la bem”. Já a escritora e crítica literária Cecília Bajour (2012, p. 24) elucida que “escutar, assim como ler, tem que ver, porém, com a vontade e com a disposição para aceitar e apreciar a palavra dos outros em toda a sua complexidade” e em toda a sua corporeidade. Enquanto a pesquisadora Leidiane Macambira (2021, p. 105) lembra que “forjar resistência frente as formas hegemônicas de pesquisar e de escrever” e também por que não dizer ler, é uma forma de contrariar o poder colonial, sexista e racista que também está presente na Literatura. Por isso, cabe mencionar que as referências para construir tal pesquisa, sempre que possível, foram afrocentradas e de autoria feminina negra.

Ler *Solitária* não se resume a decodificar as letras negras no papel branco porque é assim que muitas outras obras nos chegam. Ler *Solitária* é sentir-se solitária como, muitas vezes, foi Codinha, Eunice, Mabel e todos os outros personagens negros que sofreram - a partir de suas existências – com racismo estrutural e institucional que, talvez, um leitor desavisado e não letrado racialmente não consiga mensurar. E é isso que Eliana Alves Cruz faz com a gente! De forma muito arrebatadora, a autora negra vai nos letrando racialmente, vai nos mostrando que há determinados espaços em que os corpos negros precisarão usar da vigilância para afrontar logo ali mais à frente.

Outrossim, enquanto mulher branca, trabalhando como docente de crianças e adolescentes, considero relevante entrelaçar a narrativa de *Solitária* com o contexto escolar. Percebo o comportamento de colegas brancos ao segregar o aluno negro fora da sala de aula porque não realiza todas as atividades escritas, mas tem energia excedente no futebol. Percebo o fascínio de colegas por Monteiro Lobato sem antes compreenderem os estereótipos da Tia Nastácia e do Tio Barnabé ali infiltrados. Percebo o ano letivo sempre avesso aos ditames da Lei nº 10.639/2003 e também por isso, acredito que devem haver movimentos para decolonizar a educação porque “para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos”, lembrando que “nenhuma educação é politicamente neutra” e minha prática pedagógica está impregnada em muito daquilo que sou e consumo, inegavelmente. Ademais, aprender a “olhar o mundo de um ponto de vista crítico, que leva em conta a raça, o sexo e a classe social” é também se embasbacar com a necessidade de (des)construir-se a partir dali, porque nunca mais as posições do poder, por exemplo, serão observadas de forma ingênua. Mentalmente, sempre estaremos contando quantas pessoas brancas e quantas negras ocupam posições de poder ou quantas mulheres estarão, lado a lado, com homens nos registros fotográficos das grandes empresas e das administrações públicas instituídas. O olhar nunca mais será o mesmo e o que antes era deveras contemplação, se transformará em indignação (hooks, 2017, p. 22-61). Porque, no final, é isso que a vida quer da gente: indignação. Principalmente, frente a percursos minorizantes a partir de uma norma branca instituída.

Sobre a literatura negro-brasileira, Cuti (2010, p. 144) lembra que sua principal função é “furar as resistências para nutrir a memória afetiva dos leitores”. Nesse percurso, “nutrir a memória afetiva dos leitores” é, muitas vezes, fazê-los compreender que existem outras cosmovisões diferentes daquelas ensinadas pelas famílias e pelas instituições que, em pleno século XXI, reproduzem-se em saberes compartilhados que reproduzem o viés eurocêntrico. Estranho que ao olhar para a imensidão do globo terrestre, por exemplo, percebo que há diversidade espalhada pelos cinco continentes e que nenhum deles merece ficar restrito a histórias únicas que delimitam e ‘pré-conceituam’ existências. Desta forma, *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, traz a possibilidade de a Literatura Brasileira dar palco não só para narrativas que conversam com o cotidiano brasileiro, mas também para a visibilização de escritoras negras contemporâneas que têm muito a dizer através dos seus lugares de fala, de escrita e de intelectualidade.

Nesse sentido, a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e o Letramento Racial Crítico são caminhos que levam à identificação e à compreensão da “fibra forte, tecida

nas instâncias do poder” do racismo estrutural que compõe nosso país (Cutí, 2010, p. 13) e que não pode ser classificado como uma simples temática a ser discutida e levemente inserida nos currículos. Até porque “o Racismo é, sobretudo, uma relação de poder que se manifesta em circunstâncias históricas” ou ainda “o racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados”, reitera Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 25-54).

Assim, através de *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, identifico uma tecnologia que se aperfeiçoa de tempos em tempos. Observo um retrato de uma sociedade doente e vil. Leio sobre uma mácula ancestral que, por força de uns, quer se manter mais vívida e fétida. Então, passo a analisar uma narrativa que, dia após dia, está estampada na capa dos principais jornais e que já não é tão ficcional assim, pois lembra que há muitas outras escravidões.

Aliás, não há como precisar de que forma as angústias tocaram o ser no momento em que ele decide agir sobre algo. Volta e meia, pego-me a pensar por que a Literatura de Mulheres Negras permaneceu no meu cotidiano, depois de uma formação pedagógica em 2021? Poderia visitar a árvore genealógica que trata sobre a minha existência, mas não o faço. Sei que não há indícios mais próximos quanto a algum parentesco negro. No entanto, há os ancestrais longínquos. Indígenas? Brancos? Negros? Não consigo precisar, muito embora coloco-me à disposição das suas lutas. É possível ser negra sem o ser? Não, mesmo porque é a pele que definirá o tom de como a sociedade, infelizmente, se comportará. Sem contar que poderia ter todas as leituras do mundo, poderia exercitar os maiores sentimentos de compaixão, ainda assim não haveria a possibilidade de estar no lugar do sentir e do ser mulher negra brasileira. Então, paro de vasculhar velhas memórias e aproprio-me das mais recentes, porque são elas que levam a sentir-me parte de algo.

Parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade (2000, p. 15-17), “em vão tento me explicar, os muros são surdos; sob a pele das palavras há cifras e códigos”. O sol até pode consolar os doentes, mas não os renova, porque são muitos e não humanizados seguem a dispor, aqui e ali, de existências em percursos apagados de suas identidades.

Antes, presa “à minha classe e a algumas roupas, vou” branca “pela rua cinzenta. Melancolias, mercadorias, espreitam-me. Devo seguir até o enjoo? Posso, sem armas, revoltar-me?”. Posso, isso porque as palavras também são armas e podem meticulosamente ser escolhidas pelo seu usuário. Podem ferir. Podem (de)marcar. Podem alertar. Enfim, uma palavra nasceu na rua! “Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego”. Uma palavra ainda desbotada, “ilude a polícia, rompe o asfalto. Façam silêncio, paralise os negócios, garanto que” a palavra ESPERANÇAR nasceu. Como uma flor é linda. “Furou o asfalto, o

tédio, o nojo e o ódio”. Extinguiu toda a estrutura racista.

REFERÊNCIAS

A GRANDE APOSTA. Canal Rádio Novelo. Podcast do Projeto Querino. [2022]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0FqShWVJM> Acesso em: 2 dez. 2022.

A PRESENÇA DO NEGRO na Imprensa Gaúcha: do Império à República. [2015]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-presenca-do-negro-na-imprensa-gaucha-do-imperio-a-republica/#axzz3YQ8XMvcq> Acesso em: 2 dez. 2022.

ALBUQUERQUE, Fabiane. O homem branco brasileiro de condomínio e o ato simbólico de “descer”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-homem-branco-brasileiro-de-condominio-e-o-ato-simbolico-de-descer/> Acesso em: 19 mar. 2024.

ALMEIDA, Neide A. de. *Letramento racial: um desafio para todos nós*. Portal Geledés. [28/10/2017]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/> Acesso em: 31 jan. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Mariana; ALCÂNTARA, Alex. *Planta baixa: o que é e qual a sua importância para a arquitetura*. [11/4/2022]. Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arquitetura/noticia/2022/04/planta-baixa-o-que-e-e-qual-sua-importancia-para-arquitetura.html> Acesso em: 24 jan. 2024.

AKOTIRENE, Carla. Cara HOMEM. [23/1/2024]. Disponível em: www.instagram.com/p/C2ciiHpgasD/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNW FIZA%3D%3D Acesso em: 23 jan. 2024.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ANZALDÚA, Glória Evangelina. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. Tradução Édna de Marco. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106> Acesso em: 4 nov. 2023.

ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis*. 1 ed. São Paulo: Seguinte, 2020, p. 77-83.

AULETE Digital. Definição para tribunal. [2024a]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/tribunal> Acesso em: 24 jan. 2024.

AULETE Digital. Definição para inquirição. [2024b]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/inquiricao> Acesso em: 24 jan. 2024.

AULETE Digital. Definição para branca. [2024c]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/branca> Acesso em: 24 jan. 2024.

BBC NEWS BRASIL. História apagou o quanto os africanos escravizados enriqueceram o Brasil, diz Laurentino Gomes. [27/6/2021]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57575496> Acesso em: 19 jan. 2024.

BAJOUR, Cecília. *Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura*. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

BATALHA, Maria Cristina. Relatos e travessias em Eliana Alves Cruz. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói/RJ, Ano 10, n. 18, p. 246-265, out. 2019 a março 2020.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 27 abr. 2024.

BUENO, Winnie de Campos. *Processos de resistência e construção de subjetividade no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2019. Disponível em: repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno_.pdf Acesso em: 3 jan. 2024.

BUENO, Marisa Fernanda da Silva. Legislação antirracista no Brasil: da Lei Afonso Arinos à política de cotas. In: 21 textos para discutir preconceito em sala de aula. Org. Mozart Linhares da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. p. 167-174.

CAIS DO VALONGO: escravidão no Brasil. Canal Centro Cultural Cesgranrio. [7/8/2019]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uJ_kE-epIbA Acesso em: 20 out. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Senado aprova PEC das Domésticas; veja os direitos que já vão valer. [26/3/2013]. Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/399247-senado-aprova-pec-das-domesticas-veja-os-direitos-que-ja-vao-valer/ Acesso em: 10 maio. 2023.

CAMTRA Casa da Mulher Trabalhadora. *Relembrar para não esquecer: Primeira vítima da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica*. [26/2/2021]. Disponível em: <https://camtra.org.br/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/> Acesso em: 24 jan. 2024.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Coleção Consciência em Debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHADE, Jamil. *Brasil faz mobilização para desembarcar em Cuba com 6 mil livros*. [7/2/2024]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/02/07/brasil-faz-mobilizacao-para-desembarca-em-cuba-com-6-mil-livros.htm> Acesso em: 8 fev. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/#> Acesso em: 10 jan. 2024.

CONCEIÇÃO EVARISTO: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. *Carta Capital*. [13/4/2017]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/> Acesso em: 23 nov. 2022.

COSTA, Camila. *Caso Miguel: morte de menino no Recife mostra ‘como supremacia branca funciona no Brasil’, diz historiadora*. [5/6/2020]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52932110> Acesso em: 20 maio. 2023.

COTAS raciais não são um favor! [27/11/2018]. Canal Preto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qvjyu4AeA0I> Acesso em: 6 fev. 2024.

CRIANÇAS BRANCAS, BABÁS NEGRAS. [2022] Disponível em: <https://www.anf.org.br/criancas-brancas-babas-negras/> Acesso em: 20 jan. 2023.

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras: 2022a.

CRUZ, Eliana Alves. *O desenho do mundo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bom de Ler, 2022b.

CRUZ, Eliana Alves. *A copa frondosa da árvore*. In: *Cadernos Negros 40: contos afro-brasileiros*. Organização de Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa. São Paulo: Quilombhoje, 2017. p. 179-181. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/autoras/copa.pdf> Acesso em: 21 out. 2023.

CUTI (Luiz Silva). *Literatura Negro-Brasileira*. Coleção Consciência em Debate. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 44, p. 289-302, out. /dez. 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/29488/1/ARTIGO_ParaNaoSer.pdf Acesso em: 28 jan. 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais*. [2012] Disponível em: <https://iberical.sorbonne-universite.fr/numeros/numero-2-automne-2012/> Acesso em: 19 jan. 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea*. [2008] Disponível em: http://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=UH_7wtEAAAAJ&citation_for_view=UH_7wtEAAAAJ:L8Ckcad2t8MC Acesso em: 19 jan. 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambiguidades do discurso*. Diálogos Latinoamericanos, n. 3, 2001, p. 114-130 Aarhus Universitet Aarhus, Dinamarca. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200305> Acesso em: 28 jan. 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Obra reúne biografias de mulheres negras que marcaram a história do Brasil*. [29/5/2017]. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/05/29/interna_diversao_arte,598478/obra-reune-biografias-de-mulheres-negras-que-marcaram-a-historia-do-br.shtml Acesso em: 2 dez. 2022.

DOS SANTOS, Miriam Cristina. *Intelectuais negras: prosa negro-brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Malê, 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Por um conceito de literatura afro-brasileira*. Literafro: o portal da literatura afro-brasileira. [18/7/2023]. Disponível em: <https://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira> Acesso em: 27 jan. 2024.

EGA, Françoise. *Carta a uma negra*. Tradução Vinícius Carneiro & Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.

ELIANA ALVES CRUZ. [2022a]. Disponível em: <https://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/1159-eliana-alves-cruz> Acesso em: 18 jan. 2023.

ELIANA ALVES CRUZ. Canal Sempre um papo. [2022b]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HiiLMAZLNG0&t=3417s> Acesso em: 25 jan. 2023.

ENTREVISTA com a escritora Eliana Alves Cruz. [2018]. Disponível em: <https://medium.com/blooks/entrevista-com-eliana-alves-cruz-d339656eb6bd> Acesso em: 11 jan. 2024.

ESCRITORA ELIANA ALVES CRUZ assume o Trilha de Letras: Intelectual negra estará à frente da 4ª Temporada do Programa. Primeira Página. [6/10/2023]. Disponível em: <https://jornalpp.com.br/noticias/cultura/escritora-eliana-alves-cruz-assume-o-trilha-de-letras/#:~:text=A%20jornalista%2C%20escritora%20e%20roteirista%20Eliana%20Alves%20Cruz,por%20meio%20da%20literatura%2C%20sempre%20com%20convidados%20diferentes.> Acesso em: 13 nov. 2023.

ESPADA de São Jorge: planta de proteção e prosperidade. Disponível em: <https://www.astrocentro.com.br/blog/feng-shui/espada-de-sao-jorge-para-que-serve/#:~:text=Proteção%20e%20coragem%3A%20o%20poder%20da%20planta%20Espada,ótimo%20amuleto%20para%20atrair%20prosperidade%20ao%20seu%20lar>. Acesso em: 6 fev. 2024.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. 5 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020, p. 43-54.

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Revista SCRIPTA, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267423926_Literatura_negra_uma_poetica_de_nossa_afro-brasilidade Acesso em: 29 jan. 2024.

FANTÁSTICO. O que mudou e o que precisa ser feito: 10 anos após a PEC das Domésticas. Canal Rod Marchi Entertainment. [30/4/2023]. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=57IG0LxYWIA. Acesso em: 30 abr. 2023.

FANTÁSTICO. Imagens inéditas de novos ataques à entregadores pelo Brasil provocam indignação. [2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/04/16/imagens-ineditas-de-novos-ataques-a-entregadores-pelo-brasil-provocam-indignacao.ghtml> Acesso em: 26 jan. 2024.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas*. Revista da ABPN, v. 6. n. 14, jul/out. 2014, p. 236-263. Disponível em: smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/TEORIA-RACIAL-CR%C3%8DTICA-E-LETRAMENTO-RACIAL-CR%C3%8DTICO.pdf Acesso em: 5 fev. 2024.

FERREIRA, Ricardo Alexino. *Lia Vainer Schucman fala dos privilégios da branquitude*. [2019] Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/programas/lia-vainer-schucman-fala-dos-privilegios-da-branquitude/#:~:text=Segundo%20ela%2C%20%20a%20branquitude%20é%20entendida%20como%20uma,simbólicos%20e%20materiais%20em%20relação%20aos%20não%20brancos>. Acesso em: 18 set. 2023.

FILÉ, Valter. *Tentativas e Tentações: batidas no território da linguagem*. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). *Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão*. Petrópolis: Dp Et Alii, 2010. p. 123-134.

FIOCRUZ – Centro de Estudos Estratégicos Antônio Ivo de Carvalho. *Racismo ambiental: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas*. [11/5/2023]. Disponível em: cee.fiocruz.br/?q=racismo-ambiental-as-consequencias-da-desigualdade-socioambiental-para-as-comunidades-marginalizadas Acesso em: 27 abr. 2024.

FONTES, Elisa. *Eliana Alves Cruz e seu mergulho na ancestralidade pela literatura: ‘a curiosidade de quem teve a história ocultada’*. Ponte Jornalismo. [19/4/2021]. Disponível em: <https://ponte.org/eliana-alves-cruz-e-seu-mergulho-na-ancestralidade-pela-literatura-a-curiosidade-de-quem-teve-a-historia-ocultada/> Acesso em: 18 jan. 2023.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48 ed. São Paulo: Global, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229395/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala%20%281%29.pdf Acesso em: 2 jan. 2024.

FRONCKOWIAK, Ângela Cogo; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. *Educar para ler desde a infância: o valor poético da vocalidade e da imaginação*. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922021000100157#fn01 Acesso em: 15 out. 2023.

GOMES, Nilma Lino Gomes. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Edição digital. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório in: Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. Organizado por Marcos Vinícius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva, Alessandra Borges Fernandes. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011a, p. 39-59.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, v. 10, n. 18, [abr/2011b], p. 133-154. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133> Acesso em: 19 jan. 2024.

GONZAGA, Sergius. *Curso de literatura brasileira*. 6 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf Acesso em: 31 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *In: Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 233-244.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In: LUZ, Madel T. (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 87-106.

GRIGOLETTO, Cassiana; PAIVA, Bárbara; SILVA, Marcel Fernando da. *A ressemantização da literatura negra gaúcha*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/jnsBmRcTxGSFZDrSVg5GVQr/#> Acesso em: 12 jan. 2024.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; ACCIARI, Louisa. Entrevista com Patricia Hill Collins. **Tempo Social**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 287-322/323, 2021. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.174340. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/174340>. Acesso em: 19 jan. 2024.

JANUÁRIO GARCIA. [2/7/2021]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/januario-garcia/> Acesso em: 19 jan. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. Ilustração de Vinícius Rossignol Felipe. 1 ed. São Paulo: Abril Educação, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARROSA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. Tradução de José Wanderley Geraldi. [2002]. Revista Brasileira de Educação. n 19, p. 20-28.

LEITE, Cinthya. *Saiba quando começou a pandemia de Covid-19 no Brasil*. [2021]. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/saude-e-bem-estar/2021/04/12117202-saiba-quando-comecou-a-pandemia-de-covid-19-no-brasil.html> Acesso em: 24 jan. 2024.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MACAMBIRA, Leidiane. *Tecer(se) em uma pesquisa em educação*: diferir(se) entre escritas acadêmicas outras. In: Ensaia a escrita [recurso eletrônico]. Cristiana Callai (Org). Niterói, 2021, p. 103-115.

MACHADO, Taís de Sant'Anna. *Um pé na cozinha*: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil. São Paulo: Fósforo, 2022.

MARIA, Fernanda. *Eliana Alves Cruz e a história de todos nós*. [17/3/2020]. Disponível em: <https://atlanticoonline.com/eliana-alves-cruz-e-a-historia-de-todos-nos> Acesso em: 18 jan. 2023.

MARINGOLO, Cátia Cristina Bocaiuva. *Água de barrela*, de Eliana Alves Cruz: a saga de uma família negra em três séculos de história. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ficcao/72-eliana-cruz-agua-de-barrela>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARTINS, José de Souza. A dialética do corpo no imaginário popular. *Sexta-feira: Antropologia, Artes, Humanidades*, São Paulo, n. 4, p. 46-54, 1999. Disponível em: www.usp.br/revistasexta/files/n4-web_1.pdf Acesso em: 16 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf Acesso em: 6 fev. 2024.

MOLARI, Beatriz; PIO, Lorena Ingrid Moreira. As imagens de controle no contexto brasileiro: os limites e as potencialidades do conceito de Patricia Hill Collins in: *Conexões Humanas: reflexões do XIII SEPECH-UEL*. Organizadoras Andrea Cachel, Cláudia Cristina Ferreira. p. 156-166. Londrina: UEL, 2022. Disponível em: www.researchgate.net/publication/364720924_As_imagens_de_controle_no_contexto_brasileiro_os_limites_e_as_potencialidades_do_conceito_de_Patricia_Hill_Collins Acesso em: 19 jan. 2024.

MORRISON, Toni. *Racismo e Fascismo & O corpo escravizado e o corpo negro*. [2020]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Racismo_e_Fascismo.pdf?1599239674 Acesso em: 2 jan. 2024.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. Tradutora Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: www.academia.edu/43949947/A_Origem_dos_Outros_Seis_Ensaios_sobre_Racismo_e_Literatura_Toni_Morrison Acesso em: 2 jan. 2024.

MUNANGA, Kabengele. *Racismo: o crime perfeito*. Observatório Diversifica UFRB. [29/8/2019]. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=fuCJeI0IQdg&t=95 Acesso em: 27 abr. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher Negra e o Mercado de Trabalho. In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTIS, Alex (org.). *Uma História Feita por Mãos Negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a. p. 55-61.

NASCIMENTO, Débora do. *Por que conhecer editoras negras?* [23/3/2021b]. Biblio Cultura Informacional. Disponível em: <https://biblioo.info/por-que-conhecer-editoras-negras/#:~:text=Editoras%20negras%2C%20em%20ordem%20alfab%C3%A9tica%3A%20Coletivo%20Quilombhoje%20Coletivo,Narrativas%20Negras%20Kitembo%20Mal%C3%AA%20Mazza%20Nandyala%20Or%C3%ADk%C3%AC%20Editora> Acesso em: 14 jan. 2024.

NEGRAS ESCRITURAS: sobre literatura de autoria negra. Disponível em: <https://negrescrituras.com/agua-de-barrela-eliana-alves-cruz> Acesso em: 18 jan. 2023.

NOGUEIRA, Isabela Pretti. *Cadernos Negros: a literatura nacional como difusão da consciência*. [s. d.]. CCSP. Disponível em: <https://centrocultural.sp.gov.br/2020/03/11/cadernos-negros-a-literatura-nacional-como-difusao-de-consciencia/> Acesso em 4 nov. 2022.

O DESENHO DO MUNDO. [s. d.]. Disponível em: <https://www.ediouro.com.br/livro/desenho-mundo> Acesso em 19 jan. 2023.

OBRA REÚNE BIOGRAFIAS de mulheres negras que marcaram a história do Brasil. [29/5/2017]. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/05/29/interna_diversao_arte,598478/obra-reune-biografias-de-mulheres-negras-que-marcaram-a-historia-do-br.shtml Acesso em: 17 maio. 2023.

OLIVEIRA, Joana. Conceição Evaristo é capa da edição de novembro de Cláudia. [10/11/2022]. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/cultura/conceicao-evaristo-cap-claudia-novembro-2022/> Acesso em: 10 fev. 2023.

OLIVEIRA, Kiusam de. *Literatura negro-brasileira do encantamento e as infâncias: reencantando corpos negros*. Revista Feira Literária Brasil. v. 1, n. 3. [28/3/2020]. África de Vitória-ES. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/flibav/article/view/29029> Acesso em: 2 dez. 2022.

OPAS - ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde. *Histórico da pandemia de COVID-19*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20março%20de,pela%20OMS%20como%20uma%20pandemia>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PEQUENO DICIONÁRIO HOUAISS da língua portuguesa. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia [organizador]; [diretores Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar, Francisco Manoel de Mello Franco]. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2015.

RAMOS, Ana Margarida; VERNON, Richard. Das dores de crescimento à dor de existir: representações literárias de adolescências feridas. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 37, n. 3, p. 287-295, 1 jul. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/26211> Acesso em: 25 jan. 2023.

RARA, Preta. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. São Paulo: Editora Letramento, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. 8 reimpressão. São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Jandaíra, 2021.

ROSA, Thaís. *Cais do Valongo: o que foi na história do Brasil? Politize!* [9/9/2020]. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cais-do-valongo/> Acesso em: 20 out. 2023.

SANTOS, Allinni Silva Santos e BARBOSA, Adriana Maria de Abreu. *Literatura e Reexistência: possibilidades do fazer literário como instrumento de ação e mudança social*. EUTOMIA - Revista de Literatura e Linguística. Recife 26 (1) Dez 2020, p. 414-434.

SANTOS, Esmeralda. *Eu, empregada doméstica, livro de Preta-Rara gera incômodo*. [17/02/2020a]. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/eu-empregada-domestica-livro-de-preta-rara-gera-incomodo/#:~:text=A%20senzala%20moderna%20é%20quartinho%20de%20empregada%20de,situações%20humilhantes%20que%20domésticas%20viviam%20no%20trabalho> Acesso em: 8 out. 2022.

SANTOS, Allinni Silva Santos e BARBOSA, Adriana Maria de Abreu. *Literatura e Reexistência: possibilidades do fazer literário como instrumento de ação e mudança social*. EUTOMIA - Revista de Literatura e Linguística. Recife 26 (1) Dez 2020b, p. 414-434.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado. [2012]. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigeida.pdf Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, Ana Paula Melo da; RATTS, Alex. A mulher negra e o trabalho doméstico nas perspectivas de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 189–207, 2023. DOI: 10.35701/rcgs.v25.899. Disponível em: rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/899/658 Acesso em: 8 jan. 2024.

SILVA E SOUSA, Fernanda Silva e. *Tempo de vestir sonhos e se olhar em outros espelhos: narrando vidas em risco em A vestida*, de Eliana Alves Cruz. [27/12/2022]. Disponível em: <https://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ficcao/1746-eliana-alves-cruz-a-vestida> Acesso em: 15 maio. 2023.

SILVA E SOUSA, Fernanda Silva e. *Eliana Alves Cruz inova ao trazer personagem trans ao centro de livro de época*. Folha Uol. [20/7/2020]. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/07/eliana-alves-cruz-inova-ao-trazer-personagem-trans-ao-centro-de-livro-de-epoca.shtml Acesso em: 15 maio. 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Como educar-se/educar num mundo de crescentes desigualdades*. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, p. 10-20, jan./jun. 2019.

SOBRAL, Cristiane. *Não vou mais lavar os pratos*. 3 ed. Brasília: Garcia, 2016. p. 23-26.

SODRÉ, Lu. *Preta Rara*: “A senzala moderna é o quartinho da empregada”. [8/10/2019]. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2019/10/08/preta-rara-a-senzala-moderna-e-o-quartinho-da-empregada/ Acesso em: 10 out. 2023.

TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho Doméstico*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

TEMPO DE VESTIR SONHOS e se olhar em outros espelhos: narrando vidas em risco em *A vestida*, de Eliana Alves Cruz. [2022]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ficcao/1746-eliana-alves-cruz-a-vestida> Acesso em: 15 maio. 2023.

TV SENADO. *Solitária é o novo romance da escritora Eliana Alves Cruz*. [2023]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ku9ENH0R6eY> Acesso em: 26 jan. 2024.

UFRGS divulga lista de leituras obrigatórias para o Vestibular 2024. [2/5/2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/05/02/ufrgs-divulga-lista-de-leituras-obrigatorias-para-o-vestibular-2024.ghtml> Acesso em: 29 jan. 2024.

UZÊDA, André Luís Mourão de. *Entrevista: Eliana Alves Cruz e Éle Semog*. Revista Perspectiva em educação básica, edição 2, UFRJ, dez. 2018, p. 247. Disponível em: <http://perspectivasemeducao.blogspot.com/2018/12/volume-2-2018.html> Acesso em: 21 out. 2023.

WOODSON, Carter Godwin. *A (des)educação do negro*. Tradução e notas de Naia Veneranda; prefácio de Emicida. São Paulo: Edipro, 2021.

WOLF, Maryanne. *O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era*. Tradução Rodolfo Ilari e Mayumi Ilari. São Paulo: Contexto, 2019.

YUNES, Eliana. *Mediadores e leituras*. [26/10/2021]. Disponível em: www.institutoquindim.com.br/post/mediadores-e-leitura-por-eliana-yunes Acesso em: 27 abr. 2024.

YUNES, Eliana. *Leituras com partilhadas, leitores multiplicados*. PERcursos Linguísticos, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 130–141, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/6239>. Acesso em: 27 abr. 2024.